

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

FERNANDA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

O PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA: ESTRUTURA INTERNA E RELAÇÕES REFERENCIAIS



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA INSTITUTO DE LETRAS PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA

FERNANDA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

O PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA: ESTRUTURA INTERNA E RELAÇÕES REFERENCIAIS

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Danniel da Silva Carvalho

Co-orientadora: Profa. Dra. Maria Lobo

SALVADOR

FERNANDA DE OLIVEIRA CERQUEIRA

O PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA: ESTRUTURA INTERNA E RELAÇÕES REFERENCIAIS

Tese apresentada, como requisito parcial, ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Língua e Cultura, pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Danniel da Silva Carvallho Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras – UFBA Orientador

Profa. Dra. Eloísa Nascimento da Silva Pilati Departamento de Linguística, Português e Letras Clássicas— UNB Membro externo ao programa

Prof. Dr. Jair Gomes de Farias

Departamento de Línguas Clássicas e Vernáculas – UFAL

Membro externo ao programa

Prof. Dr. João Paulo Lazzarini-Cyrino

Departamento de Letras Vernáculas – UFBA

Membro externo ao programa

Profa. Dra. Lílian Teixeira de Sousa Departamento de Fundamentos para o Estudo das Letras – UFBA Membro interno ao programa

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA), com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

```
Cerqueira, Fernanda de Oliveira
O pronome pleno de terceira pessoa: estrutura
interna e relações referenciais / Fernanda de Oliveira
Cerqueira. -- Salvador, 2019.
152 f.

Orientadora: Danniel da Silva Carvalho.
Coorientadora: Maria Lobo.
Tese (Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Língua
e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Letras, 2019.

1. Sintaxe. 2. Pronomes. 3. Teoria da Ligação . 4.
Traços-phi. 5. Referência. I. da Silva Carvalho,
Danniel. II. Lobo, Maria. III. Título.
```

Às minhas ancestrais,
por me possibilitarem chegar até aqui,
especialmente,
minhas avós,
Júlia e Maria
(in memoriam).



AGRADECIMENTOS

Agradeço muito sinceramente:

A Òsún por reger meu Òrí;

Ao professor Danniel Carvalho pela orientação do início da Iniciação Científica, em abril de 2009, até a conclusão deste Doutorado, pelo compromisso, pelas discussões, pelas referências, pelo companheirismo, pelo incentivo, pela confiança, e, especialmente, pela amizade grandiosa e verdadeira;

À professora Maria Lobo por co-orientar esta tese, assim como pelo acolhimento, pelas discussões, pelas referências, pelas sugestões e, principalmente, pelo carinho;

À FAPESB pelo financiamento da pesquisa desenvolvida nesta tese, através do qual foi possível, principalmente, adquirir material bibliográfico e participar de eventos importantes na área;

À CAPES pelo financiamento da pesquisa desenvolvida nesta tese, durante o Programa de Doutorado Sanduíche no Exterior, no Centro de Linguística, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa;

À professora Dorothy Brito pelas valiosas contribuições para com os trabalhos sobre terceira pessoa, que desenvolvi nos últimos dez anos, sobretudo, na banca de Mestrado e no Exame de Qualificação desta tese. Agradeço também por todo carinho, pela acessibilidade, pelas referências e pelas sugestões;

Ao professor Jair Farias pelas contribuições inestimáveis antes e durante o Exame de Qualificação, pelas referências, pela acessibilidade, pelo carinho e por aceitar fazer parte desta banca;

À professora Eloísa Pilati por aceitar compor esta banca;

Ao professor João Paulo Cyrino por aceitar fazer parte desta banca, como também pelas discussões;

À professora Lílian Teixeira por aceitar compor esta banca, assim como pela acessibilidade;

Aos professores Carlos Felipe Pinto, Célia Marques Telles, Dorothy Brito e Paula Armelin por serem tão acessíveis e por aceitarem ser suplentes desta banca;

À professora Ilza Ribeiro (in memoriam) por me introduzir nos estudos gerativistas;

Aos professores Ian Roberts, Janayna Carvalho, Adeilson Sedrins, Fábio Duarte, Marcel den Dikken, Alexandra Fiés, Ana Madeira, Telmo Móia, Roberta Pires Oliveira, Charlotte Galves, Ana Paula Scher, Hernán Yerro e Aquiles Tescari pelas sugestões, pelas discussões, pelas contribuições e pelas referências;

À professora Risonete Batista pelo carinho, pela acessibilidade e pelos longos debates sobre instâncias universitárias;

Ao meu marido, Danilo Cruz, pelo amor, pelo companheirismo, pelo incentivo, pelo apoio e, principalmente, pela compreensão;

À minha mãe, Bárbara Oliveira, por ser minha primeira referência e por lutar para que eu pudesse chegar até aqui;

À minha Ialòrisá, Maria Lurdes Gonçalves de Oyá, por cuidar com amor do meu Òrí;

À minha prima, Roberta Barbosa, e ao meu irmão, Lucas Cerqueira, pelo apoio e pela confiança;

À minha amiga e irmã, Bárbara Carneiro, pela amizade indefinível dentro e fora do Instituto de Letras;

Ao meu amigo querido, Ícaro Bismarck, por representar tanto na minha história e na minha trajetória;

Aos meus amigos belíssimos e irmãos de caminhada do Grupo Phina, Sinval Medeiros, Victor Mariano, Eloísa Maiane Lopes, Jaqueline Lucchesi e Renato Medeiros, por fazerem da academia um lugar melhor, pelo companheirismo, pelo apoio, pelas discussões, pelos estudos dirigidos, pelos memes e pelas cervejas. Enfim, por existirem;

À minha querida amiga, Denise David, por me receber com tanto carinho e com tanto afeto em Lisboa,

Aos meus amigos e companheiros de Doutorado Sanduíche, Joselene Mota, Ana Maria de Souza, Fineza Pinto, Lisana Sampaio, Mailson Lopes, Catarina Campos e Pedro Daniel Souza, pelas visitas às bibliotecas, pelas conversas, pelos passeios, pelas viagens, pelos vinhos e pelas Super Bocks;

Aos amigos e aos colegas da Representação Discente do PPGLinC, Evanilton Gonçalves, Pedro Danniel Souza, Edineia Oliveira, Arthur Vargens, Karem Nogueira, Ivanete Sampaio, Sinval Medeiros e Marília Pinheiro, por militarem comigo, em nossa microesfera, por um programa de pós-graduação mais democrático e mais plural;

Às minhas Pretas Acadêmicas glamorosas Desirée Idaliette, Isabela Caruce, Alice Gramosa e Ana Paula Oliveira, pela sororidade, pelo afeto e pelos longos debates sobre Feminismo Negro, fundamentais para constituição de nossa autoestima;

Ao estimado Rômulo Bittencourt por ser um fofinho;

Aos funcionários do PPGLinC, especialmente, Cristiane Daltro, Thiago Rodrigues e Ricardo Luiz, pela cordialidade e pelo profissionalismo;

A todas as Doutoras Negras, que conseguiram defender uma tese antes de mim, por confirmar que o que nos distancia da academia é o fato de sociedades ocidentais pós-colonizadas terem como elementos estruturantes o racismo, o cisheteropatriarcado e o capitalismo. Nunca foi sobre falta de capacidade, mas sobre falta de oportunidade.

Por fim, agradeço a todas e a todos que contribuíram de maneira direta ou indireta com o desenvolvimento deste trabalho.

RESUMO

Nesta tese, realizo um estudo acerca da natureza léxico-sintática do pronome pleno de terceira pessoa, em Português Brasileiro (doravante PB), um pronome pessoal não marcado na enunciação e propenso a sincretismos, a partir do inventário de traços-φ que constitui este pronome, sob a perspectiva da Teoria de Traços-φ (cf. HARBOUR; ADGER; BÉJAR, 2008) e de suas propriedades de ligação (cf. COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017), situadas no arcabouço do Programa Minimalista, da Teoria Gerativa, conforme Chomsky (1995 e posteriores), com intuito de identificar seu estatuto distribucional e referencial. Para cumprimento desse objetivo, parto da hipótese de que a estrutura interna do pronome no léxico é definida por uma geometria de traços cuja notação impõe restrições à derivação sintática e à interface conceitual-intencional, haja vista que sua forma não parece interferir em sua distribuição, nem estabelecer seu escopo de referência. Assim sendo, a geometria de traços do pronome pleno de terceira pessoa seria constituída por elementos formais pré-sintáticos, de natureza léxicosemântica, a saber, traços de definitude e de especificidade, os quais podem ampliar a compreensão da natureza da categoria pessoa, uma vez que mesmo não sendo definido em termos de elocução, como os pronomes de primeira e de segunda pessoa, essa proforma não é categoricamente subespecificada, o que implica que outro aspecto, além de participante, compõe a condição de pessoal da terceira pessoa: determinação nominal, propriedade estrutural e referencial de nominais responsável por seu comportamento sintático e semântico. Empiricamente, apresento uma descrição do pronome pleno de terceira pessoa, com base em dados de introspecção, na qual verifiquei que este pronome ocorre em diversas posições sintáticas e, salvo em posição de sujeito, apresenta leituras identificável e particular, as quais decorrem, respectivamente, da presença dos traços [Definite] e [Specific] em sua notação. Em vista disso, proponho que a valoração dos traços da notação do pronome pleno de terceira pessoa, através de uma adaptação da operação Agree (cf. BÉJAR, 2003, 2008; CARVALHO, 2008, 2017), possa solucionar a emergência deste pronome em outras posições sintáticas. Outrossim, proponho que a referência do pronome pleno de terceira pessoa seja estabelecida, não só pelo Princípio B da Ligação (cf. CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995; BRITO, 2017), como também pela identidade de tracos-φ do antecedente/referente com o pronome (cf. COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017).

Palavras-chave: Sintaxe; Pronomes; Teoria da Ligação; Traços-φ; Referência.

ABSTRACT

In this thesis, I make a study on the lexical-syntactic nature of the full third-person pronoun in Brazilian Portuguese (henceforth PB), a personal pronoun not marked in enunciation and leaning to syncretism, from the inventory of φ -features that constitute this pronoun, under the perspective of Phi-feature Theory (see HARBOUR; ADGER; BÉJAR, 2008) and its binding properties (see COLLINS; POSTAL, 2012, CARVALHO; BRITO, 2017), within the framework of the Minimalist Program, Generative Theory, according to Chomsky (1995 and later), in order to identify its distributional and referential status. In order to accomplish this objective, I assume that the internal structure of the pronoun in the lexicon is defined by a feature geometry whose notation imposes restrictions on syntactic derivation and the conceptual-intentional interface, since its form does not seem to interfere in its distribution, nor to establish its scope of reference. Thus, the feature geometry of the full third-person pronoun would consist of formal presyntactic elements, of lexical- semantic nature, namely, definiteness and specificity features, which can broaden the understanding of the nature of the person category, since even not being defined in terms of elocution, as the pronouns of first and second person, this pro-form is not categorically underspecified, implying that another aspect, besides participant, composes the condition of personal of the third person: nominal determination, referential and structural property of nominals responsible for its syntactic and semantic behavior. Empirically, I present a description of the full third-person pronoun, based on introspection data, in which I found that this pronoun occurs in several syntactic positions and, except in the subject position, it has identifiable and particular readings, which result respectively from the presence of the [Definite] and [Specific] features in its notation. In this sense, I propose that the feature valuation of the notation of the full third-person pronoun, through an adaptation of the Agree operation (see BÉJAR, 2003, 2008; CARVALHO, 2008, 2017) can solve the emergence of this pronoun in others syntactic positions. Furthermore, I propose that the reference of the full thirdperson pronoun is established not only by the Principle B of the Binding Theory (see CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995; BRITO, 2017), but also by the identity of φ-features of the antecedent/referent with the pronoun (see COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017).

Keywords: Syntax; Pronouns; Binding Theory; φ-Features; Reference.

RESUMEN

En esta tesis, realizo un estudio sobre la naturaleza léxico-sintáctica del pronombre de tercera persona plena en Portugués de Brasil (PB en adelante), un pronombre personal no marcado en la enunciación y complaciente al sincretismo, a partir del inventario de rasgos-φ que constituye este pronombre, bajo la perspectiva de la Teoría de los Rasgos (cf. HARBOUR, ADGER, BÉJAR, 2008) y de sus propriedades de ligamiento (cf. COLLINS, POSTAL, 2012, CARVALHO, BRITO, 2017), situadas en el marco del Programa Minimalista, de la Teoría Generativa, según Chomsky (1995 y posteriores), con el propósito de identificar su estatuto distributivo y referencial. Para el cumplimiento de este objetivo, parto de la hipótesis de que la estructura interna del pronombre en el léxico se define a través de una Geometría de Rasgos cuya notación impone restricciones a la derivación sintáctica y a la interfaz conceptual-intencional, teniendo en cuenta que su forma no parece interferir en su distribución, ni establecer su escopo de referencia. Siendo así, la geometría de rasgos del pronombre pleno de tercera persona estaría constituida por elementos formais pre-sintácticos, de naturaleza léxico-semántica, a saber, rasgos de definitud y de especificidad, los cuales pueden ampliar la comprensión de la naturaleza de la categoría persona, dado que, aunque no se defina en términos de elocución, como los pronombres de primera y segunda persona, esta proforma no está categóricamente subespecificada, lo que implica que otro aspecto, además del de participante, compone la condición de personal de la tercera persona: determinación nominal, propiedad estructural y referencial de nominales responsables de su comportamiento sintáctico y semántico. Empíricamente, presento una descripción del pronombre pleno de tercera persona, con base en datos de introspección, en la que comprobé que este pronombre se produce en diversas posiciones sintácticas y, excepto en posición de sujeto, presenta lecturas identificables y particulares, que se derivan respectivamente de la presencia de los rasgos [Definite] y [Specific] en su notación. En vista de esto, propongo que la valoración de los rasgos de la notación del pronombre pleno de tercera persona, a través de una adaptación de la operación Agree (cf. BÉJAR, 2003, 2008; CARVALHO, 2008, 2017), puede solucionar la emergencia de este pronombre en otras posiciones sintácticas. Igualmente, propongo que la referencia del pronombre pleno de tercera persona se establezca, no sólo por el Principio B de la Ligamiento (cf. CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995; BRITO, 2017), sino también por la identidad de rasgos-φ entre el antecedente / referente y el pronombre (cf. COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017).

Palabras clave: Sintaxis; Pronombres; Teoría del Ligamiento; Rasgos- φ; Referencia.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 – Dicotomia de pronomes de três pessoas

Quadro 2 – Pro-formas

Quadro 3 – Grau de determinação da terceira pessoa

Quadro 4 – Valoração de traços

LISTA DE ABREVIATURAS

DP	Determ	niner	Phrase

- **NP** Noun Phrase
- **PP** Prepositional Phrase
- **VP** Verbal Phrase
- **TP** Tense Phrase
- SC Small Clause
- **PB** Português Brasileiro
- **PE** Português Europeu
- Spec Especificador
- **DS** Deep Structure
- SS Surface Structure
- LF Logical Form
- **PF** Phonetic Form
- **GU** Gramática Universal

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	17
1.1	APRESENTAÇÃO	17
1.2	REFERENCIAL TEÓRICO	26
1.2.1	O Programa Minimalista	26
1.2.2	A Teoria de Traços	29
1.3	ESTRUTURA DA TESE	31
2	DA NATUREZA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA DO PB	32
2.1	A NATUREZA SINTÁTICA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA EM PB	32
2.2	A NATUREZA LÉXICO-SEMÂNTICA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA	38
2.2.1	O limite entre genericidade e arbitrariedade	41
2.2.2	O pronome pleno de terceira pessoa indefinido	46
	O pronome pleno de terceira pessoa	40
2.2.3	indeterminado	48
2.3	SUMÁRIO	53
3	A ESTRUTURA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA DO PB	54
3 .1	PRONOME COMO CATEGORIA UNIVERSAL	55
3.1.1	Forchheimer (1953)	55
3.1.2	Benveniste (1966)	57
3.1.3	Bhat (2004)	58
3.2	PRONOME COMO ELEMENTO DECOMPONÍVEL	63
3.2.1	Postal (1966)	63
3.2.2	Cardinaletti e Starke (1999)	67
3.2.3	Déchaine de Wilstchko (2002)	70
3.2.4	Harley e Ritter (2002)	75
3.3	SUMÁRIO	81
	SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PRONOME	
4	PLENO DE TERCEIRA PESSOA DO PB	82
4 1	COMPOSIÇÃO DE TRAÇOS E A CONSTRUÇÃO	0.0
4,.1 4.1.1	DE REFERÊNCIA	82
/ I T	As Categorias-φ	83

4.1.1.1	Pessoa	85
4.1.1.2	Individuação	87
4.1.1.3	Classe	87
4.2	REDISCUTINDO A CATEGORIA PESSOA	88
4.2.1	Participante	88
4.2.2	Determinação	90
4.2.2.1	Definitude e Especificidade	92
4.2.2.2	Dêitico e Distal	95
4.2.2.3	Contínuo de Determinação	97
	UMA GEOMETRIA DE TRAÇOS PARA	
4.3	TERCEIRA PESSOA EM PB	98
4.3.1	A categoria pessoa	98
4.3.2	A categoria número	102
4.3.3	A categoria gênero	104
	UMA GEOMETRIA DE TRAÇOS PARA	
4.4	TERCEIRA PESSOA EM PB	106
4.5	SUMÁRIO	107
5	A SINTAXE-Φ DA TERCEIRA PESSOA	109
5.1	ADAPTANDO AGREE PARA UM MODELO-Φ	109
5.2	OPERAÇÃO <i>AGREE</i>	113
5.2.1	Ele Determinado	116
5.2.2	Ele Demonstrativo	117
5.2.3	Ele Indefinido	118
5.2.4	Ele Indeterminado	119
5.2.5	Ele Arbitrário	120
5.3	LIGAÇÃO E REFERÊNCIA	122
	EVIDÊNCIAS INDEPENDENTES PARA A	
5.4	PROPOSTA	128
5.4.1	DP Definido	129
5.4.2	DP Indefinido	130
5.4.3	DP Demonstrativo	131
5.4.4	DP Indeterminado	132
5.4.5	DP nu (genérico)	133
5.5	SUMÁRIO	134
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
	REFERÊNCIAS	139

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Desde muito tempo, a natureza dos pronomes é investigada na Linguística Moderna, autores como Boas (1911), Bloomfield (1938), Forchheimer (1953), Benveniste (1966), Câmara Júnior (1970), Monteiro (1994), dentre outros, apontam que há significativa diferença entre os pronomes de primeira e segunda pessoa e o de terceira pessoa, uma vez que os primeiros são participantes do discurso e o último não é.

Contudo, cabe destacar que desde a tradição filosófica ocidental, há interesse nas pessoas do discurso e em suas relações de referência, como por exemplo, em Crátilo, de Platão, em que "as palavras existem para estabelecer relações entre os indivíduos, e destes com o mundo dos objetos", e na Retórica, I, 1358b, de Aristóteles, na qual este filósofo afirma que todo discurso pressupõe obrigatoriamente três seres ou "pessoas": o ser que fala (primeira pessoa), o ser com quem se fala (segunda pessoa) e o ser de que se fala (terceira pessoa), como pode-se identificar no dado¹ em (1)², a primeira pessoa é sempre o falante, a segunda pessoa é sempre o ouvinte, alternando-se no curso da enunciação, enquanto a terceira pessoa é sempre o tema em discussão.

(1) Paulo: - João que dia **você** virá aqui?

João: - Você que vai me dizer, eu estou livre.

Paulo: - Tudo bem, eu vou marcar o dia, mas traga Cláudia também.

João: - Certo, falarei com ela. Só assim para ela largar o computador.

Paulo: Pois é, ela não larga ele por nada (risos).

Entretanto, ainda que todas as produções supracitadas demonstrem que a terceira pessoa possui comportamento diferente do comportamento da primeira e da segunda pessoa por ser sempre o tema, algo ou alguém externo ao discurso e, portanto, não participante da enunciação, ainda assim o pronome pessoal de terceira pessoa é categoricamente tratado como membro da categoria pessoal, tal qual os de primeira e os de segunda pessoa, integrando o paradigma dos pronomes pessoais das línguas descritas mais conhecidas (cf. BHAT, 2013). Logo, é esperado que haja aspectos em comum entre

¹ Os dados aqui apresentados são de introspecção. Há casos pontuais de dados anotados, entretanto, estes casos serão destacados.

² A numeração dos dados será reiniciada a partir de (1) em cada uma das seções.

o pronome pleno de terceira pessoa e os de primeira pessoa e os de segunda pessoa, tendo em vista que mesmo que a terceira pessoa não seja marcada por turno de fala, este pronome continua sendo um pronome pessoal.

Em vista disso, o objetivo desta tese é analisar a natureza do pronome pleno de terceira pessoa em Português Brasileiro (doravante PB), a partir do inventário de traços que constitui esse pronome, sob a perspectiva da Teoria de Traços (cf. HARLEY; RITTER, 2002; COWPER; HALL, 2002; BÉJAR, 2003; CARVALHO, 2008), e de suas propriedades de ligação (cf. COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017), tendo por base seu comportamento léxico-sintático, uma vez que a configuração do pronome pleno de terceira pessoa parece interferir tanto em sua distribuição, quanto em sua referência.

Tradicionalmente, na literatura gerativista, as relações referenciais de pronomes são tratadas com base nas condições de retomadas de seus antecedentes (cf. CHOMSKY, 1981). Em (2), há dados do pronome pleno de terceira pessoa em que o pronome retoma um antecedente expresso.

- (2) a. João_i percebeu que **ele**_i é esforçado.
 - b. João_i percebeu que **ele**_i é esforçado.
 - c. João_i percebeu que **ela**_i é esforçada.

Em (2a), o pronome está ligado ao seu antecedente, *João*. Em (2b), o pronome retoma outro sintagma nominal externo ao escopo da sentença. Já, em (2c), a leitura de que a retomada do sintagma nominal é externa ao escopo da sentença é motivada pelo gênero do pronome.

Para Chomsky (1981), relações referenciais devem ser observadas através do estudo da Teoria da Ligação, módulo linguístico responsável pelas relações referenciais de sintagmas nominais pronunciados e nulos, o qual atua como um vetor para identificar aspectos da interface existente entre sintaxe e semântica devido à relação existente entre a distribuição sintática de um pronome e seu escopo de referência, "[e]m primeiro lugar, o estudo de tais elementos juntamente com investigações relacionadas com pronomes e anáforas provou ser uma excelente sonda para determinar relações sintático-semânticas e

as regras que as formam [...]" (CHOMSKY, 1981, p. 55, tradução nossa³). Deste modo, o autor propõe que a Teoria da Ligação tem um princípio para cada categoria nominal, como na cláusula em (3).

- (3) Teoria da Ligação (cf. CHOSMKY, 1981; 1986b)
 - (A) Uma anáfora é ligada na sua categoria de regência
 - (B) Um pronome é livre na sua categoria de regência
 - (C) Uma expressão-R é livre

Considerando que o Programa Minimalista é resultado do aperfeiçoamento do Empreendimento Gerativista, uma série de princípios de versões anteriores da teoria foram revistos, como regência, por exemplo. Em função disso, a Teoria da Ligação também foi revisada, como apresentada em (4).

- (4) Teoria da Ligação (cf. CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995; BRITO, 2017)
 - (A) Uma anáfora deve ser c-comandada⁴ por seu antecedente em seu domínio de vinculação
 - (B) Um pronome não deve ser c-comandado por seu antecedente em seu domínio de vinculação, tendo, consequentemente, referência disjunta de qualquer DP que o c-comande.
 - (C) Uma expressão-R deve ter referência disjunta de qualquer DP que a c-comande, dentro ou fora de seu domínio de vinculação.

Inicialmente, Chomsky (1981) tratou os elementos pronominais realizados ou nulos como proximativo, quando o pronome tem sua referência estabelecida a partir da sua ligação com seu antecedente, e obviativo, quando o pronome não está ligado a algum antecedente. Ou seja, o pronome pode ter um antecedente, mas não se trata de uma exigência. No entanto, quando o pronome possui antecedente, esse antecedente não pode c-comandar o pronome que o retoma. De acordo com o autor, há casos em que categorias pronominais não podem ter um antecedente, como mostra o dado em (5).

3

³ No original: "In the first place, the study of such elements, along with the related investigation of anaphors and pronouns, has proven to be an excellent probe for determining properties of syntactic and semantic representations and the rules that from them" (CHOMSKY, 1981, p. 55).

⁴ C-comando é uma metalinguagem da Teoria Gerativa adotada para verificação de relações de inclusão e continência, tais como domínio e precedência. Assim, c-comando é definido pela seguinte cláusula: α c-comanda β se e somente se não domina β e também todo γ que α domina β (cf. CHOMSKY, 1995, p. 76).

(5) Non è chiaro come **ec** essere allegri. Não está claro como ser alegre

(CHOMSKY, 1981, p. 61)

Segundo Chomsky, a categoria vazia⁵, em (5), seria um pronome obviativo, pois se o sintagma nominal não é ligado, é arbitrário, ou seja, não há um antecedente com o qual seja possível fazer concordância de traços. Pronomes proximativos, por sua vez, seriam aqueles como (6a), em que a referência do pronome *ela* reflete a retomada do seu antecedente. Porém, quando o pronome de terceira pessoa não está ligado, como em (6b), é um pronome obviativo e, por isso, dêitico, já que o referente é retomado fora da sentença (cf. COWPER; HALL, 2002). Este fato mostra que não é a ausência de antecedente expresso que faz o pronome ser arbitrário ou não, mas algum outro aspecto do estabelecimento de sua referência.

a. Paulai não está aqui, sei porque João disse que viu elai sair.
b. Paulai não está aqui, sei porque João disse que viu elai sair.

Observando os dados em (6), é possível identificar que independentemente do tipo de retomada pronominal, o pronome terá sua referência estabelecida através de sua ligação com uma expressão referencial presente ou não na sentença.

Conforme Chomsky (1981), o que determina a Teoria da Ligação não é o fato de anáforas e pronomes tenderem a procurar um antecedente, mas o modo como essas relações podem ocorrer. Por essa razão, o autor propõe que a anáfora deve ser ligada no domínio de vinculação, isto é, a anáfora deve estar ligada no mesmo composto sintático, enquanto o pronome deve ser livre nesse mesmo domínio. Por conseguinte, quando há um pronome, ele deve ser livre, enquanto a anáfora correspondente não pode ser livre (op. cit., p.154). Já as expressões referenciais devem ser livres em qualquer contexto.

O autor discute brevemente, em seu trabalho, a proposta de Lasnik (1976) na qual os pronomes são elementos livres em termos de ligação, mas estão sujeitos a mais condições semânticas. Assim, Chomsky (1981) aponta que no nível de representação semântica, LF (*Logical Form*⁶), cada NP (*Noun Phrase*) deve ser ligado por uma indexação simples, tendo em vista que "[...] cada item lexical é inserido em estrutura-D

.

⁵ De forma resumida, PRO é uma categoria vazia, produzida em posição de sujeito de sentenças infinitivas, cuja referência é arbitrária, visto que não pode ser ligada a um antecedente. Há casos em que PRO é controlado, quando ocorre como sujeito infinitiva encaixada (cf. CHOMSKY, 1981). No entanto, por entender que há muitas nuances entre os limites de *pro*, no caso das infinitivas flexionadas (cf. RAPOSO, 1987), e *PRO*, assumo que haja apenas uma categoria vazia aqui.

⁶ Neste trabalho, os termos técnicos serão mantidos em inglês com vistas a atender à tradição teórica.

[*Deep Structure*] com uma indexação (incluindo PRO), sendo os índices copiados por mover- α" (op. cit., p. 187, tradução nossa⁷).

Quanto à escolha do antecedente pronominal ser estabelecida de maneira preferencial ou determinada, segundo Chomsky (1981, p. 206), essa ligação poderia ser definida por proximidade em vários casos, mas na maioria deles seria determinada pelo que chamou de "condições extrínsecas" cuja importância seria relevante, mas não foram desenvolvidas em seu trabalho. Portanto, o que determinaria se o referente de *ele*⁸, em (7), é o sintagma *João*, em (7a), ou outro, como *o rapaz da informática*, em (7b), são essas condições extralinguísticas, as quais, segundo Cowper e Hall (2002), Schulte (2003) e Gruber (2013), podem ser formalizadas no léxico pré-sintático⁹. No entanto, não são previstas pela Teoria da Ligação.

(7) a. João_i disse que ele_i chegará cedo.
b. João_i disse que ele_j chegará cedo.

Por isso, quando o DP¹⁰ (*Determiner Phrase*) ao qual o pronome de terceira pessoa se refere é expresso, ligado ao mesmo fora do domínio de vinculação, há um *antecedente*, como em (7a), caso o antecedente do *ele* seja *João*. Em contrapartida, quando o nominal ao qual o pronome de terceira pessoa se refere não é expresso, mas recuperado pela formalização do contexto de produção, há um *referente*, como em (7b), caso o referente de *ele* seja *o rapaz da informática*. Por esta razão, assumo aqui o termo *referente*, em contraposição a *antecedente*, por considerar que antecedente seja o DP ao qual o pronome está ligado, enquanto referente seja o DP que compartilha referência com o pronome, com base em condições extralinguísticas formalizadas a partir de traços.

Chomsky (1981), assim como Postal (1966), menciona a existência de traços na configuração dos pronomes e argumenta que

[...] há algum conjunto de traços- φ gramaticais que caracteriza pronomes, i.e., pronomes são distinguidos de anáforas foneticamente expressas e expressões referenciais na medida em que os traços gramaticais de pronomes são

.

⁷ No original: "[...] each lexical element is inserted in D-structure with an index (including PRO), indices being copied by Move-α [...]" (CHOMSKY, 1981, p. 187).

⁸ No decorrer do trabalho, o pronome pleno de terceira pessoa poderá ser tratado por suas formas equivalentes, a saber, *ele, ela, eles* ou *elas*.

⁹ Neste trabalho será adotada a noção de um léxico enriquecido, em oposição a um léxico fracionado como o da Morfologia Distribuída (HALLE; MARANTZ, 1993, 1994). A concepção desse léxico será melhor discutida ao longo do trabalho, especialmente, na seção 4.

¹⁰ Assumo, com Abney (1987, p. 20), que as relações de concordância, em sintagmas nominais, se dão do determinante para o nome, devido a instanciações lexicais as quais resultam na relação de dominância de sintagmas determinantes (DP) para com nomes (NP). Isto é, o NP é c-comandado pelo DP.

determinados unicamente por φ, enquanto anáforas foneticamente expressas e expressões referenciais têm alguns outros traços gramaticais também (CHOMSKY, 1981, p. 330, tradução nossa¹¹).

Estes "outros traços gramaticais" serão apresentados e discutidos ao longo desta tese. Todavia, assim como Postal (1966), Chomsky (1981) trata dos traços como um rótulo cristalizado, os quais resultariam em um item lexical, dialogando com a concepção de pronome como primitivo compartilhada tanto por eles, quanto por Ross (1967). Ademais, também não é mencionado quais seriam os traços além do rótulo-φ, a saber, traços de pessoa, gênero e número, que estariam presentes na composição de anáforas e expressões referenciais.

De acordo com os postulados do Programa Minimalista, conforme proposto por Chomsky (1995 e posteriores), pronomes são definidos como unidades referenciais nas quais se encontram um conjunto de traços-φ. Essa definição não se distingue significativamente da proposta no modelo de Regência e Ligação, apresentado no início desta seção. No entanto, ao longo das últimas décadas, estudos como Cardinaletti e Starke (1999), Déchaine e Wiltschko, (2002), Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002), Béjar (2003, 2008), Carvalho (2008, 2010), Brito (2009), Marcotulio (2010, 2017) mostram que há problemas com a concepção de pronome como elemento primitivo, como em (8)¹².

- (8) a. Pedro educou **ela**.
 - b. Maria viajou mais ele.
 - c. Aqueles doces são delas.
 - d. A professora entregou o livro pra ele.

Verifica-se, nos dados em (8), que a realização do pronome pleno de terceira pessoa, tradicionalmente nominativo, em outras posições sintáticas, evidencia que a gramaticalidade dessas sentenças não está relacionada exclusivamente à sua morfossintaxe. Em (8a), o pronome *ela* assume a posição de caso acusativo; em (8b), o

-

¹¹ No original: "[...] there is some set of grammatical features ϕ that characterize pronouns; i.e., pronouns are distinguished from overt anaphors and R-expressions in that the grammatical features of pronouns are drawn solely from ϕ , whereas overt anaphors and R-expressions have some other grammatical features as well" (CHOMSKY, 1981, p. 330).

¹² Os demais pronomes também podem apresentar identidade parcial de traços de pessoa, gênero e número. Porém, opto pela ilustração com o pronome pleno de terceira pessoa por ser o objeto de investigação do presente trabalho.

pronome *ele* assume posição de caso oblíquo¹³, tendo auxílio do advérbio *mais*¹⁴; (8c), o pronome *elas* assume a posição de caso genitivo, regido pela preposição *de*; e em (8d), o pronome *ele* assume posição de caso dativo, regido pela preposição *pra*. Nesse sentido, o sincretismo¹⁵ da forma tradicionalmente nominativa demonstra que a concepção de pronome como primitivo não é satisfatória.

Outro problema identificado, na literatura, diz respeito à natureza dos traços-φ, i. e. "[...] aqueles envolvidos em *Agree*¹⁶ de predicado-argumento, tipicamente pessoa, número e gênero" (HARBOUR et al., 2008, p. 2). Argumenta-se, nessa ótica, que *pessoa*, *gênero* e *número* sejam rótulos categoriais nos quais estão contidos hierarquicamente traços formais mais primitivos. Assim, os dados em (9) evidenciam que a concepção de traços- φ como feixe cristalizado é problemática.

- (9) a. As_{pl} menina_{sg} é_{sg} bonita_{sg}.¹⁷
 - b. A gente_{1p} adora_{3p} nossa_{1p} casa.
 - c. Praia_{fem} é ótimo_{masc}.

Conforme o modelo de concordância proposto por Chomsky (2000, 2001a, 2001b), no qual é obrigatória a identidade de traços da *sonda* e do *alvo* para convergência da sentença, as construções em (9) deveriam ser agramaticais, uma vez que *match* não é satisfeito, se for considerado que a morfologia reflete *ipsis literis* a estrutura sintática. Em (9a), há identidade dos traços de gênero e de pessoa, mas não de número; em (9b), há identidade dos traços de gênero e de número, mas não de pessoa¹⁸; e em (9c), há identidade de traços de pessoa e de número, mas não de gênero. Se os traços-φ fossem um rótulo do qual convergem simultaneamente traços de pessoa, gênero e número, como explicar que as sentenças em (9) são produtivas em PB?

Partindo da proposta de que $[\phi]$ não é um conjunto cristalizado de traços formais, Harley e Ritter (2002) propõem uma geometria de traços oriunda da gramaticalização de

.

¹³ De acordo com Carvalho (2017), o ablativo nada mais seria do que uma especificação lexical da preposição, cujo valor do caso será oblíquo. Desta forma, não haveria "herança" ablativa no quadro pronominal do PB, mas apenas uma especificação de cunho puramente morfológico.

¹⁴ Sabe-se que há concorrência das formas *com* e *mais* na regência de elementos no domínio do DP (cf. GOMES, 2014), por exemplo: João vai *mais ele.* / João vai *com ele*.

¹⁵ O fenômeno do sincretismo é observado quando pronomes tradicionalmente nominativos emergem em outras posições Casuais (cf. KATO, 1999; CARVALHO, 2008).

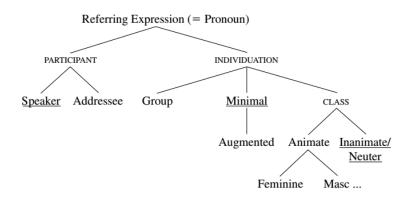
¹⁶ Agree é compreendida como uma relação puramente sintática envolvendo *match* (identidade de traço) e *value* (valoração de traços) (CHOMSKY, 2000, 2001a, 2001b).

¹⁷ 1p = primeira pessoa; 2p = segunda pessoa; 3p = terceira pessoa; sg = singular; pl= plural; fem = feminino; masc = masculino.

¹⁸ Como o objetivo da discussão dos dados em (9) é demonstrar que é possível a ocorrência de concordância sem identidade total de traços-φ (cf. BÉJAR, 2003), optamos pela relação de concordância da forma *a gente* de primeira pessoa com seu reflexo verbal de terceira pessoa na qual este aspecto é mais evidente.

certas categorias cognitivas (como referência e pluralidade) para composição de pronomes, em (10).

(10) Geometria de traços¹⁹ (HARLEY; RITTER, 2002, p. 486)



Contudo, Cowper e Hall (2002) e Béjar (2003) apontam para a existência de mais traços na geometria proposta por Harley e Ritter (2002). Para Cowper e Hall (2002), categorias semânticas, como definitude e especificidade, se gramaticalizaram e passaram a compor a geometria de traços pronominais para atender outras exigências não capturados na hierarquia em (10). Béjar (2003) também propõe a existência de um novo traço, a saber, $[\pi]$, intermediando a raiz ao nó [Participant], pois a subespecificação total dos traços de terceira pessoa pode ocorrer ou não e, sem a presença de $[\pi]$, não seria possível o estabelecimento de tais condições²⁰.

Tendo em vista os trabalhos acima mencionados, Carvalho (2008) propõe uma geometria de traços, baseada na proposta de Harley e Ritter (2002), considerando os trabalhos de Cowper e Hall (2002) e Béjar (2003). Por conseguinte, o autor argumenta em função da existência de um traço determinante, [D], responsável por codificar as

Aumentado Animado Inanimado/Neutro
Feminino Masculino...

²⁰ Conferir Carvalho (2015) para uma discussão sobre possibilidade de uma subespecificação severa do traço $[\pi]$ mesmo para a primeira pessoa do singular em algumas variedades do português afro-brasileiro.

Expressão Referencial = Pronome

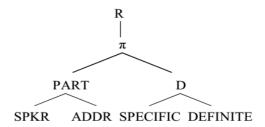
Participante

Individuação

Falante Destinatário Grupo Mínimo Classe

informações nominais presentes no pronome, apresentada em (11). Essa proposta converge com o argumento de Postal (1966) de que pronomes seriam subtipos de determinantes.

(11) Geometria de traços de pessoa (CARVALHO, 2008, p. 82)



No que tange à referência dos pronomes pessoais, Bloomfield (1938), Forchheimer (1953), Benveniste (1966) e Bhat (2004) questionaram até que ponto o pronome de terceira pessoa é concretamente um pronome pessoal, tendo em vista que a terceira pessoa não é estabelecida na enunciação, nos mesmos moldes que a primeira e a segunda. Os dados em (1), repetidos aqui como (12), demonstram as marcações desses pronomes na enunciação.

(12) Paulo: - João que dia **você** virá aqui?

João: - Você que vai me dizer, eu estou livre.

Paulo: - Tudo bem, eu vou marcar o dia, mas traga Cláudia também.

João: - Certo, falarei com ela. Só assim para ela largar o computador.

Paulo: Pois é, ela não larga ele por nada (risos).

Em (12), observa-se que as referências dos pronomes de primeira e segunda pessoa, eu e você, são estipuladas por quem assume papel de locutor e interlocutor, alternando-se no decorrer da elocução a partir de quem assume o turno de fala. Todavia, a terceira pessoa não dispõe desta propriedade já que é sempre o tema, ou seja, algo ou alguém fora do discurso. O fato de o pronome de terceira pessoa ter sua referência associada a uma entidade externa ao discurso, estando ou não no limite da sentença, fez com que Bloomfield (1938) tratasse a terceira pessoa como definida, com que Forchheimer (1953) a tratasse como definida e determinada e com que Benveniste a considerasse a não-pessoa, comportamento associado à sua impossibilidade de assumir leitura genérica (cf. CERQUEIRA, 2015a, 2015b, 2017, 2019), como será discutido nas seções seguintes. Em vista disso, questiona-se o que viabiliza a composição de um pronome pessoal cuja

categoria tradicionalmente correspondente à pessoa, *participante*, está disponível em seu inventário, mas não é acionada. Tal condição sugere que haja algo além da categoria pessoa para codificação dos pronomes pessoais.

Logo, como já dito, o *objetivo* dessa tese é analisar a natureza léxico-sintático do pronome pleno de terceira pessoa em PB, tanto com base no inventário de traços que constitui este pronome, sob a perspectiva da Teoria de Traços (cf. HARLEY; RITTER, 2002; COWPER; HALL, 2002; BÉJAR, 2003; CARVALHO, 2008), quanto com base em suas propriedades referenciais (cf. COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017), com vistas a identificar seu estatuto distribucional e referencial. Para cumprimento desse objetivo, parto da *hipótese* de que a estrutura do pronome no léxico é definida por uma geometria de traços cuja notação impõe restrições à derivação sintática e à interface conceitual-intencional. Assim sendo, a geometria de traços da categoria pessoa é constituída por elementos formais pré-sintáticos, de natureza léxico-semântica, a saber, definitude e especificidade, os quais podem ampliar a compreensão da natureza da categoria pessoa, assim como, do pronome de terceira pessoa.

1.2 REFERENCIAL TEÓRICO

Para atender ao objetivo do trabalho, adoto o referencial teórico da Teoria da Gramática Gerativa, aos moldes do Programa Minimalista, conforme proposto por Chomsky (1995 e posteriores), cujo método hipotético-dedutivo consiste na observação de dados linguísticos, com intuito de atestar ou refutar hipóteses. Os dados utilizados são de introspecção, pois o falante nativo de qualquer língua humana é competente em sua Língua-I, sistema da mente/cérebro do falante nativo que lhe possibilita conhecer sua língua materna (cf. CHOMSKY, 1986a), sendo, consequentemente, capaz de realizar julgamentos de gramaticalidade.

1.2.1 O Programa Minimalista

Em 1995, Chomsky publica o Programa Minimalista, resultado de uma grande revisão da teoria de Princípios e Parâmetros e de suas bases, culminando em condições para análises capazes de atingir o nível da adequação explicativa (cf. CHOMSKY, 1995, 2001b). Embora a proposta de Princípios e Parâmetros seja preservada no modelo minimalista, vários elementos do modelo de Regência e Ligação (cf. CHOMSKY, 1981, 1986b) foram rediscutidos e modificados, tais como: a) a necessidade de níveis de

representação, DS (*Deep Structure*) e SS (*Surface Structure*), reconsiderados dado ao seu custo para a sintaxe; b) a noção de léxico (não mais visto como item de vocabulário, mas como conjunto de traços formais e interpretáveis); c) as noções de forma lógica e forma fonética (ampliadas para interfaces de modo a atender a arquitetura da linguagem); e d) a assunção de uma sintaxe capaz de atuar com apenas duas operações (*merge* e *move*), entre outras adaptações.

Destarte, à Faculdade da Linguagem, componente particular da cognição humana, órgão mental responsável pela aquisição da linguagem, cuja contraparte sistêmica é tratada como Gramática Universal (doravante GU), está subjacente uma arquitetura na qual a derivação²¹ sintática, alimentada pelo léxico, deve atuar com o menor número possível de operações. Sendo assim, as sentenças formadas na GU são decodificadas pelos sistemas de interface, a saber, a interface articulatório-perceptual (A-P) e a interface conceitual-intencional (C-I).

Nessa ótica, a Língua-I, o sistema mental que possibilita que o falante nativo conheça sua língua (cf. CHOMSKY, 1986a), constitui-se com base em dois componentes fundamentais, anteriores aos sistemas de representação, o léxico e a sintaxe. Outrossim, o léxico alimenta o sistema derivacional com elementos constitutivos das estruturas sintáticas, os traços formais, e essas estruturas sintáticas, uma vez constituídas, seguem para os sistemas de desempenho linguístico, as interfaces A-P e C-I, por intermédio dos sistemas de representação, PF (*Phonetic Form*) e LF (*Logic Form*), respectivamente.

Desde a tradição saussuriana, o nível lexical é tratado como um repositório estático de irregularidades e idiossincrasias da linguagem, culminando na noção de léxico como um nível externo à gramática e, por conseguinte, isolado. Todavia, tal assunção não foi apropriada pela Teoria Gerativa, ainda que outras teorias linguísticas o tenham feito. O interesse em verificar as regras de formação de palavras, a partir do processo de nominalização (cf. CHOMSKY, 1970), assim como as operações previstas no nível da DS (cf. CHOMSKY, 1981, 1986b), reforçam a divergência entre o Gerativismo e o Estruturalismo europeu, no que tange o estudo do léxico. Em relação ao estudo do léxico, no âmbito da Teoria Gerativa, Farias destaca que,

não é de agora a preocupação que tem sido direcionada à questão do léxico. Desde Chomsky (1970), é possível verificar a intenção desse autor em atribuir ao léxico papel crucial na derivação sintática. Tempos depois, já com *Lectures on Governement and Binding*, (CHOMSKY, 1981, 1986), fica assente, a partir

²¹ Operações recursivas realizadas a partir da valoração de traços formais (cf. CHOMSKY, 1995 e posteriores).

do Princípio de Projeção e do Critério-θ, como cada nível da sintaxe (Estrutura-D e Estrutura-S) reflete as propriedades advindas do léxico. Com o Programa Minimalista (CHOMSKY, 1995), esta assunção ficou ainda mais clara, já que o léxico, como componente inicial da gramática, viabiliza a derivação ou a checagem sintático-semântica no sistema computacional" (FARIAS, 2016, p. 50).

À vista disso, a arquitetura da linguagem, proposta no Programa Minimalista, concebe o léxico como "[...] um conjunto de elementos lexicais [primitivos], [...] um sistema articulado de traços. O léxico especifica, para cada um destes elementos, as suas propriedades fonéticas, semânticas e sintácticas e indiossincráticas, [...]" (CHOMSKY, 1995, p. 70). Por conseguinte, o *léxico* é parte do sistema computacional cujos elementos constitutivos encontram-se dispostos de modo sistemático e coerente, possibilitando tanto aquisição da linguagem, quanto produção linguística, por estar contido no sistema computacional. Isto é, o léxico é "[...] o componente inicial da gramática que deve conter as informações que viabilizam a derivação (ou checagem) sintático-semântica" (FOLTRAN; WACHOWICZ, 2000, p. 151).

Os elementos constitutivos ou valores codificados no léxico são os *traços*. Estes traços, os quais são de natureza semântica, gramatical e fonológica, são selecionados para composição das partes da sentença formada no curso da derivação. Deste modo,

[n]a dinâmica da cognição humana, os traços semânticos estabelecem relações entre a língua e o sistema conceitual-intencional, já que é a partir deles que as expressões linguísticas tornam-se interpretáveis, assumindo certo significado e dado valor referencial no discurso. Por sua vez, os traços fonológicos estabelecem relações entre a língua e o sistema articulatório-perceptual, tornando possível que os itens do léxico sejam manipulados pelo aparato sensório-motor humano, assumindo, assim, certa articulação e certa percepção física (KENEDY, 2012, p. 43).

Portanto, é lícito assumir que a gramaticalização de elementos extralinguísticos, semântico-pragmáticos, se dê a partir de gramaticalização de traços (cf. COWPER; HALL, 2002; SCHULTE, 2003; GRUBER, 2013), no léxico, considerando que, segundo Pustejovsky (2016, p. 33), o léxico é o componente da gramática no qual são codificadas tanto a informação requerida para composição na sintaxe, quanto o conhecimento para níveis múltiplos e tipos de interpretação semântica.

Sendo assim, a *derivação* de uma sentença exige uma seleção dos traços, disponíveis no léxico, correspondente às categorias em questão, ao que se chama de *numeração*. A seguir, esses traços são *valorados* em suas categorias correspondentes a fim de concatenar componentes sintáticos (operação *merge*) em etapas chamadas de *fase* (cf. CHOMSKY, 2001a, 2005). Após o cumprimento dessas etapas, o aparato *Spell-out*

encaminha simultaneamente a sentença derivada para as interfaces A-P e C-I, para que sejam produzidas e interpretadas (de acordo com o Princípio da Interpretação Plena). O processamento de uma sentença ocorre da mesma forma, em movimento oposto. No entanto, nesse trabalho, assumo que os traços envolvidos na derivação não sejam valorados e apagados, mas que após valorados, entrem em estado de inércia para que, permaneçam visíveis até as interfaces (cf. FRAMPTON; GUTMANN, 2000).

1.2.2 A Teoria de Traços

Em acordo com uma abordagem minimalista, traço é considerado o verdadeiro elemento primitivo para realização das derivações sintáticas. Adger e Svenonius (2010) estabelecem um comparativo entre o traço [Plural] e um átomo de hidrogênio, H, sinalizando que ambos representam um elemento "mínimo" 22, existente no mundo real, e cuja ligação com outros elementos primitivos de mesma natureza resulta em substâncias novas. Por essa razão, assim como uma molécula de água é composta por dois átomos de hidrogênio e um de oxigênio; um vocábulo como *menina* é resultado de uma "ligação" entre os "átomos" [N], [3^a pessoa], [Singular], [Feminino], etc.

Nessa ótica, se traços possuem um comportamento semelhante ao dos átomos, os traços dispõem, assim como os átomos, de propriedades estruturais e composicionais, as quais foram mencionadas na subseção anterior, mas que serão melhor discutidas ao longo do trabalho. No entanto, além da descrição tipológica dos traços que compõe um dado item lexical, também é necessário estabelecer como se dão suas relações e se essas são ou não de natureza hierárquica.

Por essa razão, é preciso "descrever as possibilidades estruturais de um dado traço a fim de que se possa estipular propriedades que permitem que [esse] traço estabeleça uma relação qualquer com outro traço" (CARVALHO, 2012, p. 117), identificando, desta forma, as restrições destes elementos. O comportamento dos traços, como elementos primitivos, demanda um modelo de organização destes traços, o qual, não é uniforme entre as teorias minimalistas. Pode-se prever uma organização de traços anterior à derivação ou em seu curso.

molécula de um composto.

²² O uso de mínimo está entre aspas devido ao fato de que átomos podem ser divididos em partículas subatômicas, a saber, prótons, neutros e elétrons. Entretanto, a discussão proposta aqui é posterior ao balanceamento que forma os átomos, uma vez que o objetivo é comparar uma notação léxico-sintática à

Outro aspecto importante é definir quais são os tipos de traços, como se comportam e quais deles atuam na derivação. Nos sistemas de interfaces C-I e A-P são lidos, segundo Chomsky (1995, 2000, 2001a), exclusivamente traços interpretáveis. Isto é, aqueles que não atuariam diretamente na sintaxe, como, por exemplo, traço [Animate]²³. De acordo com o Princípio da Interpretação Plena, os traços legíveis ou traços interpretáveis, são lidos nas interfaces e devem manter-se inertes por toda a derivação até atingirem as interfaces. Por outro lado, os traços ilegíveis ou não interpretáveis, como os traços como [Plural] ou [Acusative], devem ser checados (cf. CHOMSKY, 1995) ou valorados (cf. CHOMSKY, 2000, 2001a, 2005) e, em seguida, deletados ou também permanecerem em estado de inércia (cf. FRAMPTON, GUTMANN, 2000).

Para Chomsky (1995), como visto acima, um item lexical apresenta traços fonológicos, semânticos e formais, mas apenas os formais são lidos no curso da derivação, isto é, atuam nas operações que nela ocorrem (*merge* e *move*), pois são os únicos compatíveis com o sistema derivacional e, por isso, demostram reflexos na distribuição do elemento. A maneira como esse inventário de traços, disponível no léxico, é tratada é um dos principais pontos de divergência entre as teorias minimalistas. Para a Teoria de Traços (cf. HARLEY; RITTER, 2002; BÉJAR, 2003; CARVALHO, 2008), na qual a organização dos traços se dá hierarquicamente em disposição geométrica, os traços formais são concebidos como elementos formativos, sendo, consequentemente, parte constitutiva da composição da notação de traços da qual deriva um nominal, isto é, se um traço interfere na distribuição desse nominal, esse traço é um traço formativo e, por isso, deve estar previsto em sua notação. Por conseguinte, tal traço é valorado na derivação, através de relação de *sonda-alvo*, culminando em *Agree*²⁴, operação sintática de concordância na qual há valoração de traços de sonda e alvo, mediante à compatibilidade destes traços (cf. CHOSMKY, 1995).

Tendo em vista que o pronome pleno de terceira pessoa, em PB, assim como as demais formas tradicionalmente nominativas, emerge em quase todas as posições sintáticas (cf. CARVALHO, 2008; CERQUEIRA, 2017), não parece ser sua forma que determina sua distribuição e seu escopo de referência, como já apontado em Postal (1966). Em vista disso, acredito que um modelo no qual a composição do pronome é prevista, no léxico, por uma

²³ Na Teoria de Traços os valores dos traços são representados entre colchetes e em inglês.

-

²⁴ Corbett (2006) propõe um modelo de concordância alternativo a *Agree*, a saber, *Concord*, no qual há um enfoque morfossintático. Alexiadou (2009) também propõe uma distinção entre *Agree* e *Concordância*, sendo *Agree* uma operação abstrata na computação sintática, conforme Chomsky (2001), enquanto *Concordância* está associada a propriedades morfofonológicas do sistema flexional. No entanto, questões pertinentes à operação *Agree* serão ampliadas nas seções 4 e 5.

geometria de traços formativos, organizados hierarquicamente, possa ser uma alternativa para tratar a natureza do pronome pleno de terceira pessoa, considerando que sua morfologia não reflete seu comportamento sintático, nem suas condições de ligação. Portanto, acredito que o comportamento léxico-sintático do pronome fornece pistas para compreensão da natureza desse pronome.

Em face ao exposto, opto por esse modelo de análise, considerando que, na *Teoria de traços-φ* (cf. HARBOUR et al., 2008), há a possibilidade de colaboração de um léxico-semântico para compreensão de eventos sintáticos com "intervenção de efeitos de *Agree*", pois o diferencial desta área é o interesse em verificar como os traços formais (formativos) atuam na derivação, através das relações de concordância (*Agree*), estabelecidas com identidade total (*match*) ou parcial (*mismatch*) de traços.

1.3 ESTRUTURA DA TESE

As seções posteriores são organizadas da seguinte forma: na seção 2, é feita a apresentação dos dados de modo a demonstrar que a forma pronominal da terceira pessoa plena não interfere em sua distribuição, em oposição às leituras definida e/ou específica, as quais aparentemente corroboraram com seu licenciamento; na seção 3, é traçado um panorama de trabalhos anteriores a fim de definir a melhor concepção de pronome, considerando a subespecificação de sua estrutura de traços; na seção 4, é feita uma discussão acerca da composição do pronome pleno de terceira pessoa, cuja notação fornece pistas para sua distribuição e para sua referência; e na seção 5, é proposto um modelo de análise para o fenômeno, levando em conta os traços que o compõe e seu papel na geometria de traços, assim como também são levadas em conta as motivações sintáticas para requisição destes traços, conforme a operação Agree, além disso, é feita a verificação de como a composição de traços do pronome contribui para o estabelecimento de sua referência; logo após, são apresentadas as considerações finais.

2 DA NATUREZA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA DO PB

O objetivo deta seção é realizar a apresentação dos dados que balizam a discussão feita na tese, a fim de verificar se a forma pronominal interfere em sua distribuição, como também investigar pistas do seu licenciamento. Desta forma, trato o fenômeno sob a perspectiva sintática e léxico-semântica, com intuito de descrever a natureza desse nominal de modo a obter pistas para sua composição de traços formais. Para tanto, é feito o mapeamento dos contextos sintáticos em que ocorre o pronome pleno de terceira pessoa, assim como das leituras semânticas desse pronome, uma vez que sua formalização em traços possibilita caminhos para o estabelecimento de sua referência.

2.1 A NATUREZA SINTÁTICA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA EM PB

Tradicionalmente, a natureza dos pronomes pessoais é diretamente associada ao seu comportamento morfossintático, por isso, esta subseção é destinada à verificação das posições que o pronome pleno de terceira pessoa pode ocupar na sentença. Este pronome, como aponta Cerqueira (2017, 2019), parece ser bastante livre, em termos de distribuição, tanto em comparação com os pronomes de primeira e segunda pessoa, quanto com outras proformas²⁵, visto que o pronome pleno de terceira pessoa ocupa quase todas as posições sintáticas, no caso do PB, como se observa nos dados a seguir.

- (1) a. **Ele** quebrou depois da queda. (o celular)
 - b. Do nada, **ela** disse que não precisava mais. (a moça da biblioteca)
 - c. Eu e **elas** somos irmãos. (Maria e Joana)
 - d. Ela é uma princesa. (A filha de Bárbara)
 - e. Faço **ela** chorar, porque sou ruim. (a aluna da pós)

Em (1), há dados de terceira pessoa plena em sua posição tradicional, a de sujeito²⁶. Ao que parece, a forma plena ocorre livremente em qualquer contexto de sujeito. Em (1a), o pronome *ele* ocorre na posição de sujeito de sentença matriz. Em (1b), o pronome *ela* ocorre na posição de sujeito de sentença encaixada. Em (1c), o pronome *elas*

_

²⁵ Segundo Bhat (2004, p.5-6), os pronomes são divididos entre pronomes pessoais prototípicos, primeira e segunda pessoa, e proformas, terceira pessoa e demais pronomes.

²⁶ São considerados aqui apenas sujeitos sintáticos, aqueles que ocupam a posição argumental de SpecTP.

ocorre na posição de sujeito de sentença matriz, mas coordenado com outro pronome, o que, segundo Cardinaletti e Starke (1999), é um dos comportamentos dos chamados pronomes fortes, aqueles cuja estrutura é mais completa. Em (1d), o pronome *ela* ocorre na posição de sujeito de uma *small clause* (uma predicação nominal estabelecida por uma cópula, em sentença equativa), o qual se move para a posição de especificador do sintagma temporal (Spec, TP). Em (1e), o pronome *ela* ocorre na posição de sujeito de uma infinitiva encaixada, contexto sintático configurado como Marcação Excepcional de Caso (quando um DP recebe caso de um núcleo atribuidor presente em outra oração) (cf. CHOMSKY, 1981, 1986b).

Em (2), entretanto, o clítico e a categoria vazia compartam-se de outra maneira.

- (2) a. Faço-a / A faço chorar, porque sou ruim. (a aluna da pós)
 - b. Faço ec chorar, porque sou ruim. (a aluna da pós)
 - c. *Ela faço chorar / faço ela chorar, porque sou ruim. (a aluna da pós)

Em (2a), o clítico apresenta, assim como o pleno, a leitura de que alguém faz alguém chorar, mas o pronome pode estar enclítico ou proclítico, possibilidade vetada ao pronome pleno de terceira pessoa, em (2c). Já em (2b), a categoria vazia assume o estatuto de um PRO, devido à posição sintática de sujeito de infinitiva não flexionada²⁷. Por conseguinte, em (2b), há a leitura de que alguém faz toda/qualquer pessoa chorar, ou seja, uma leitura genérica²⁸, o que não ocorre nem com o pronome pleno, nem com o clítico.

Em (3), há sentenças em que o pronome pleno de terceira pessoa assume a posição de objeto direto, contexto sintático em que se espera, segundo a tradição normativa, a forma clítica, *o/a/os/as*, ou a categoria vazia, cujo estatuto seria de elipse de DP (cf. CYRINO, 1994 e posteriores).

- (3) a. Se ela não for, a gente desliga **ela**. (Paula)
 - b. Eu quebrei **ele** acidentalmente. (o zíper do vestido)
- (4) a. Se ela não for, a gente desliga-a / a deliga / deliga ec.
 - b. Eu quebrei-o / o quebrei / quebrei ec acidentalmente.

As sentenças em (4), por sua vez, não se distinguem das sentenças em (3), exceto pela posição dos clíticos. Em contrapartida, o pronome pleno de terceira pessoa não pode

-

²⁷ Sabe-se que a categoria vazia PRO é arbitrária (cf. RIZZI, 1986) e, por isso, genérica. Porém, ainda que, em sentenças infinitivas, possa haver concordância de terceira pessoa plural, caso das infinitivas flexionadas (cf. RAPOSO, 1987, 2004), o acréscimo morfológico parece configurar outro contexto sintático, o qual parece estar relacionado com o estatuto da categoria vazia. No entanto, tal aspecto não é consensual na literatura.

²⁸ A discussão sobre genericidade e arbitrariedade será retomada e ampliada ao logo do trabalho.

retomar uma sentença, como em (5a). Já o clítico, em (5b), e o demonstrativo neutro, em (5c), podem realizar retomadas sentenciais.

- (5) a. *[Te pedi para comprar o pão]_i, por quê não fez **ele**_i?
 - b. [Te pedi para comprar o pão]_i, por quê não **o**_i fez?
 - c. [Te pedi para comprar o pão]_i, por quê não fez **isso**_i?

Em (6), a terceira pessoa plena ocorre em posição de objeto preposicionado, como sintagmas preposicionados (PPs) argumentais, sendo esses constituintes objeto indireto, em (6a); complemento relativo, em (6b); e complemento locativo, em (6c).

- (6) a. Eu não sei quem deu o recado pra **ela**. (a mãe de Aline)
 - b. Ainda vou falar com **elas**. (Aline e Joana)
 - c. [Esse bairro]_i é muito perigoso, a gente quer sair d**ele**_i.

Nas sentenças em (7), o *ele* ocorre em posição de complemento nominal.

- a. A inclusão dele no grupo é fundamental. (João)
 b. O valor do conserto é definido pela situação dele. (carro de João)
- Em (8) e em (9), o pronome pleno de terceira pessoa ocorre, respectivamente, em posição de adjunto adnominal e de adjunto adverbial.
 - (8) a. A rua delas é subindo. (Paula e a esposa)b. A família dele morreu quase tudo. (Jon Snow)
 - (9) a. Tô aqui com **ela**. (a aluna nova)
 - b. Queria que a gente pensasse logo num logo para ele. (o grupo de pesquisa)

As sentenças em (10-13), adiante, apresentam contextos sintáticos os quais, segundo Cardinaletti e Starke (1999), restringem-se a pronomes fortes, pois os pronomes deficientes (fracos e clíticos) não são licenciados em posição periférica (como deslocamento, isolamento e clivagem) e não podem ser c-modificados²⁹. Deste modo, em (10), a terceira pessoa está em posição de tópico ligado ao seu antecedente expresso.

- (10) a. **Ele**_i, Chomsky_i diz que a teoria linguística deve descrever procedimentos mentais.
- b. Amo percussão_i. **Ela**_i, na nossa música, tem uma coisa que puxa pra origem, né?

²⁹ Para Cardinaletti e Starke (1999) e Petersen (2008), c-modificação é a modificação de todo o sintagma nominal.

Em (11), o pronome pleno de terceira pessoa aparece em condição de cmodificação.

- (11) a. [Essa culinária]_i tá *toda* **ela**_i retratada no paladar brasileiro.
 - b. Pedro gosta tanto de animal que quer *até* **ele**. (aquele cachorro sarnento)

Em (12), há dados de terceira pessoa em sentenças clivadas, cuja leitura semântica é focalizada.

a. Paulo_i é um fofoqueiro, foi ele_i que disse que Pedro tá saindo com Júlia.
b. É ela que sabe desenhar fanart de animes. (a aluna nova)

As sentenças em (13), cujo contexto de produção é de pergunta/resposta, configuram o que Cardinaletti e Starke (1999) chamaram de isolamento. Cabe salientar que, a gramaticalidade desse tipo de sentença está condicionada à exigência de falante e ouvinte estarem em contato visual com o referente em questão para que esse referente possa ser "apontado", o que é tratado na literatura como *ostensão* (cf. OLIVEIRA, 2001), esperado para um nominal dêitico.

(13) a. O que você quebrou? / Ele. (o relógio) b. Quem foi expulso da aula? / Ele. (João)

Ainda que o objetivo de apresentar as sentenças em (10-13) não seja o de testar se a forma plena de terceira pessoa comporta-se como um pronome forte ou fraco, os dados possibilitam a compreensão de que, independente do estatuto do pronome pleno dentro da tripartição pronominal³⁰ de Cardinaletti e Starke (1999), essa forma pronominal ocorre livremente em posições sintáticas nas quais, tradicionalmente, são esperadas ocorrências de formas nulas, clíticas ou demonstrativas. Um desses casos é o das sentenças em (14) em que o pronome de terceira pessoa comporta-se como um partitivo ocupando o lugar em que, em princípio, espera-se um demonstrativo.

- (14) a. Tem coisas_i na vida que o dinheiro não paga, *uma delas*_i são as amizades que conquistamos.
- b. Muitas coisas $_i$ incomodam João, mas, com certeza, *a maior d*elas $_i$ é a pirraça.

³⁰ Cardinaletti e Starke (1999) propõem que os pronomes são divididos em três categorias, a saber, fortes, fracos e clíticos. Tal discussão será ampliada na seção 3.

Em (14), o pronome de terceira pessoa parece assumir o comportamento esperado pelo DP demonstrativo, como nas sentenças em (15).

- (15) a. ?Tem coisas_i na vida que o dinheiro não paga, *uma dessas*_i são as amizades que conquistamos.
- b. ?Muitas coisas_i incomodam João, mas, com certeza, *a maior dessas*_i é a pirraça.

Em (16), há dados do que é tratado nesse trabalho como terceira pessoa demonstrativa, pois, além de seu comportamento ser semelhante ao de uma expressão partitiva, nesses contextos sintáticos, muitas vezes, opta-se pelos demonstrativos, como (17).

- (16) a. Na minha turma de sexto ano, têm [crianças especiais]_i e eu amo cada uma d**elas**_i.
- b. [Muitas coisas]_i atormentam os professores, a principal d**elas**_i é o fascismo.
- (17) a. Na minha turma de sexto ano, têm [crianças especiais]_i e eu amo cada uma dessas crianças_i.
 - b. [Muitas coisas]_i atormentam os professores, a principal d**essas coisas**_i é o fascismo.

Os dados em (16) e (17) são evidências de que, como apontam trabalhos como os de Forchheimer (1953) e de Bhat (2004), em muitos aspectos, os pronomes pessoais de terceira pessoa aproximam-se mais de demonstrativos do que dos pronomes de primeira e segunda pessoa. De acordo com os estudos gramaticais, Ali (1966) e Coutinho (1976), a aproximação do pronome pleno de terceira pessoa com os pronomes demonstrativos está relacionada ao fato de os demonstrativos terem originado as terceiras pessoas, o que, segundo Giusti (1998), se dá pela presença de características comuns entre estas categorias, a saber, ser pronominal, ser terceira pessoa, ser definido e ser ostensivo, as quais teriam sido preservadas na passagem do latim vulgar para as línguas românicas.

Há casos em que o pronome pleno de terceira pessoa pode estar envolvido em um processo de reflexivização. Contudo, para tanto, é preciso que ao pronome pleno sejam adjungidos os modificadores *mesmo* ou *próprio*, responsáveis pela leitura reflexiva, como em (18a), ou, em alguns casos pontuais, que haja um contexto pragmático norteando a realização da forma plena com valor de anáfora (cf. BRITO, 2009), cuja leitura reflexiva é subproduto da correferência estabelecida entre o DP antecedente e o pronome pleno, como em (18b).

(18) a. [João]_i cortou **ele**_i *mesmo*. b. Maria_i viu **ela**_i na TV.

Enquanto na sentença (18a), o antecedente está claramente ligado ao pronome, graças à presença do modificador *mesmo*, o qual restringe o alcance da referência do pronome. Por isso, é refutada a leitura disjunta, cuja interpretação seria de que João cortou outra pessoa, ou seja, a adjunção de *mesmo* obriga o pronome pleno de terceira pessoa a comportar-se como uma anáfora, consequentemente, correferencial ao seu antecedente. Já (18b), por sua vez, exige um contexto interpretativo muito particular para que a sentença seja gramatical em alguns dialetos do PB, ou seja, é preciso que o ouvinte saiba que Maria estava vendo TV e foi a si própria quem ela viu, pois, sem esse contexto pragmático, a referência do pronome tende a ser exofórica.

Outro contexto sintático em que o pronome pleno é licenciado é o de resumpção, como em (19). Nesses casos, a forma plena pode concorrer com a categoria vazia, em (20).

- a. [Esse livro]_i, Maria disse que adorou ele_i.
 b. [A menina]_i que eu falei com ela_i ontem, não vem pra aula.
- (20) a. [Esse livro]_i, Maria disse que adorou ec_i.
 b. [A menina]_i que eu falei ec_i ontem, não vem pra aula.

Com base nos dados de (1-20), verifica-se que o pronome de terceira pessoa, diferente dos pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa e das outras proformas, parece ter um comportamento tão livre ao ponto de ocorrer em quase todas as posições sintáticas. Outro aspecto importante é que em todos os contextos sintáticos em que esse pronome ocorre, suas leituras são definidas e específicas, pois os antecedentes (ligados) e os referentes (dêiticos) sempre são identificados e particularizados. Portanto, neste trabalho, definitude e especificidade são tratados, em linhas gerais, como leitura identificável e leitura particularizada, respectivamente, as quais são acionadas conforme a presença dos traços [Definite] e [Specific] na composição do nominal, como será melhor discutido nas seções seguintes.

2.2 A NATUREZA LÉXICO-SEMÂNTICA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA

Considerando que a seção em questão é destinada ao mapeamento da natureza do pronome pleno de terceira pessoa, a subseção anterior abordou o fenômeno sob a perspectiva sintática, a fim de mapear sua distribuição. A presente subseção, por sua vez, destina-se a abordagem do fenômeno sob a perspectiva léxico-semântica, uma vez que as leituras desse pronome, formalizadas em traços, apresentam caminhos para o estabelecimento de sua referência, os quais, como discutido na seção 1, não são estabelecidos exclusivamente em termos de vinculação.

Outrossim, é provável que não só a distribuição do pronome seja decorrente da sua composição hierárquica de traços-φ (cf. BÉJAR, 2003, 2008; CARVALHO, 2008, 2017; HARBOUR et al., 2008), mas também a sua referência considerando que, em um modelo de traços e, portanto, minimalista, antes da derivação sintática, há uma seleção de traços formais, os quais constituem a palavra. Segundo Chomsky (1995), no léxico, estão contidos traços gramaticais, semânticos e fonológicos, ou seja, ainda que os traços semânticos e fonológicos selecionados no léxico possam ser invisíveis para a sintaxe, tais traços serão lidos nas interfaces conceitual-intencional e articulatório-perceptual respectivamente.

Todavia, assumo, como Frampton e Gutmman (2000, 2006), que após a valoração dos traços de sonda e alvo não haja deleção (cf. CHOMSKY, 1995), mas que os traços valorados entrem em estado de inércia, permitindo sua leitura nas interfaces, em caso de necessidade. Deste modo, a concepção de traço formal, na qual todo traço responsável pelo licenciamento de um fenômeno linguístico é formal, é conveniente para ampliar e verificar a hipótese de Cerqueira (2015a), na qual o sincretismo do pronome pleno de terceira pessoa está relacionado aos traços [Definite] e [Specific]. Em vista disso, são apresentados a seguir dados de terceira pessoa plena cujas leituras sejam definidas e/ou específicas, com vistas a obter pistas para a composição desta terceira pessoa.

- (21) a. [A resistência]_i é tudo, pois é através dela_i que seguimos em frente.
 - b. Esse aluno não estava entre eles. (os alunos bagunceiros)
 - c. Eles sempre fingem gostar dos pobres em época de eleição. (os políticos)

Em (21), há dados de terceira pessoa plena em PB, sendo que, em (21a), o pronome possui um antecedente, pois o pronome *ela* está ligado ao DP *a resistência*. Em

(21b) e (21c), por sua vez, a terceira pessoa possui um referente, dado ao seu comportamento dêitico. Entretanto, há uma tênue diferença entre ambas: em (21b), é o conteúdo da própria sentença que determina o referente do pronome, ou seja, o aluno em mencionado é um indivíduo específico do universo de alunos em questão, os bagunceiros, ao qual o pronome se refere, assumindo, portanto, uma leitura partitiva a partir do DP "antecedente". Já em (21c), a interpretação do referente do pronome está condicionada a um conteúdo adquirido na enunciação e, normalmente, recuperado pelo conhecimento de mundo de falante e de ouvinte, ou seja, o pronome pleno de terceira pessoa possui um referente puramente dêitico.

Uma vez que, na arquitetura da linguagem prevista no modelo minimalista, o léxico é um módulo em diálogo tanto com a interface conceitual-intencional, quanto com fatores orgânicos externos relacionados com a faculdade da linguagem, como o módulo da memória (cf. HAUSER; CHOMSKY; FITCH, 2002, p.1571), é possível que alguns elementos pragmáticos gramaticalizem-se como traços formais, no momento em que interferem na distribuição de um dado nominal, como propõem Cowper e Hall (2002), Schulte (2003) e Gruber (2013). Com base nessa proposição, assumo com Carvalho (2008 e posteriores) que as leituras dos pronomes pessoais podem fornecer pistas para sua composição de traços e, por conseguinte, para sua referência. Por isso, o pronome apresenta, em sua composição, uma identidade de traços, pelo menos parcial (cf. BÉJAR, 2003), em relação ao seu antecedente/referente, como em (21).

Segundo trabalhos recentes sobre o comportamento do pronome pleno de terceira pessoa (cf. CERQUEIRA, 2017, 2019; CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b), esse pronome assume leitura definida e específica em todas as posições sintáticas em que ocorre, salvo na posição de sujeito, cuja leitura pode ser definida ou específica ou ambas. Observando os dados de (2-20), apresentados na seção anterior, tal assunção pode ser confirmada, já que, em todos os contextos sintáticos, exceto o de sujeito, o pronome pleno de terceira pessoa apresenta obrigatoriamente leitura identificável e particularizada.

Embora seja visto na literatura (cf. CYRINO et al., 2000; HOFFHER, 2003; BRODY, 2013; HOLMBERG; PHIMSAWAT, 2015) uma aparente sinonímia entre os termos genericidade e arbitrariedade, intimamente relacionados com definitude e especificidade, assumo que:

a) *genericidade* seja a propriedade de um nominal fazer referência a uma categoria com sentido de "tipo, espécie, gênero ou grupo" (cf. CARLSON, 1989, 1995; KRIFKA

et al., 1995; CHIERCHIA, 1995; SARAIVA, 1997; OLIVEIRA, 2001), logo não apresenta definitude, nem especificidade. Como, por exemplo: **O leão** é carnívoro;

b) arbitrariedade seja a condição de um pronome cuja interpretação é genérica, por essa razão, definitude e especificidade estão ausentes em sua notação, resultando na ausência dessas leituras (cf. LYONS, 1999; CARVALHO, 2008). Como por exemplo: Se você escolhe representantes políticos, como escolhe time de futebol, acaba elegendo reacionários;

c) *indefinição* seja uma propriedade decorrente da ausência de definitude (cf. ABBOTT, 2010; HERTZENBERG, 2015), mas com especificidade associada às noções de inclusividade e unicidade, culminando em uma particularização (cf. PARTEE, 1972, 2004). Como por exemplo: **Alguns alunos meus** são LGBTQIs;

d) *indeterminação* seja uma propriedade decorrente da ausência de especificidade, mas com definitude associada à noção de identificabilidade (cf. LYONS, 1999). Como em: **O pessoal** se preocupa mais com animais abandonados do que com crianças em situação de rua.

Com vistas a propor uma discussão mais objetiva dos termos assumidos, essa subseção divide-se em outras quatro subseções, a saber, 2.2.1 O limite entre genericidade e arbitrariedade; 2.2.2 O pronome pleno de terceira pessoa indefinido; e 2.2.3 O pronome pleno de terceira pessoa indeterminado.

2.2.1 O limite entre genericidade e arbitrariedade

Considerando que a referência dos pronomes pessoais de primeira e de segunda pessoa é estabelecida por quem assume o turno de fala no decorrer da enunciação, o que não ocorre com a terceira pessoa (cf. FORCHHEIMER, 1953; BENVENISTE, 1966; BHAT, 2004; GRUBER, 2013), é provável que além da distribuição da terceira pessoa plena, seu escopo de referência também seja uma das principais características que a distingue dos pronomes de primeira e segunda pessoa.

Como evidenciam os dados em (1), da seção 1, repetidos aqui como (22), enquanto a terceira pessoa é sempre o tema sobre o qual se fala, primeira e segunda pessoa alternam-se, no decorrer da elocução, entre falante e ouvinte.

(22) Paulo: - João que dia **você** virá aqui?

João: - Você que vai me dizer, eu estou livre.

Paulo: - Tudo bem, **eu** vou marcar o dia, mas traga Cláudia também.

João: - Certo, falarei com **ela**. Só assim para *ela* largar o computador.

Paulo: Pois é, **ela** não larga **ele** por nada (risos).

Assim, em (22), é possível perceber que os pronomes de primeira e de segunda pessoa sempre fazem menção a quem assume o turno de fala, enquanto a terceira pessoa parece ser uma estratégia de determinação do tema em discussão.

Outro fator que merece destaque é a possibilidade de os pronomes de primeira e segunda pessoa apresentarem comportamento arbitrário e leitura genérica. Trabalhos como os de Kerstens (1993), Harley e Ritter (2002), D'Alessandro (2004), Carvalho (2008) e Gruber (2013) demonstram a possibilidade de pronomes pessoais desempenharem o mesmo papel de um constituinte nominal genérico, ou seja, apresentar significação de classe, grupo, tipo ou espécie (cf. SARAIVA, 1997; RIBEIRO, 2010), como em (23).

- (23) a. Na vida, **a gente** bate e **a gente** apanha.
 - b. Diante de uma situação dessa, você não sabe o que faz.

Em (23a), a leitura é de que toda e qualquer pessoa bate e apanha em suas experiências ao longo da vida. Em (23b), há leitura de que toda e qualquer pessoa, mediante à situação expressa, não saberia o que fazer. Em contrapartida, a terceira pessoa plena apresenta um comportamento divergente das outras duas, como em (24) e em (25).

- (24) Eu adoro café_i.
 - *Eu adoro elei.
- (25) Maçã_j é uma delícia.
 - *Elaj é uma delícia.

Os nomes *café* e *maçã*, presentes nas sentenças (24) e (25), referem-se respectivamente à categoria *café* e à categoria *maçã*, sendo, portanto, representantes da espécie/ do tipo/ do grupo/ da classe *café* e da espécie/ do tipo/ do grupo/ da classe *maçã*. Logo, todo e qualquer *café* é adorado em (24) e toda e qualquer *maçã* é uma delícia em (25). Porém, o pronome de terceira pessoa não preserva tais características no que tange à retomada dos DPs *café* e *maçã*. Quando a retomada de *café* e *maça* é feita com o pronome de terceira pessoa, a leitura é de que falante e ouvinte sabem precisamente qual *café* é adorado e qual *maçã* é deliciosa, como em (24') e (25'), nas quais o pronome de terceira pessoa consegue recuperar todas as características semânticas de seu referente sem nenhum prejuízo às sentenças.

(24') Eu adoro [esse café]i.

Eu adoro elei.

(25') [A maçã do Bom Preço]_j é uma delícia. **Ela**_i é uma delícia.

Quando o pronome de terceira pessoa retoma um DP *nu* (sintagma nominal composto por nome sem determinante, exceto nome próprio), estrutura na qual o sintagma nominal assume categoricamente interpretação genérica³¹ (cf. LYONS, 1999, p. 189), o resultado é de uma sentença agramatical, como em (24) e (25).

Carlson e Pelletier (1995) argumentam que haja duas formas de línguas naturais expressarem genericidade, a saber, *expressões de referência a espécies* e *sentenças genericamente quantificadas*. O primeiro tipo trata-se da propriedade de um sintagma nominal assumir a condição de abarcar toda uma classe em uma predicação, como (26).

- (26) a. As cobras são perigosas.
 - b. **Professores** trabalham muito.
 - c. Eu não gosto de fazer **comida**³².

O segundo tipo apresentado pelos autores trata-se da possibilidade de a leitura geral ser dada a partir da presença de um quantificador universal, como em (27).

- (27) a. **Todas** as cobras são perigosas.
 - b. **Todos** os professores trabalham muito.
 - c. Eu não gosto de fazer toda comida.

As sentenças genéricas representam um mecanismo linguístico a partir do qual os falantes de uma língua natural podem produzir informações condizentes a leis gerais e/ou regularidades nesta língua. Conquanto, no momento em que esse mecanismo é utilizado, sobretudo, através de sentenças genericamente quantificadas, pode-se atribuir a elas valor de verdade e de falsidade. Por exemplo, alguém pode contestar até que ponto é verossímil a assertiva de que *Todos os professores trabalham muito* alegando que há professores que trabalham menos.

Questões relacionadas a valor de verdade e falseamento não serão tratadas neste trabalho. Portanto, serão consideradas aqui como sentenças genéricas apenas as

³² Há trabalhos na literatura que tratam estruturas como (27c), como incorporação de objeto (cf. SARAIVA, 1997) ou como construções de verbos leves, devido às suas propriedades aspectuais (cf. SCHER, 2004, 2005). Contudo, esta discussão não está prevista neste trabalho.

³¹ Carlson (1977) cunha o termo *bare plural* argumentando que os nomes genéricos e não genéricos estariam em distribuição complementar e que os NPs plurais seriam os autênticos nominais genéricos em inglês. Entretanto, em português, diversos tipos de DPs resultam em nominais genéricos (cf. MÜLLER, 2000; MARIANO, 2018), como será apresentado adiante.

expressões de referência a espécie, isto é, aquelas que se comportam como nomes próprios de espécies (cf. CARLSON, 1989). Na literatura, em linhas gerais, esse tipo de expressão é tratado como escopo de quantificação existencial (cf. CARLSON, 1995; CHIERCHIA, 1995; OLIVEIRA, 2001; DUARTE; OLIVEIRA, 2006). Contudo, não só "nomes nus" parecem engatilhar esse comportamento semântico. Segundo Müller (2000 e posteriores) e Mariano (2018), em PB, outros tipos de DPs também podem apresentar leitura genérica, como em (28).

- (28) a. **O café** chegou ao Brasil em 1890.
 - b. As cobras são muito perigosas.
- c. **Um corpo** atrai outro com uma força que varia na razão inversa do quadrado de distâncias.
 - d. Brasileiro gosta de arroz e feijão.
 - e. Professores trabalham muito.

(MÜLLER, 2000, p.1)

Para Müller e para Mariano, em PB, não só DPs nus plurais, como (28e), assumem interpretação genérica. DPs com artigo definido singular, como (28a); DPs com artigo definido plural, como (28b); DPs com artigo indefinido, como em (28c); e com DPs nus singulares, como em (28d), também apresentariam, em seus termos, leitura genérica.

Uma vez que o PB não restringe uma estrutura particular de nominal para assunção de interpretação genérica, Müller (2000) propõe que

[I]inguisticamente, pelo menos para o português, para o inglês e para muitas outras línguas, as sentenças genéricas parecem não assumir nenhuma característica formal, quer na sua estrutura sintática, quer na marcação morfológica de seus constituintes, que as distinga superficialmente das outras sentenças da língua (cf. DUHAL, 1995). Sua semântica, no entanto, possui algumas características distintivas [...] (MÜLLER, 2000. p. 2)

Para Lyons (1999), um nominal genérico é aquele em que não há evidências de leitura definida, ou seja, um DP cuja interpretação não é identificada pelo ouvinte. Em vista disso, o autor propõe que definitude pode ser expressa em línguas naturais, tanto morfossintaticamente, através de um determinante ou um afixo verbal, como também através da leitura semântica. Por assumir que a ausência de definitude seja um requerimento para um nominal apresentar leitura genérica e essa propriedade não estar restrita à estrutura do sintagma nominal, a proposta de Lyons favorece a análise de Müller no que diz respeito à "liberdade" estrutural de DPs genéricos.

Em trabalhos como Chomsky (1981), Raposo (1992) e Galves (2001), entre outros, utiliza-se o termo *arbitrariedade* com intenção de mostrar a propriedade de

pronomes pessoais apresentarem o comportamento semântico semelhante ao de um nome genérico. Carvalho (2008) defende o uso do termo *arbitrário* para tal propriedade pronominal, pois a leitura genérica do pronome estaria condicionada à ausência dos traços de definitude e de especificidade em sua composição de traços, resultando em notações pronominais cujas leituras seriam capazes de retomar todo/qualquer falante, no caso da primeira pessoa, e todo/qualquer ouvinte, no caso da segunda pessoa.

- (29) a. **Eu** começo a fumar um cigarro hoje, amanhã **eu** experimento x.
 - b. Você/a gente começa a fumar um cigarro hoje, amanhã você/a gente experimenta x.
 - c. Ele começa a fumar um cigarro hoje, amanhã ele experimenta x.

Os pronomes *eu*, *você* e *a gente*, expressos em (29a-b), indicam que neste contexto sintático **toda e qualquer pessoa** que começa a fumar cigarro hoje, amanhã experimentará x, oposto de (29c), em que o pronome pleno de terceira pessoa permite a leitura de que alguém identificado e particular começa a fumar. Em decorrência disso, as sentenças em (29a-b) apresentam os pronomes de primeira e segunda pessoa com leitura genérica, sendo assim, pronomes arbitrários.

Por conseguinte, assumo que *genericidade* seja a leitura semântica do pronome, equivalente a um DP genérico, isto é, a propriedade de referir-se a uma classe, um grupo, um tipo ou uma espécie existente no mundo; enquanto, *arbitrariedade* seria a notação de traços de um pronome capaz de comportar-se como um DP com tais componentes semânticos. Consequentemente, um pronome arbitrário é aquele capaz de assumir leitura genérica, pois não possui nem o traço de definitude, nem o de especificidade.

Do mesmo modo que os dados em (29c), o olhar sobre os dados em (30) reitera que a terceira pessoa plena não apresenta leitura genérica.

- (30) a. O kit de reconstrução, você vende **ele** a 175 reais.
- b. Namore com alguém que entenda que você pode dormir a qualquer momento e deixar **ela** no vácuo.
 - c. *Adoro doce, ele é muito bom.
 - d. Adoro doce de leite de Minas, ele é muito bom.

Em (30a) e (30b), há situações hipotéticas nas quais o falante simula respectivamente uma venda e um perfil de relacionamento afetivo. Em (30a), todo e qualquer ouvinte envolvido no contexto de produção poderia ser o referente de segunda pessoa e efetuar a venda, mas quanto ao produto em questão, ainda que houvesse omissão do tópico *o kit de reconstrução*, o pronome pleno de terceira pessoa só permite leitura

definida e específica, pois não se vende algo que não seja do conhecimento do vendedor (falante) e do cliente (ouvinte). Em (30b), um primeiro olhar pode causar impressão de que a terceira pessoa possa ser genérica, tendo por referente *alguém*. Entretanto, observase que a partir do momento em que há o estabelecimento de um namoro, o referente passa a ser *a pessoa com quem você namora*, até porque o traço feminino concorda com *pessoa* e não com *alguém*, um pronome neutro que exigiria um traço masculino, o *default* do PB (cf. CÂMARA JR, 1970; CARVALHO, 2008; BISMARCK LOPES, 2014).

Em (30c), a agramaticalidade ocorre devido a impossibilidade de o pronome de terceira pessoa retomar um DP *nu*, um constituinte genérico. Já em (30d), a sentença passa a ser gramatical, pois os PPs *de leite* e *de Minas* atuam como uma espécie de predicador especificando qual *doce*, em particular, é adorado pelo falante. A consequência da adjunção destes PPs é o licenciamento da vinculação do pronome de terceira pessoa ao DP referente *doce de leite de Minas*, pois não há nenhuma restrição para que o pronome referencie um nominal definido e/ou específico. Assim, um pronome arbitrário deve ter leitura genérica, decorrente da ausência dos traços de definitude e de especificidade em sua notação, o que não ocorre com o pronome pleno de terceira pessoa, visto que, exceto em posição de sujeito, esse pronome necessariamente apresenta essas leituras.

2.2.2 O pronome pleno de terceira pessoa indefinido

Apesar de não dispor de uma notação arbitrária, equivalente à leitura semântica genérica, como visto na subseção anterior, o pronome de terceira pessoa pleno, em posição de sujeito, deve conter informações/leituras de definitude e/ou de especificidade que podem ser traduzidas a partir do modelo de análise adotado nessa tese como traços [Definite] e [Specific]. Quando o pronome possui leitura indefinida, apresenta leitura específica, mas não definida. Por outro lado, quando o pronome possui leitura indeterminada, apresenta a leitura definida, mas não a leitura específica (cf. CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b), como pode ser verificado nos dados em (31).

- (31) a. Alguns meninos, **eles** levam livros para a escola.
 - b. Quem não conseguiu pegar alguma matéria, porque **ela** não foi oferecida, pode tentar ir no colegiado.
- c. Tava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e **ela** achou muito interessante.

Em (31a), o DP *alguns meninos* parece ser o antecedente do pronome *eles*, por isso o esperado é que o pronome apresente a mesma leitura semântica do seu antecedente. No entanto, o pronome parece não preservar exatamente a mesma interpretação de seu antecedente, pois a retomada favorece a leitura de que, no universo de meninos, apenas *os que levam livros para a escola* podem ser referenciados pelo pronome pleno de terceira pessoa, de modo que, há uma particularização da referência pronominal. Nesse caso, ainda que o pronome não possua leitura definida, sua especificação é dada pela particularização do conjunto de *meninos*, a qual provavelmente seja reflexo da presença do traço [*Specific*] na notação do pronome.

Em (31b), o pronome indefinido *alguma* do DP antecedente amplia a possibilidade de que a matéria em questão, no primeiro momento, possa ser qualquer uma. Porém, a sentença seguinte condiciona o pronome pleno de terceira pessoa a uma leitura específica uma vez que o pronome *ela* refere-se *a matéria que não foi pega* e não *a qualquer matéria*. A expansão da sentença (31b) para "Quem não conseguir pegar alguma matéria, porque *a matéria*³³ *que você não conseguiu pegar* não foi oferecida, pode tentar ir ao colegiado" causa estranhamento pela repetição do NP *matéria*, mas é muito mais aceitável do que "*Quem não conseguir pegar alguma matéria, porque *qualquer matéria* não foi oferecida, pode tentar ir ao colegiado". Isto é, no universo das matérias disponíveis, apenas aquela que não foi pega pelo falante, deve ser solicitada no colegiado. Portanto, há particularização do objeto referido, o que parece ser decorrente da presença do traço [*Specific*].

A sentença em (31c) apresenta um comportamento muito próximo ao de (36b), a presença do artigo indefinido *uma* no DP antecedente possibilita a leitura indefinida na primeira oração. Entretanto, a retomada feita pelo pronome pleno de terceira pessoa requisita como referente o constituinte *uma amiga com quem conversei sobre o projeto* e não *qualquer amiga*. A expansão da sentença (31c) para "Tava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e *a minha amiga*³⁴ *com quem conversei sobre o projeto* achou muito interessante" não é produtiva em função da repetição do NP *amiga*, mas, é muito mais aceitável do que a expansão "*Tava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e *a qualquer amiga minha* achou muito interessante". Ou seja, no universo das

³³ A sentença correlata também poderia ser "Quem não conseguir alguma matéria, porque *essa matéria* não foi oferecida, pode tentar ir ao colegiado".

-

³⁴ A sentença correlata também poderia ser "Estava conversando com uma amiga minha sobre o projeto e *essa amiga* achou muito interessante".

amigas do falante, apenas aquela com quem ele conversou sobre o projeto, achou-o muito interessante, leitura possível, provavelmente, por conta da presença do traço [Specific] na notação do pronome.

Sendo assim, verifica-se a partir dos dados que mesmo quando o pronome pleno de terceira pessoa possui como antecedente um DP indefinido, a sua leitura não é existencial, nem universal, mas específica, por apresentar leitura particularizada do referente pronominal, a qual assumiremos ser decorrente da presença do traço de especificidade presente na estrutura do pronome pleno de terceira pessoa. Por isso, assumo que um pronome de terceira pessoa apresenta leitura indefinida, quando não há leitura definida, dada, ao que parece, à ausência do traço [*Definite*] e à presença de [*Specific*], assegurando a determinação do nominal. Dito de outro modo, a leitura específica, garante que a terceira pessoa não possua uma notação subespecificada para pessoa³⁵.

2.2.3 O pronome pleno de terceira pessoa indeterminado

Como mencionado nas subseções anteriores, mesmo que a terceira pessoa plena não seja capaz de apresentar a leitura equivalente à de um nominal genérico, como consequência de não dispor de uma notação arbitrária, a este pronome são permitidas leituras indefinidas e indeterminadas. Parece que a leitura indefinida é assegurada pela presença de especificidade e que a leitura indeterminada é assegurada pela presença definitude. Cabe frisar que tais comportamentos são restritos à posição de sujeito e, no caso particular da indeterminação, em geral, o referente pronominal é humano e plural, com mostram os dados (32-33).

- (32) a. **Eles** vendem sorvete mais barato na porta da UFBA.
 - b. Vende-se sorvete mais barato na porta da UFBA.
- (33) a. ?Eles latem muito aqui. / ?Eles engatinham muito.
 - b. *Late-se muito aqui./ *Engatinha-se muito.

Em (32-33), há duas estratégias de indeterminação do sujeito com pronomes de terceira pessoa, a saber, com o pronome pleno de terceira pessoa plural, nas sentenças em (a), e com o clítico indeterminador *se* de terceira pessoa, nas sentenças em (b).

_

³⁵ Esses traços serão retomados na seção 5, na qual será proposto um modelo de notação que levará em conta a interação de [*Definite*] e [*Specific*] com os demais traços que serão apontados na descrição dos dados, com intuito apresentar uma composição pronominal que os contemple.

Em (32a), ainda que o ouvinte não consiga particularizar e individualizar quem são as pessoas em questão, sabe-se que a terceira pessoa refere-se exclusivamente *a quem vende sorvete*, por sua vez, os sorveteiros, a leitura identificável é possível graças à presença de definitude na notação do pronome.

Observa-se um comportamento distinto em (32b), uma vez que a identificação do referente não é possível, pois não há como garantir: i) que a venda de sorvetes é feita por uma ou mais pessoas, ii) que o referente seja o vendedor de sorvete ou a empresa que vende sorvete, e, por fim, iii) que quem vende sorvete esteja sempre na porta da UFBA ou que, ocasionalmente, diferentes pessoas passam pela porta da UFBA e vendem sorvete barato em sua porta. Ou seja, não há como definir o referente pronominal. Ainda que não haja resposta para essas questões em (32a), a dúvida não ocorre por conta da leitura identificável e, consequentemente, familiar.

O clítico *se* indeterminador parece dispor de menos traços em sua geometria do que o pronome pleno de terceira pessoa, cuja notação parece condicionar a interpretação de que o objeto referenciado é conhecido, visto que não é possível referir algo totalmente "desconhecido ou não familiar" (cf. LYONS, 1999), com o pronome pleno de terceira pessoa. Considerando o dado em (32b), a notação do clítico *se*, neste contexto sintático, permite leitura não-específica.

Já em (33), as sentenças apresentam outro comportamento dada a natureza semântica dos verbos que selecionam como sujeito um referente *que late* e *que engatinha*. A presença do pronome pleno de terceira pessoa plural, em (33a) parece condicionar o ouvinte a uma leitura tanto definida, quanto específica, pois são cachorros e bebês identificados e particularizados que latem e engatinham, isto é, a presença simultânea dos traços de definitude e de especificidade não resulta em um *eles* indeterminado. Já em (33b), a presença do clítico *se*, que exige uma leitura de quantificação universal nesse caso, como *Todos latem aqui / Todos engatinham aqui*, leva as sentenças à agramaticalidade, pois seria necessário um conjunto de cães e um conjunto de bebês para o estabelecimento da indeterminação, ou seja, há exigência de um contexto muito restrito para leitura coletiva. Essa discussão sobre os dados em (32-33) demonstra que além da presença dos traços³⁶ de definitude e de dêixis (uma vez que em casos de indeterminação,

-

³⁶ A discussão sobre o caráter desses traços será estabelecida nas seções 4 e 5. No entanto, sua menção é feita aqui com intuito de demarcar que o comportamento semântico do pronome pleno de terceira pessoa parece ser estabelecido pela sua composição de traços, a qual é formada ainda no léxico e, portanto, antes da derivação sintática.

o pronome pleno de terceira pessoa sempre será dêitico), a notação indeterminada deve apresentar também os traços de plural e de animaciadade, já que estes traços, aparentemente, impõem restrições para a indeterminação do pronome pleno de terceira pessoa.

O licenciamento do fenômeno da indeterminação nominal parece estar relacionado aos traços que desencadeiam diferentes leituras do pronome em questão. Ao observar os dados em (33), verifica-se que a indeterminação parece requerer um referente que seja plural, humano, definido e dêitico, resultando em uma leitura diferente da leitura com o clítico se, em que, aparentemente, não há presença de todos esses traços na notação pronominal. Por essa razão, acredito que a indeterminação com o clítico se seja decorrente de algum aspecto verbal o qual não será abordado nesse trabalho, visto que o foco da discussão é a indeterminação com o pronome pleno.

Hoffher (2003) realiza um dos primeiros trabalhos a assumir claramente a existência de uma terceira pessoa "arbitrária", mas cuja arbitrariedade, segundo a autora, não é da mesma natureza da arbitrariedade dos pronomes de primeira e segunda pessoa. Posteriormente, Brody (2013), revisando o trabalho de Hoffher (2003), apresenta uma tripartição para pronomes arbitrários, mas propõe que o regulador da suposta leitura genérica do pronome de terceira pessoa seja "uma pessoa silenciosa", um operador nulo que regularia pessoa, e um PP locativo. Holmberg e Phimsawat (2015) também propõem uma tripartição para os pronomes arbitrários, mas associam a realização desse pronome ao parâmetro do sujeito nulo. Outro fator de destaque é que os autores retomam o trabalho de Brody (2013) e argumentam que a "pessoa silenciosa" estaria em um CP nulo que controlaria o pronome arbitrário, retomando o debate sobre controle de PRO estabelecido por Chomsky (1981).

Nos três trabalhos, a arbitrariedade é vista como uma propriedade semântica, com reflexos na sintaxe. Todavia, considero, nesse trabalho, que a *arbitrariedade* seja verificada através da leitura resultado da notação de traços dos pronomes, cujos traços refletem a natureza léxico-sintática do pronome, e, por conseguinte, possibilitam seu licenciamento em certos contextos de distribuição. Já a genericidade é a interpretação da notação de traços do pronome pela interface conceitual-intencional. Nos termos aqui propostos, a terceira pessoa plena não possui comportamento arbitrário, tampouco, leitura genérica.

Outro aspecto comum entre os três trabalhos é que apenas especificidade é considerada em oposição a genericidade, sem uma apreciação da leitura definida em casos

como a indeterminação, o que, de acordo com o que defendo aqui, não caracterizaria uma arbitrariedade autêntica, já que mesmo quando indeterminados, os pronomes de terceira pessoa são definidos, podendo ser indefinidos e não-específicos exclusivamente em posição de sujeito, quando expletivos.

Os dados em (34)³⁷ refletem casos em que, nos termos de Hoffher (2003), Brody (2013) e Holmberg e Phimsawat (2015), haveria terceiras pessoas arbitrárias. No entanto, se é possível identificar o referente desse pronome, não há arbitrariedade, já que a leitura dêitica, estabelecida pelo traço de dêixis (cf. COWPER; HALL, 2002), é permitida por conta da leitura definida, estabelecida pelo traço de definitude. Em decorrência do exposto, é possível que o falante identifique *as mulheres agredidas*, como referentes de (34a), *os brancos*, como referentes de (34b), e os *bibliotecários*, como referentes de (34c), ou quaisquer outro DP dentro do mesmo campo semântico e codificado com os traços de dêixis, de definitude, de animacidade e de plural.

- (34) a. Se **elas** gritarem, ajude. Se não puderem, gritaremos por **elas**.
 - b. Cota é só o começo, eles nos devem até a alma.
- c. **Eles** vão comprar o último livro de Chomsky sobre Biolinguística para biblioteca.

Em (34a), a sentença em questão foi produzida por uma feminista em um ato público cuja pauta foi a denúncia da violência contra a mulher. Em vista disso, a oração, nesse contexto de produção, foi realizada com o intuito de que os ouvintes interpretassem que as mulheres em questão, embora não sejam particularizadas, não se tratam de quaisquer mulheres, pois as mulheres pelas quais "devemos gritar" são aquelas identificadas como vítimas de agressão. Ou seja, a terceira pessoa não apresenta leitura específica, mas apresenta leitura definida, o que a torna, nos termos aqui assumidos, um pronome indeterminado. Desta maneira, a presença dos traços de definitude e de dêixis, na notação do pronome, possibilitam essa leitura, no que concerne à categoria *pessoa*.

Em (34b), há uma sentença que foi grafitada³⁸ em um muro de um bairro periférico de Salvador. Sabe-se que o *Programa de Cotas* é uma ação proveniente da Lei 12.711/2012, sancionada em agosto de 2012, pelo governo federal brasileiro, a qual visa

2

³⁷ As sentenças em (34) e suas respectivas leituras exigem contextualização. Esses dados foram coletados de contextos reais de produção de fala e em contextos de produção de escrita recuperáveis.

³⁸ Grafitar é o ato de produzir "grafite", uma forma de manifestação artística em espaços públicos, um tipo particular de inscrição feito em paredes, intimamente relacionado ao movimento *Hip Hop*, um movimento cultural iniciado na década de 1960, nos EUA, como reação aos conflitos raciais da sociedade urbana (cf. GONÇALVES, 2014).

garantir a reserva de 50% das matrículas por curso e turno em 59 universidades federais e 38 institutos federais de educação, ciência e tecnologia a alunos integralmente oriundos do ensino médio público e autodeclarados como negros (pretos ou pardos), em cursos regulares ou da educação de jovens e adultos. Também é de conhecimento coletivo que no processo de colonização do Brasil, houve um inúmero contingente de negros que viveram no Brasil, em regime escravocrata (cf. BOSI, 1992; CARNEIRO, 2004) e que seus descendentes, por conta deste e de outros elementos estruturais, herdaram condições de subalternização e pobreza presentes de forma muito intensa na sociedade contemporânea, culminando no fato de que a maioria desses sujeitos vive na base da pirâmide socioeconômica brasileira (cf. GONZALEZ, 1983; SILVA, 2004; ROTH-GORDON, 2007). Em face ao exposto, a realização do pronome de terceira pessoa plural não particulariza o referente pronominal, mas, dada à gramaticalização do contexto pragmático (cf. ABBOTT, 2010), a partir do traço de dêixis (cf. COWPER; HALL, 2002), o interlocutor pode recuperar o DP os brancos como referente pronominal. Por isso, mesmo que o pronome não possua leitura específica, sua interpretação é definida, uma vez que o referente pronominal pode ser identificado.

Em (34c), a presença do pronome parece restringir o escopo de referência de modo que a leitura mais provável seria *O pessoal da biblioteca* ou *os bibliotecários* (ou outro sintagma nominal dentro do mesmo campo semântico) *vai/vão comprar o último livro de Chomsky sobre Biolinguística para a biblioteca*. Isto é, ainda que não seja possível particularizar as pessoas que farão a compra, sabe-se que no universo de pessoas, apenas os funcionários da biblioteca realizarão tal função. Em vista disso, o pronome apresenta leitura definida e não-específica, decorrente da presença dos traços de definitude e de dêixis.

2.3 SUMÁRIO

Nessa seção, foi feito o mapeamento tanto das posições sintáticas nas quais ocorre o pronome pleno de terceira pessoa, quanto das leituras semânticas desse pronome. No que concerne à natureza sintática do pronome pleno de terceira pessoa, foi identificado, através dos dados apresentados e discutidos, que a forma pronominal de terceira pessoa plena do PB pode ocorrer em qualquer posição sintática. Porém, enquanto na posição de sujeito podem ocorrer leituras definidas e/ou específicas, em todos os demais contextos sintáticos, as leituras do pronome são tanto definidas, quanto específicas, o que acredito

ser decorrente da gramaticalização dos traços de definitude e de especificidade, os quais tanto parecem licenciar esse sincretismo pronominal, quanto parecem apresentar caminhos para o estabelecimento de sua referência. Quanto à natureza léxico-semântica do pronome pleno de terceira pessoa, foi identificado que a esse pronome é vetada leitura genérica, devido à sua impossibilidade de dispor de uma composição de traços arbitrária, mas, ainda assim, há níveis de subespecificação da referência desse pronome, em posição de sujeito, a saber: a) indefinido, quando não apresenta leitura definida, mas apresenta leitura específica; e b) indeterminado, quando apresenta leitura definida, mas não apresenta leitura específica.

Deste modo, constatou-se que a natureza do pronome pleno de terceira pessoa é conferida por traços formais, que lincenciam sua distribuição, como também contribuem para composição de sua referência.

3 A ESTRUTURA DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA DO PB

A classe de pronomes, em geral, é adotada para tratar de vários subtipos dessa categoria, independente de terem ou não o mesmo comportamento. Portanto, a categoria pronome agrega sob esse rótulo elementos tais como pronomes pessoais, pronomes possessivos, pronomes demonstrativos, pronomes interrogativos e pronomes indefinidos.

Na tradição gramatical, pronomes costumam ser classificados como palavras que substituem substantivos (cf. LIMA, 1989; BECHARA, 1999). Entretanto, na Linguística (cf. MONTEIRO; 1994, NUNES, 1996; KATO; 1999, GALVES, 2001; RULLMAN, 2005; HARBOUR, 2006, entre outros), essa definição costuma ser insuficiente tendo em vista que, por exemplo, os pronomes pessoais não equivalem obrigatoriamente a um substantivo, assim como, pronomes demonstrativos e interrogativos podem retomar não só um substantivo, mas um sintagma nominal, um sintagma verbal ou ainda uma sentença. Por outro lado, ainda, expressões referenciais podem assumir a função de pronomes pessoais, como é o caso dos impostores (cf. COLLINS; POSTAL, 2012; CARVALHO; BRITO, 2017), como em (1).

- (1) a. **Esse professor** merece férias urgente.
 - b. A Madame está se divertindo?

(CARVALHO; BRITO, 2017, p.55)

Os dados em (1) refletem uma estratégia alternativa de expressar os participantes do discurso. Em (1a), o contexto de produção é de um professor de Linguística dirigindose à sua turma e reclamando do excesso de trabalho. Esta condição propicia a interpretação do DP *esse professor* como primeira pessoa. Do mesmo modo, em (1b), o contexto de produção é de uma irmã encontrando a outra irmã mexendo em suas coisas, o qual favorece a interpretação do DP *a madame* como segunda pessoa.

No entanto, mesmo entre os linguistas, não há um consenso acerca da definição de pronome, pois as posições que os levam a adotar uma definição ou outra costumam ser orientadas por critérios e/ou lugares teóricos distintos. Em vista disso, a presente seção destina-se a tratar do desenvolvimento da concepção de pronome como nominal passível de decomposição, em que, por conseguinte, é possível a decomposição, em termos de camadas funcionais (cf. CARNINALETTI; STARKE, 1999), ou a subespecificação, em

termos de traços formais (cf. HARLEY; RITTER, 2002), e cuja referência estaria condicionada tanto à enunciação, quanto à retomada de outros nominais presentes ou não na sentença (cf. BENVENISTE, 1966; BHAT, 2004). Sendo assim, a seção divide-se nas seguintes subseções: 3.2 Pronome como categoria universal; e 3.2 Pronome como elemento decomponível.

3.1 PRONOME COMO CATEGORIA UNIVERSAL

3.1.1 Forchheimer (1953)

Forchheimer (1953) argumenta que pronome é uma categoria geral, pois apesar das configurações morfológicas particulares de cada língua humana, um exaustivo estudo descritivo dos pronomes é capaz de apontar que há propriedades universais na categoria pessoa. Deste modo, para sustentar seu ponto de vista, o autor propõe a existência de um "Parâmetro de pessoa" ou um "Sistema de pessoa" cuja confirmação atestaria a hipótese de que há uma regularidade no sistema pessoal das línguas humanas. Contudo, após observar o comportamento pronominal de cerca de cem línguas naturais, de diferentes famílias, Forchheimer (1938, p. 2), propõe que, embora seja uma exigência que as línguas disponham de uma categoria pessoal, existem vários sistemas de pessoa, de modo que o paradigma pronominal de cada uma dessas línguas apresenta particularidades morfossintáticas.

Nesse sentido, para o autor, deve-se considerar que:

- a) a base de um parâmetro pessoal é, como a descrição do fenômeno pessoa, capaz de assegurar o seu estatuto categorial;
- b) a categoria número do sistema examinado é considerada importante, uma vez que pessoa é integrada com outras categorias tais como número, gênero e caso, "[...] [n]úmero foi considerado o critério preferido para classificação pelas seguintes razões: 1. Ele é mais universal; 2. Ele afeta pessoa mais intimamente do

que gênero³⁹ ou caso; [e] 3. Do ponto de vista histórico, número está vinculado a pessoa" (FORCHHEIMER, 1953, p. 3, tradução nossa⁴⁰).

Para argumentar que pessoa seja uma categoria funcional, algo atualmente convencionado na literatura, Forchheimer (1953) privilegia os pronomes pessoais, pois, segundo ele, é nas relações de concordância que o estatuto categorial de pessoa se torna mais evidente. Porém, antes de enveredar na discussão sobre a categoria pessoa, ele aponta para o fato de a concepção de pronome pessoal apresentar sob seu rótulo elementos cujos estatutos não seriam da mesma natureza.

Anteriormente a Forchheimer, linguistas estruturalistas já questionavam o caráter pessoal da terceira pessoa. Para Boas (1911), as três pessoas pronominais são baseadas em dois conceitos, um conceito de si mesmo (primeira pessoa) e um conceito do outro, de modo que o segundo se subdivide de acordo com as necessidades do falante, dentro do conceito de destinatário (segunda pessoa) e de tema (terceira pessoa). Bloomfield (1938) também chama atenção para a questão dos pronomes pessoais, mas, ele opta por chamar a primeira e a segunda pessoa de pronomes pessoais e trata a terceira pessoa como definida, dada a sua condição de "pessoa não marcada". Desta forma, Forchheimer sugere que

[a] primeira e a segunda pessoa são pessoais, eu gostaria de adicionar 'subjetivas'. A terceira pessoa, como Bloomfield situa não é pessoal, mas definida, ou como Wundt diz não é totalmente pessoal. Ela é impessoal, objetiva [...] entre a primeira e a segunda pessoa, há uma mudança constante, [pois] os participantes são alternadamente falante e ouvinte (FORCHHEIMER, 1953, p. 5, tradução nossa⁴¹).

O ponto destacado por Forchheimer (1953) diz respeito à relação entre pronomes pessoais e pronomes demonstrativos. Segundo o autor, essa relação costuma se

.

³⁹ Posteriormente, Greenberg (1966, p.96) postula que a categoria nominal mais intimamente relacionada à pessoa é gênero. Para o autor, ainda que número também apresente relevância nas relações nominais, gênero estaria diretamente associado a pessoa, visto que se uma língua tem distinção de gênero nos nomes, essa distinção também ocorrerá nos pronomes. Essa hipótese, entretanto, é refutada no trabalho de Bhat (2010), pois ele mostra que embora o gênero morfológico esteja presente nos nomes, nem sempre o gênero morfológico aparece em outras categorias das línguas humanas. Mesmo havendo grande aproximação entre as categorias de gênero, número e pessoa, nem sempre as línguas humanas manifestam tal aproximação morfologicamente.

⁴⁰ No original: "[...] Number has been given preference as criterium for classification for the following reasons: 1. It is more universal. 2. It affects person more intimately than gender or case. The opposition of masculine and feminine or of agent and object case is purely within the meaning of a definite person and does not modify it" (FORCHHEIMER, 1953, p. 3).

⁴¹ No original: "The first and second persons are personal, I should like to add "subjective". The third person, as Bloomfield states, is not personal but definite, or, as Wundt says, is not a person at all. It is impersonal, objective [...] between the first and second person there is a constant shifting, the actors being alternatingly speakers and addressed" (FORCHHEIMER, 1953, p.5).

estabelecer a partir da oposição existente entre ambos, mas não deveria, visto que línguas que não possuem uma forma expressa para terceira pessoa, como dialetos do Indo-Europeu e do Mongol, adotam uma forma demonstrativa para essa função. Em vista disso, Forchheimer (1953) lança a seguinte questão: os pronomes pessoais derivaram dos demonstrativos ou os demonstrativos são derivados dos pronomes pessoais (cf. FORCHHEIMER, 1953, p. 8). Para estudos históricos, como os de Ali (1966), de Coutinho (1976) e de Giusti (1998), o mais provável é que, diacronicamente, os demonstrativos tenham sido a origem dos pronomes de terceira pessoa e, consequentemente, a aproximação entre esses pronomes é o que parece distanciar a terceira pessoa das demais, como será discutido nas próximas subseções.

3.1.2 Benveniste (1966)

Segundo Benveniste, também há um caráter universal nos pronomes, pois

[a] universalidade dessas formas e dessas noções faz pensar que o problema dos pronomes é ao mesmo tempo um problema de linguagem e um problema de línguas, [...]. Uns pertencem a sintaxe da língua, outros são característicos daquilo que chamaremos "as instâncias do discurso", isto é, os atos discretos e cada vez únicos pelos quais a língua é atualizada em palavra por um locutor (BENVENISTE, 1976 [1966], p. 277).

Para o autor, a tipologia de pronomes pessoais seria insuficiente para distingui-los das demais classes pronominais, como também para caracterizá-los como elementos referenciais da mesma natureza. Enquanto os pronomes de primeira e segunda pessoa são marcados pelo discurso, considerando quem assume o turno de fala, à terceira pessoa seria reservada uma marcação conduzida por sua distribuição, visto que esse pronome pessoal, assim como os demonstrativos, não pode se referir às pessoas do discurso.

A primeira pessoa e a segunda pessoa podem definir-se apenas "[...] em termos de 'locução', não em termos de objeto, como um signo nominal" (BENVENISTE, 1976 [1966], p.278). A condição de definir-se como objeto ou tema é uma exclusividade do pronome de terceira pessoa, no âmbito dos ditos pronomes pessoais, "[a]ssim, os indicadores *eu* e *tu* não podem existir como signos virtuais, não existem a não ser na medida em que são atualizados na instância de discurso, em que marcam para cada uma das suas próprias instâncias o processo de apropriação pelo locutor" (op. cit., p. 281). A terceira pessoa, como ele discute, escaparia à condição de pessoa, por representar um membro não marcado na correlação entre primeira e segunda, ao passo que "[...] não há

truísmo em afirmar que a não pessoa é o único modo de enunciação possível para as instâncias de discurso que não devam remeter a elas mesmas [...]" (op. cit., p. 282).

Os dados em (1), da seção 1, repetidos aqui como (2), ilustram como a primeira e a segunda pessoa são marcadas discursivamente, alternando-se no decorrer da elocução, enquanto a terceira pessoa assume o papel de referenciar um objeto externo à enunciação, aquele, aquela ou aquilo sobre quem ou o que se fala.

(2) Paulo: - João que dia **você** virá aqui?

João: - Você que vai me dizer, eu estou livre.

Paulo: - Tudo bem, eu vou marcar o dia, mas traga Cláudia também.

João: - Certo, falarei com ela. Só assim para ela largar o computador.

Paulo: Pois é, ela não larga ele por nada (risos).

Para o autor, a condição de ser pessoal ou não pessoal dos pronomes estaria associada à sua participação no discurso culminando em uma subdivisão dos pronomes pessoais em: (a) pessoais, marcados por pessoa, a saber, primeira e segunda; e (b) a "não-pessoa", aquela cujo papel é referenciar entidades não envolvidas diretamente na enunciação, pois esse pronome seria capaz de referir-se a tudo aquilo que pode ser mencionado no discurso, mas sem participar dele.

3.1.3 Bhat (2004)

Bhat (2004) problematiza a definição tradicional de pronome, como palavra que retoma um nome, pois a partir do momento em que há diversos tipos de pronome, tais como, pessoal, demonstrativo, indefinido, relativo, possessivo, etc, é lícito que haja diferentes comportamentos por parte deles, sobretudo, no que tange à referência. Portanto, ele argumenta que a inconsistência na definição tradicional de pronome reside no fato de agregar sob o rótulo da mesma categoria "palavras" com comportamentos distintos, "[...] pronomes pessoais são bastante diferentes do resto dos pronomes, uma vez que há muitas características diferentes que ocorrem entre eles que derivam principalmente de eles terem duas funções inteiramente diferentes para performance linguística" (BHAT, 2004, p. 1, tradução nossa⁴²).

Bhat (2004) propõe, com base em Dixon (1977, 1988), Showalter e Otanes (1986) e Parker (1986), que há uma significativa diferença entre os pronomes de primeira pessoa

-

⁴² No original: "personal pronouns are quite different from the rest of the pronouns. There are several differentiating characteristics that occur between them that derive primarily from the fact the two have entirely different functions to perform in language" (BHAT, 2004, p. 1).

e de segunda pessoa e os de terceira pessoa. Bhat afirma que nesses trabalhos o pronome de terceira pessoa, cuja função também é demonstrativa, deve ser incluído no conjunto dos chamados pronomes substantivos, pois não teriam a mesma natureza dos pronomes de primeira e segunda pessoa. Por isso, ele propõe uma divisão dos pronomes pessoais, em que

[...] o uso dos termos 'pronome pessoal' e 'proforma' apresenta distinções com o antigo termo incluindo pronomes de primeira e segunda pessoa e o último termo incluindo os outros tipos de pronome. A posição do pronome de terceira pessoa a respeito disso, no entanto, precisa ser examinada separadamente, como eles parecem pertencer ao sistema de pronomes pessoais em algumas línguas e ao demonstrativo em outras (BHAT, 2004, p. 5-6, tradução nossa⁴³).

Assim, o autor propõe que pronome seja um rótulo sob o qual estariam incluídas categorias as quais ele trata como: *pronomes pessoais prototípicos* (primeira e segunda pessoa) e *proformas* (os demais pronomes). Segundo Bhat (2004), além da condição de participante do discurso (falante / ouvinte), há outros elementos que distinguiriam os pronomes pessoais das proformas, tais como papel temático e caso. Porém, observar o caso morfológico em pronomes é um critério delicado, pois ao considerá-lo associa-se a distribuição de um dado elemento à sua forma e esse comportamento não parece ser universal, como já dito anteriormente neste trabalho.

Segundo Bhat (2004), entre as proformas também há uma subdivisão, sendo: a) uma dada pela distribuição morfossintática, responsável por indicar a função da proforma, demonstrativo, interrogativo, indefinido ou anafórico (relativo); e b) outra dada pela referência pronominal, a qual denota sua categoria ou escopo (pessoa, coisa, lugar, modo, qualidade, quantidade, etc.). Tal assunção sugere que a natureza dos pronomes possa estar relacionada à sua distribuição e à sua referência. Nesse sentido, Bhat (2004) também chama a atenção para o fato de que uma série de características da categoria pronome advém do seu referente e não da sua morfologia expressa (cf. 3).

(3) a. Eu sou bonita.

b. Eu sou bonito.

-

⁴³ No original: "[...] to use the term 'personal pronoun' and 'proform' for representing this distinction, with the former term including first and second person pronouns and the latter term including all the other types of pronouns. The position of third person pronouns in this regard, however, needs to be examined separately, as they appear to belong to the system of personal pronouns in some languages and to that of demonstratives in others" (BHAT, 2004, p. 5-6).

Vê-se, em (3), que apesar de a primeira pessoa não possuir morfologia de gênero, engatilha concordância de gênero a partir da identificação do gênero social do falante (cf. MOURA, 2006). Ou seja, o padrão morfológico de um dado sistema pronominal pode oferecer pistas acerca do seu paradigma, mas não deve ser a única característica em apreciação.

Desta maneira, autor aponta que, quanto à natureza dos pronomes, há duas hipóteses para concebê-los: (a) pronomes pessoais, como um tipo de pronome, e proformas, como outro tipo; ou (b) um contínuo no qual em um extremo estariam os pronomes pessoais e no outro as proformas, por exemplo, algumas proformas aproximam-se mais de pronomes pessoais do que de nomes, considerando seu número e sua marcação de caso. Aparentemente, a noção do contínuo é mais razoável considerando que há comportamentos dos pronomes, em termos gerais, que se aproximam mais em determinado aspecto em uma dada língua, mas distanciam-se em outra, permitindo uma espécie de gradação entre eles a partir da observação dos seus padrões, como gênero, caso, referência, entre outros.

Outro aspecto destacado pelo autor é até que ponto o pronome de terceira pessoa seria um pronome pessoal prototípico ou uma proforma. Bhat (2004) retoma a discussão de que, tradicionalmente, tem-se assumido que a terceira pessoa não seja um pronome pessoal, tendo em vista que não é um participante dos atos de fala, pois não é nem falante, nem ouvinte (cf. BENVENISTE, 1966, p. 277; LYONS, 1977, p. 638). Para Bhat, assim como para Forchheimer (1953), essa assertiva parte do fato de que muitas línguas dispensam a terceira pessoa em função de um demonstrativo (cf. FORCHHEIMER, 1953), ao passo que

[u]ma distinção interessante que pode ser correlacionada com essa divisão tipológica concerne na ocorrência de distinção de gênero. Línguas que manifestam distinção de gênero entre pronomes de terceira pessoa tendem a ser línguas de duas pessoas, enquanto aquelas que não mostram qualquer distinção de gênero entre pronomes de terceira pessoa tendem a ser línguas de três pessoas. [...] Anderson e Keenan (1985, p. 282), sugerem que a diferença entre sistema dêitico 'orientado por pessoa' e 'orientado por distância' com [o primeiro] envolvendo primeira, segunda e terceira pessoa tendo distinções dêiticas centrais e o último, envolvendo falante como dêitico central (próximo e distante ou próximo, médio e distante). Parece que sistemas dêiticos orientados para distância são geralmente preferidos por línguas de duas pessoas, enquanto que sistema dêitico orientado por pessoa são preferidos por línguas de três pessoas (BHAT, 2004, p.14, tradução nossa⁴⁴).

⁴⁴ No original: "One interesting distinction that can be correlated with this typological distinction concerns the occurrence of gender distinctions. Languages that manifest gender distinctions among their third person

Por essa razão, há línguas em que o pronome de terceira pessoa é uma proforma legítima e outras cuja terceira pessoa é um pronome demonstrativo. Sendo assim, nas línguas de três pessoas, o demonstrativo assume a função de terceira pessoa, e nas línguas em que o pronome de terceira pessoa seria uma "espécie" de pronome pessoal, menos marcado para pessoa, seria proeminente em línguas de duas pessoas. Bhat encarou esse paralelismo como tratamento dicotômico de pronomes de terceira pessoa, como apresentado no Quadro 1, abaixo.

Quadro 1 – Dicotomia de pronomes de três pessoas⁴⁵

	LÍNGUAS DE DUAS PESSOAS	LÍNGUAS DE TRÊS PESSOAS
Forma	Pronome de terceira pessoa expresso	Pronome demonstrativo com função de terceira pessoa
Gênero	Flexiona em gênero	Não flexiona em gênero
Sistema dêitico	Sistema dêitico orientado por distância	Sistema dêitico orientado por pessoa

Do ponto de vista da forma e do gênero, o PB seria uma língua de duas pessoas, pois apresenta as formas expressas de terceira pessoa as quais flexionam em gênero (masculino e feminino), a saber, *ele*, *ela*, *eles*, *elas*. Quanto ao sistema dêitico, o PB seria uma língua na qual há um sistema binário, em que há oposição das formas *este/esse* e *aquele* (cf. CÂMARA JR, 1970; CASTILHO, 1993; RONCARATI, 2003; PEREIRA, 2005; PARANHOS, 2011). Portanto, em princípio, o PB seria uma *língua de duas pessoas*, nos termos de Bhat (2004). Essa pode ser uma evidência para a existência de algum aspecto, relacionado ao sistema dêitico, comum aos pronomes de primeira e segunda pessoa e o de terceira. Algo que possa estar previsto na categoria pessoa⁴⁶.

pronouns tend to be two-person languages, whereas the ones that do not show any gender distinctions among their third person pronouns tend to be three-person languages. [...] Anderson and Keenan (1985, p. 282) suggest differentiating between 'person-oriented' and 'distance-oriented' deictic systems, with the former involving first, second and third persons as distinct deictic centres and the latter involving only and the latter involving only the speaker as deictic centre (proximate and remote or proximate, medial and remote). It appears that distance-oriented deictic systems are generally preferred by two-person languages whereas person-oriented deictic are preferred by three-person languages" (BHAT, 2004, p. 14).

⁴⁵ O quadro acima foi desenvolvido com base na discussão estabelecida por Bhat (2004).

⁴⁶ Essa discussão será retomada nas seções 4 e 5.

Outra ocasião em que os pronomes podem ser critério na tipologia de línguas humanas é na avaliação de línguas com pronomes pessoais independentes, nas quais os pronomes ocorrem como núcleos, e línguas com pronomes dependentes, cujos pronomes comportam-se como formas presas (clíticos ou afixos). De acordo com Bhat (2004, p. 15), os primeiros costumam ocupar posições argumentais, enquanto os segundos atuam como marcadores de concordância ou clíticos, mas apresentariam restrições. Segundo o autor, há muitas disparidades entre línguas de pronomes pessoais livres e línguas de pronomes pessoais presos, pois, para ele, geralmente, estes pronomes estão em distribuição complementar na maioria das línguas humanas. O autor mostra que o principal critério adotado para diferenciar línguas de pronomes livres de línguas de pronomes presos reside na obrigatoriedade e na consistência desses "marcadores" pessoais, pois

[e]m línguas de pronomes livres, seria o pronome pessoal independente aquele que ocorre sendo obrigatório e consistente. Marcadores de concordância podem ou não ocorrer nessas línguas, e ainda, mesmo quando ocorrem, podem ser inconsistentes, pois diferentes tipos de paradigmas podem mostrar diferentes tipos de distinções pessoais. Além disso, podem mostrar "concatenadores" ('sincretismos') que não têm qualquer função explicativa (BHAT, 2004, p. 22-23, tradução nossa⁴⁷).

Observando o português, em linhas gerais, há tanto pronomes livres, quanto pronomes presos, sendo os tradicionais pronomes sujeito, pronomes livres, e os tradicionais pronomes objetos ou pessoais do caso oblíquo, os pronomes presos (caso das formas clíticas), uma tipologia, inclusive, próxima à categorização forte *versus* deficiente (fraco e clítico) de Cardinaletti e Starke (1999). Porém, particularmente no PB, além da presença dos dois tipos de pronome, também há uma predisposição para os pronomes livres (as formas fortes⁴⁸ ou tradicionalmente nominativa) emergirem em outras posições sintáticas (cf. KATO, 1999; CARVALHO, 2008), caracterizando o fenômeno do sincretismo no paradigma pronominal mencionado acima. Tal comportamento parece ser

_

⁴⁷ No original: "In free-pronouns language, it would be the independent personal pronouns that are obligatory and consistent. Agreement markers may or may not occur in these languages, and further, even when they occur, they may be inconsistent in that different types of paradigm may show different types of personal distinctions. They may also show mergers ('syncretisms') that do not have any functional explanation" (BHAT, 2004, p. 22-23)

⁴⁸ Bhat (2004) propõe os pronomes livres são quase categoricamente formas nominativas, por serem as formas pronominais que tendem a emergir em outras posições sintáticas. Porém, para Kato (1999, 2018), os pronomes fracos é que podem ser livres. No entanto, Bhat considera como pronome forte aquele cuja forma é, em princípio, nominativa, já Kato (1999) considera, assim como Cardinaletti e Starke (1999), como pronome forte aquele que possui mais camadas funcionais. Acredito, assim como Kato, que, se o pronome emerge em outras posições casuais, em termos de decomposição, como será discutido na subseção 3.2.2, o pronome fraco tende a ser livre.

uma evidência de que não é a forma pronominal que designa seu comportamento sintático, mas algo anterior à derivação.

No que concerne às relações referenciais dos pronomes, Bhat (2004, p. 41) frisa a necessidade de diferenciar o pronome pessoal de seu referente, considerando que o referente pode ocorrer em qualquer contexto, enquanto o pronome depende da intenção e do turno de fala do locutor, características que, na presente tese, serão tratadas como elementos constitutivos da composição do pronome. Essa talvez seja uma pista para a liberdade no comportamento sintático da terceira pessoa plena em PB, como apresentado na seção 2, pois, além desse pronome poder retomar quase qualquer expressão nominal (exceto nominais genéricos e sentenças), por não ser participante, ele não está preso aos atos de fala.

Quanto ao estatuto categorial do pronome, Bhat (2004, p. 50) sinaliza que não há ocorrência de artigos definidos com pronomes pessoais, pois os pronomes pessoais têm sido considerados suportes adjacentes para nomes (específicos ou não-específicos). Essa proposta foi inicialmente apresentada por Postal (1966, 1970) e desde então é considerada por alguns linguistas (cf. RADFORD, 1993, p. 109; LYONS, 1999, p. 303). Deste modo, para Bhat (2004), expressões como "nós linguistas", tratadas como pro-φP por Déchaine e Wilstchko (2002), seriam pronomes pessoais ocorrendo como determinantes, visto que o pronome *nós* modifica o NP c-comandado por este pronome, restringindo assim a categoria de linguistas, mas também permite leitura inclusiva, de modo que o falante se insere no grupo de linguistas.

Apesar de estabelecer clara distinção entre a natureza da terceira pessoa e a natureza de primeira e de segunda pessoa, para Bhat (2004), essa distinção se dá pelo fato de que os pronomes de terceira pessoa aproximam-se mais dos determinantes do que dos pronomes prototípicos (os de primeira e de segunda pessoa), isto é, o rótulo *pronome pessoal* contempla tanto os pronomes prototípicos, quanto uma das proformas, a saber, a terceira pessoa.

3.2 PRONOME COMO ELEMENTO DECOMPONÍVEL

3.2.1 Postal (1966)

Postal inicia seu trabalho problematizando até que ponto pronomes seriam NPs precedidos de um determinante nulo ou determinantes seguidos de nomes nulos. Conquanto ele deixa claro que a postura adotada em seu artigo será em função da

concepção de que pronomes como *he* serem considerados determinantes seguidos de um NP nulo. Sua análise é desenvolvida com base em três hipóteses: a) de que os pronomes não são de fato um subtipo de nomes; b) de que pronomes são subtipos de determinantes, intimamente relacionados a artigos definidos; e c) de que apesar de não serem propriamente nomes, os pronomes são seguidos de um nome que usualmente não é pronunciado.

O ponto de vista defendido pelo autor é de que pronomes que são determinantes canônicos, tais como *they*, são adicionados no curso da operação sintática e que sua realização fonológica depende dos traços de um núcleo nominal. Por exemplo, se um núcleo nominal consiste em um conjunto de traços que inclui [+Pro, +Humano, +Definido, +Masculino, + III, -II, +Nominativo], o pronome é *he*. Contudo, se o núcleo nominal consiste nos traços [+Pro, +Reflexivo, +Humano, +Definido, +Masculino, + III, -II, -I, +Genitivo], o pronome é *himself*.

Para Postal (1966), uma das vantagens dessa proposta é o fato de apresentar a condição de pronome comportar-se, em muitos casos, como sintagma nominal definido, pois essa possibilidade decorre de "[...] pronome [ser] visto como um membro de um conjunto de determinantes que pode lexicalizar um traço definido" (op. cit., p. 13, tradução nossa⁴⁹). A segunda vantagem, por ele apresentada, é de que em predicações, pronomes deveriam co-ocorrer com nomes, conforme os demais determinantes. Para tanto, Postal usa exemplos como we man (nós homens), you guys (vocês caras), we honest policemen (nós policiais honestos) e you amusing comedians (vocês comediantes divertidos).

Em vista disso, o autor argumenta em função de que pronomes como I (eu), you (você), he (ele), she (ela), it (ele*), we (nós) e they (eles), as formas tradicionalmente nominativas, também sejam uma espécie de determinantes, pois ao invés de substituir o NP ou evitar a sua repetição, esses pronomes controlariam um NP nulo que seria o seu referente. De acordo com este autor, as sentenças abaixo representam esse ponto de vista.

- (4) The young girl said that **she** would go. A menina jovem disse ela que iria
- (5) The large girl can't stand the small **one**. A menina grande não suporta a pequena

-

⁴⁹ No original: "[...] pronoun is viewed as one member of the set of determiners that can lexicalize a definite feature" (POSTAL, 1966, p. 13).

- (6) O'Hara is more intelligent than **he** seems to be. O'Hara é mais inteligente do que ele parece
- (7) *O'Hara is more intelligent than **O'Hara** seems to be. O'Hara é mais inteligente do que O'Hara parece.
- (8) **He** is sick. Ele está doente
- (9) Schwartz claims **he** is sick. Schwartz diz que ele está doente

(POSTAL, 1966, p. 14)

Segundo Postal (1966), as sentenças (4-9) apresentariam pronomes como uma subcategoria de determinantes. Em (4), o pronome *she* retoma o DP *the young girl*, mas não apenas o retomando, para o autor, após o complementizador *than*, haveria um DP [D she [NP nulo *the young girl*]. Ou seja, (7) seria uma sentença agramatical não só por não ter o pronome *he*, mas por não apagar o NP *O'Hara*, diferente do que ocorre em (5), em que há apagamento do NP *a menina*. Já em (8) e (9), são feitas observações de outra natureza. Enquanto, em (6) e em (8), o pronome *he* pode ter como referente "qualquer" NP masculino e animado, em (9), a interpretação de *he* pode tanto estar vinculada ao NP *Schwartz*, quanto a outro NP masculino animado. Segundo Postal, essa questão é importante, pois

[m]enciono tudo isso apenas por ser fundamental para minha afirmação básica que é de que os ditos pronomes *I, our, they*, etc. são realmente artigos, de fato, um tipo de artigos definidos. No entanto, elementos do artigo são apenas introduzidos como segmentos em estrutura sintática intermediária. Nas estruturas mais profundas que são, sugiro, não presentes segmentalmente, mas representados como traços sintáticos de nomes, traços análogos a animalidade, a humano, a contável, etc. De maneira enganosa, aos artigos, os quais têm sido tradicionalmente chamados pronomes, em resultado de certas operações transformacionais, em muitos casos, atribuiu um estatuto de nome derivado em estruturas superficiais (POSTAL, 1966, p. 15, tradução nossa⁵⁰).

Muito embora naquele momento do modelo teórico gerativista ainda não fosse aventada a noção de traço formal como elemento formativo de um componente sintático

-

⁵⁰ No original: "I mention all this only because it is fundamental to my basic claim which is that the socalled pronouns *I*, *our*, *they*, etc. are really articles, in fact types of definite articles. However, article elements are only introduced as segments in intermediate syntactic structures. In the Deepest structures they are, I shall suggest, not present segmentally but are represented as syntactic features of nouns, features analogous to Animate, Human, Countable, etc. Rather deceptively, the articles which have traditionally been called pronouns are, as a result of certain transformational operations, in many cases assigned a derivate Noun status in Surface structures" (POSTAL, 1966, p. 15).

(cf. CHOMSKY, 1995), mas de traço como um elemento meramente distintivo, a saber [+N], [-N], [+V] e [-V] (cf. CHOMSKY, 1965), a proposta de Postal (1966) está à frente de seu tempo por abrir precedente para a possibilidade de as regras transformacionais operarem com traços e não apenas com palavras, como amplamente assumido naquele estágio da Teoria da Gramática. No entanto, justamente por influência de uma tradição daquela época, a proposta do autor encara os traços como um rótulo cristalizado cujo valor seria determinado pelos traços do referente desses pronomes, ou seja, do NP nulo, como ele propõe. Para Postal (1966), haveria traços inerentes ao pronome e traços inerentes ao nome, uma vez que pode ou não haver paralelismo entre esses traços.

Ross (1967) problematiza questões relacionadas a sintagmas nominais de modo geral, por isso, ao longo de uma discussão sobre o lugar do determinante na hierarquia do NP, o autor toca na questão dos pronomes possessivos e, para isso, ele diz

[...] não tenho explicação para o fato atualmente, mas Postal sugere uma nova e promissora análise de pronomes que pode funcionar como uma chave para a questão (POSTAL, 1966). Postal argumenta convincentemente que pronomes pessoais tais como *I, you, he*, etc., deveriam ser tratados como artigos subjacentes (na realidade, na estrutura mais profunda, esses artigos, assim como palavras como *the, a e some*, etc que têm sido tradicionalmente caracterizadas como artigos, todos seriam representados como traços do nome que modificam) [...] (ROSS, 1967, p. 84, tradução nossa⁵¹).

Assim, Ross (1967) advoga que a proposta de que pronomes seriam uma espécie de artigos subespecificados é satisfatória, pois "[...] se a análise de Postal está correta, [...] pronomes foram artigos em algum estado de sua história derivacional [...]" (op. cit., p. 85, tradução nossa⁵²).

Ross (1967) também apresenta uma discussão sobre "Bounding, command and pronominalization", com o objetivo de argumentar que a noção de comando, conforme apresentada por Langacker (1966), é uma premissa para a pronominalização, cujo estatuto seria de uma cadeia de comando ou cadeia ligada. Deste modo, a pronominalização seria uma evidência para o fenômeno de bounding o qual, por sua vez, seria uma espécie de regra transformacional para validar subordinações ou encaixamentos sintáticos de modo

.

⁵¹ No original: "I have no explanation for the facts at present, but Postal has suggested a promising new analysis of pronouns which may provide a key to the answer (POSTAL, 1966). Postal argues convincingly that personal pronouns such as *I*, *you*, *he*, etc., should be treated as underlying articles (actually, in the deepest structure, these articles, as well as words like *the*, *a*, *some*, etc., which have been traditionally categorized as articles, would all be represented as features on the noun they modify) [...]" (ROSS, 1967, p. 84).

⁵² No original: "For if Postal's analysis is correct, [...] pronouns are articles at some stage in their derivational history [...]" (ROSS, 1967, p.85).

geral (cf. ROSS, 1967, p. 266-267). Ademais, tanto Postal (1966), quanto Ross (1967) assumiram que pronomes seriam um subtipo de determinantes (rigorosamente relacionados com artigos definidos) que, em termos de estrutura frasal, possuem estatuto do que Abney (1987) chamou posteriormente de DP. Essas questões foram discutidas nos anos 60 e só a partir dos anos 90 é que são retomadas. A seguir, são discutidos alguns desses trabalhos.

3.2.2 Cardinaletti e Starke (1999)

Em seu trabalho, Cardinaletti e Starke (1999) defendem que elementos da língua assumem classes subjacentes às suas classes primitivas, sendo essas classes capazes de tipificar os itens lexicais de qualquer língua humana, como adjetivos, pronomes, verbos, etc. Para os autores, há uma subclasse interna às categorias lexicais de uma língua, ocasionando que o que determinaria um pronome ser nominativo ou clítico, por exemplo, seria a presença ou ausência de algum componente na estrutura da sua classe. Os dados de terceira pessoa do plural feminino nominativo do italiano, em (10a-b), dividem-se, conforme a proposta, em duas subclasses considerando restrições de coordenação e de referência.

(10) a. **Esse** (*e quelle accanto) sono troppo alte. b. **Loro** (e quelle accanto) sono troppo alte.

Elas e aquelas ao lado também são altas

(CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 42)

Em (10a), o pronome *esse* possui os mesmos traços de *pessoa*, *gênero* e *número* que o *loro*, em (10b), mas seu comportamento é diferenciado por não ser licenciado em contexto de coordenação. Por sua vez, *loro*, em (10b), é licenciado em contexto de coordenação e não pode se referir a elementos não humanos. Por isso, cada um desses pronomes seria decorrente de uma subclasse pronominal determinada a partir de sua composição interna.

Essa distinção, segundo Cardinaletti e Starke (1999), não pode ser expressa na forma fonética, como mostram os dados (11-12), do francês.

- (11) **Elles** sont trop grandes. Elas são muito grandes
- (12) **Elles** et celles d'à coté sont trop grandes. Elas e as do lado são muito grandes

Assim, o pronome de terceira pessoa do plural feminino nominativo *elles*, em (11), não é "coordenável", como também não possui restrição interpretativa quanto à retomada de referentes humanos. Todavia, em (12), o *elles*, cujos traços seriam os mesmos tal qual a representação fonética, é "coordenável", mas não apresenta restrição interpretativa, podendo referir-se, nesse caso, apenas a nomes humanos. Logo, tomando por base essas questões, os autores propõem a existência de uma subdivisão da classe de pronomes, em duas subclasses: deficientes (não coordenável e sem restrição semântica) e fortes (coordenável, mas com restrição semântica). Porém, a subclasse dos pronomes deficientes também é dividida em duas outras subcategorias, sendo elas: pronomes *clíticos* e pronomes *fracos*, totalizando em uma tripartição: *clíticos, fracos* e *fortes* (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 60).

O paradigma proposto pelos autores apresenta assimetrias morfossintáticas entre as subclasses pronominais, o que os levou a propor uma hierarquia do tipo $X_{Deficient} < Y_{Deficient} < Z_{Strong}$, em que o pronome clítico projeta menos camadas estruturais do que o pronome forte, enquanto os pronomes deficientes seriam intermediários aos fortes e clíticos, como em (13).

(13) clítico < fraco < forte

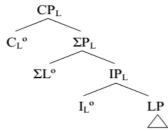
Para os autores, "[...] elementos clíticos são deficientes (subjacentes) que são núcleos na estrutura superficial, e elementos fracos são deficientes (subjacentes) ocorrendo como projeções máximas em estrutura superficial [...]" (CARDINALETTI; STARKE, p. 64, tradução nossa⁵³). Sendo assim, o aspecto distintivo mais evidente entre as subclasses pronominais seriam suas representações, pois essas representações desencadeariam as demais assimetrias de caráter morfológico, semântico e fonético. Entretanto, Cardinaletti e Starke (1999) mencionam, em sua proposta, a existência de um traço ς (sigma). Esse traço seria o responsável por engatilhar as assimetrias esperadas por um pronome deficiente, como em $(14)^{54}$.

⁵³ No original: "[...] clitic elements are deficient (underlying) phrases which are heads at surface structure, and weak elements are deficient (underlying) phrases occurring as maximal projections at surface structure [...]"(CARDINALETTI; STARKE, p. 64).

 $^{^{54}}$ Em (14), L equivale a qualquer categoria lexical e Σ^{o} e L o seriam lócus de traços de concordância relacionados com a prosódia (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 86).

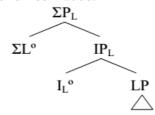
(14) a.

Pronomes fortes:



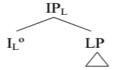
b.

Pronomes fracos:



c.

Pronomes clíticos:



(CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 86-87)

Por sua vez, os pronomes fracos não dispõem da camada funcional CP_L, apresentada em (14a) como projeção máxima dos pronomes fortes; os pronomes clíticos, em (14c), carecem da projeção máxima da subclasse intermediária, o pronome deficiente, em (14b).

A motivação para a escolha de CP_L como categoria de representação da camada funcional mais alta, aquela cujo valor é interpretativo de complementizador (cf. CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 76), reside na similitude com o modelo de projeção verbal (CP > IP > VP; CHOMSKY, 1981, 1986b).

No que diz respeito à terceira pessoa, os autores ilustram a proposta com dados do italiano e do eslovaco, em (15).

(15) pronomes fortes: forte, XP (*jemu* - eslovaco, *lui* - italiano)

pronomes fracos: fraco, XP (*ono* - eslovaco, *es* – Olang-Tirolese⁵⁵) pronomes clíticos: fraco, Xº (*mu* - eslovaco, *lo* – italiano)

(CARDINALETTI; STARKE, 1999, p. 27)

Os exemplos em (15), apresentados por Cardinaletti e Starke, expressam a relação entre a forma pronominal e seu comportamento sintático, conforme a tripartição, nessas línguas. Deste modo, essas formas pronominais de terceira pessoa assumem comportamentos correspondentes ao esperado por um pronome forte (cf.16a) ou fraco (cf.16b), mas não de clítico (16c), dentro da proposta.

- (16) a. Ela e as amigas estudam Feminismo Negro. (Alice)
 - b. A sala era tão pequena que só coubemos eu e eles. (os móveis)
 - c. Pedro foi comprar pão, mas não o fez/*fez ele.

Entretanto, trabalhos como Kato (1999), Carvalho (2008), Brito (2009) e Cerqueira (2015a, 2015b) apontam que o encaixamento dos pronomes de terceira pessoa, especialmente em posições argumentais, nem sempre atende às exigências da tripartição de Cardinaletti e Starke (1999), pois ainda que o modelo dos autores preveja decomposição pronominal, o estatuto de um pronome clítico, fraco ou forte é baseado em sua forma como um primitivo cuja configuração disponha de menos camadas funcionais. Isto é, a decomposição dos pronomes está, nessa ótica, subordinada à gradação de camadas funcionais de modo que, se não é possível prever a composição pronominal nessa proposta, cada forma pronominal assume um comportamento morfossintático, o que gera problema para o sincretismo nos paradigmas pronominais.

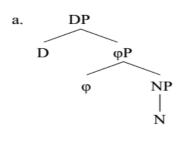
3.2.3 Déchaine de Wilstchko (2002)

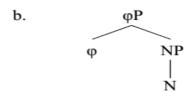
A partir da proposta de Cardinaletti e Starke, Déchaine e Wiltschko apresentam uma nova tripartição pronominal a partir da qual também é possível extrair a noção de decomposição. A proposta de análise das autoras consiste em uma tripartição pronominal baseada no estatuto categorial dessas classes, sendo estes pro-DPs⁵⁶ (17a), pro-φPs (17b) e pro-NPs (17c).

⁵⁵ Língua germânica falada na Áustria antiga, na região do Tirol.

⁵⁶ No esquema de representação de um DP, na tripartição de Décheine e Wiltschko (2002), a forma presa *pro*-, que antecede as projeções categoriais de um pronome, é utilizada para identificação do estatuto da categoria pronome, como proposto por Abney (1987).

(17)







Tal qual Cardinaletti e Starke (1999), Déchaine e Wiltschko (2002) defendem que a tipificação pronominal é decorrente de assimetrias morfossintáticas. No entanto, o principal fator de destaque na proposta delas é de que essas condições ou assimetrias morfossintáticas seriam as responsáveis pelas propriedades de ligação destes nominais. Nesse sentido, um pro-DP apresentaria um *locus* de vinculação semelhante ao de uma expressão referencial, como representado em (18).

(18) a. [DP[D **Este** [NP[N cachorro]]]] é bonito b. [DP[D **Aquela** [NP[N moça]]]] comprou um carro.

(CERQUEIRA, 2015a, p. 31)

Considerando a proposta das autoras, os pronomes demonstrativos em (18) comportam-se como uma expressão referencial, sobretudo, por estarem representados no núcleo funcional D (cf. POSTAL, 1966, 1970; ABNEY, 1987), atribuindo características particulares de referência aos NPs por ele c-comandados. Sendo assim, se um elemento em D c-comanda elementos que estejam tanto na pro-forma φP, a qual conteria os traços-φ de *número*, *gênero* e *pessoa* (cf. CHOMSKY, 1995), quanto na pro-forma NP, o seu *status* seria semelhante ao de uma expressão referencial. Em decorrência disso, na

proposta em questão, também há uma relação de subclasses, tal qual a de Cardinaletti e Starke (1999), ou subconstituintes das pro-formas, nos termos de Déchaine e Wiltschko (2002) como na gradação em (19).

(19)
$$\operatorname{pro-DP} > \operatorname{pro-\phi P} > \operatorname{pro-NP}$$

Destarte, há uma hierarquia estrutural na qual pro-NP está contido em pro-φP e ambos são dominados simetricamente por pro-DP, através de uma relação de inclusão⁵⁷. Porém, mesmo que haja pontos em comum entre a proposta de Cardinaletti e Starke (1999) e a de Déchaine e Wiltschko (2002), a primeira proposta apresenta uma tripartição pronominal para pronomes pessoais, enquanto a segunda é mais ampla já que apresenta um modelo capaz de contemplar a categoria pronominal no domínio de DP de forma mais abrangente, comtemplando pronomes como demonstrativos e possessivos. Assim, os dados em (20) podem ser representadas respectivamente em (21).

- (20) a. **Este** cachorro é bonito.
 - b. Meu cachorro é bonito.
 - c. Alguém é bonito.

(CERQUEIRA, 2015a, p. 31)

a. DP

D φP

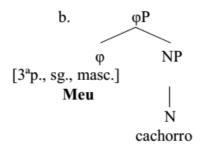
Este

φ NP

[3ap., sg., masc.]

-

 $^{^{57}}$ Segundo Chomsky (1981), o princípio de inclusão prevê que α inclui β se todos os segmentos de α dominam $\beta.$





(CERQUEIRA, 2015a, p. 32)

As sentenças em (20) apresentam respectivamente pronomes tradicionalmente tratados na literatura como demonstrativo, possessivo e indefinido (cf. MONTEIRO, 1994). Percebe-se, de acordo com os dados, que a presente proposta de decomposição pronominal apresentada por Déchaine e Wiltschko (2002) contempla mais formas. Entretanto, no decorrer do trabalho, as autoras sugerem que além de a estrutura engatilhar assimetrias pronominais, outros aspectos engatilhariam o comportamento sintático das pro-formas, como ilustrado no Quadro 2.

Quadro 2 - Pro-formas

	pro-DP	pro-φP	pro-NP
Sintaxe interna	Sintaxe de D	Não possui sintaxe nem de N, nem de D	Sintaxe de N
Distribuição	Argumento	Argumento ou predicado	Predicado
Semântica	Definida	_	Constante
Estatuto de ligação	Expressão – R	Variável	_

(DÉCHAINE; WILTSCHKO, 2002, p. 410, tradução nossa)

Uma vez que o sincretismo da forma pronominal de terceira pessoa plena, apresentado na seção 2, para cada uma das posições sintáticas em que esse pronome ocorrer, poderá assumir, de acordo com a proposta de decomposição de Déchaine e Wilstchko (2002), o estatuto de pro-φ (cf. 22b) ou de pro-NP (cf. 22c), mas não de pro-DP (cf. 22a), já que numa exerce função de determinante.

- (22)a. *Elas meninas leram Sejamos todos Feministas, de Chimamanda Ngozi Adichie.
 - b. Ele mesmo arrumou a própria casa.
 - c. Esses romances são dela. (Conceição Evaristo)

Quanto à distribuição, o pronome pleno de terceira pessoa pode comportar-se ora como argumento (cf. 23a), ora como predicador (cf. 23b).

(23)a. Ana guardava **ela** na gaveta do armário. (ração do gato) b. Hoje, achei ele bonito. (o jardim)

Quanto à semântica das pro-formas, proposta por Déchaine e Wilstchko (2002), o pronome pleno de terceira pessoa não é contemplado por nenhuma das três possibilidades, pois, ainda que pareça ter sempre certo grau de determinação, no que concerne à definitude e à especificidade, não é um pronome capaz de acarretar leitura definida a um NP através de relação estrutural (24a,b), nem possui leitura genérica (24c,d).

- (24)a. *Eles esquerdistas homenagearam Jean Wyllys.
 - b. *Skinner procurou eles linguistas.
 - c. Eles pesquisam as obras de Abdias Nascimento. (os mestrandos/*todo mestrando/*qualquer mestrando)
 - d. Vou ter que lavar **ela**. (a roupa/*toda roupa/*qualquer roupa)

Quanto à vinculação, o pronome pleno de terceira pessoa pode ter caráter de variável⁵⁸ (cf. 25a), ainda que este não seja obrigatório (cf. 25b). Contudo, seu caráter de uma expressão-referencial ocorre apenas quando este pronome está em posição de sujeito e com leitura dêitica (cf. 25c).

(25)a. **Ele**_i, Eu mesma bloqueei ec_i do face. (o professor fascista)

b. Paulo_i limpou o quatro d**ele**_{i/j}.

⁵⁸ Sabe-se que, conforme a Teoria da Ligação, o pronome pleno de terceira pessoa, nos dados acima, não representam uma variável, mas a cabeça de uma cadeia, enquanto sua calda, a categoria vazia, é que teria a leitura de variável (cf. CHOMSKY, 1981, 1986b, 1995). Entretanto, é mantida aqui a terminologia adotada pelas autoras, na qual variável seria a possibilidade de mover-se, independentemente da posição assumida

na cadeia.

c. Cadê que **elas** chamam quibe, pizza e outras receitas internacionais de bolinho de Jesus? (as evangélicas)

A proposta de tripartição das autoras, assim como a de Cardinaletti e Starke (1999), prevê decomposição pronominal, mas também é baseada em subdivisões do estatuto das proformas, ou seja, mesmo sendo um modelo mais livre do que o apresentado na tripartição anterior, ainda regula a distribuição pronominal de acordo com sua forma.

3.2.4 Harley e Ritter (2002)

No mesmo ano de lançamento da proposta de Déchaine e Wiltschko, Harley e Ritter (2002) apresentam a primeira versão da Geometria de Traços⁵⁹, considerando que a caracterização do paradigma pronominal de línguas humanas está diretamente relacionada aos traços de pessoa e de número, como já indicado por Forchheimer (1953). Todavia, o foco da discussão estabelecida pelas autoras não é a estrutura sintática do DP pronominal, mas a sua composição, apontando as relações informacionais contidas nos diferentes pronomes pessoais a partir de uma grande tipologia⁶⁰. Em vista disso, a representação da geometria de traços morfossintáticos, desenvolvida por elas, exprime a gramaticalização de categorias cognitivas, tais como referência, pluralidade e taxonomia.

Essa geometria de traços segue um padrão semelhante ao da geometria de traços fonológicos proposta por Clements (1985) e Sagey (1986). Por isso, as autoras argumentam que "[a] geometria de traços morfológicos é motivada pela necessidade do mesmo mecanismo teórico que sua contraparte fonológica" (HARLEY; RITTER, 2002, p. 489, tradução nossa⁶¹). Porém, antes disso, Harley (1994) assume que duas das postulações para geometria de traços morfofonológica, apresentada por Noyer (1992), podem ser aplicáveis à geometria de traços, visto que: a) os galhos de árvores, abaixo do nó raiz, definiriam a natureza da classe dos traços em questão por regras fonológicas (as quais foram adaptadas por Harley para o nível morfológico); e b) a relação de dependência codificaria a condição de contrastividade.

_

⁵⁹ Embora essa discussão tenha sido iniciada em Harley (1994), a formalização da proposta, assim como do modelo de geometria de traços é feita no trabalho de Harley e Ritter (2002).

⁶⁰ O modelo apresentado por Harley e Ritter (2002) respondia a questões feitas pelo modelo da Morfologia Distribuída (cf. HALLE; MARANTZ, 1993), uma vez que esses traços que compõem a geometria só seriam lidos pós-sintaticamente e, aparentemente, para as autoras, não acarretariam problemas para a sintaxe estreita. Contudo, a proposta foi incorporada e revisada sob um viés lexicalista forte (cf. BÉJAR, 2003; HARBOUR et al., 2008; CARVALHO, 2008).

⁶¹ No original: "The morphological feature geometry is motivated by the need for the same theoretical mechanisms as its phonological counterpart" (HARLEY; RITTER, 2002, p. 489).

A fim de justificar o desenvolvimento de uma proposta de representação estruturada de traços de pessoa e de número capaz de prever variedades e interações entre estas classes, as autoras assumem, tomando por base estudos feitos com paradigmas pronominais e de concordância de várias línguas humanas, que

- a. A faculdade da linguagem representa elementos pronominais como uma geometria de traços morfológicos [apesar de muitas línguas não apresentarem uma correspondência morfofonêmica exata e unívoca];
- b. A organização desta geometria é forçada e motivada por considerações conceptuais;
- c. Variações intralinguísticas, lacunas em paradigmas internos e sincretismos são limitadas pela organização hierárquica de traços na geometria universal;
- d. A interpretação de *sub-árvores* da geometria pode ser relativizada hermeticamente em formas restritas de modo que a interpretação de uma língua específica de um dado traço dependerá em parte dos contrastes disponíveis naquela língua (HARLEY; RITTER, 2002, p. 485, tradução nossa⁶²).

Tais assunções, segundo as autoras, também seriam um caminho para a aquisição de pronomes, em língua materna, por crianças, uma vez que as variações intralinguísticas estariam condicionadas à hierarquia dos traços formais e não exclusivamente à distribuição de uma ou mais formas. Nesse sentido, o modelo tradicional de um conjunto de traços como um feixe cristalizado, em que estariam contidos traços de pessoa, número e gênero, é inviável conforme os padrões acima mencionados. Por essa razão, Harley e Ritter (2002, p. 490) assumem, com Harley (1994), que traços são monovalentes e aparecem na composição do nominal apenas se eles tiverem um valor positivo, como em (26).

(26)

[A]
[B]
[E]
[C]
[F]
[H]
[I]
[D]
[G]
[J]
[K]

(HARLEY; RITTER, 2002, p. 491)

 $^{^{62}}$ No original: "a. The language faculty represents pronominal elements with a geometry of morphological features.

b. The organization on this geometry is constrained and motivated by conceptual considerations.

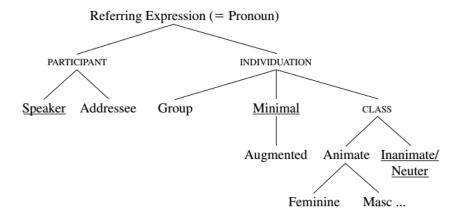
c. Cross-linguistic variation and paradigm-internal gaps and syncretisms are constrained by hierarchical organization of features in the universal geometry.

d. The interpretation of sub-trees of the geometry may be relativized in tightly constrained ways so that language-specific interpretation of a given feature will depend in part upon the contrasts available within that language" (HARLEY; RITTER, 2002, p. 485).

Em (26), os traços expressos por [B] ou [E] só aparecem na representação estrutural se forem ativados, em caso negativo não aparecem na geometria. Dessa maneira, o traço [-B] não aparece no esquema. A relação do traço [A], o nó raiz central, com os traços dos nós subsequentes, [B] e [E], estariam em uma relação de dependência. Consequentemente, os traços [J] e [K] implicam que o traço [I] foi acionado, pois se [J] e [K] estão em relação de dependência com [I], se [I] for excluído, os traços subsequentes a ele também serão excluídos.

Em (27), apresenta-se a geometria de traços⁶³ proposta pelas autoras, fornecida pela Gramática Universal, à proporção que em qualquer língua natural um subconjunto de traços possíveis pode ser ativado (HARLEY; RITTER, 2002, p. 491).

(27) Geometria de Traços



(HARLEY; RITTER, 2002, p. 491)

Na geometria de traços apresentada em (27), *Referring Expression* é o rótulo da configuração que identifica o nominal, ou seja, a expressão referencial em que a composição resulta. Adiante, há os nós raízes da configuração, a saber, [*Participant*], [*Individuation*] e [*Class*] (apesar de esse nó não ser dependente imediato de *Referring Expression*) que incluem os primitivos *pessoa*, *número* e *gênero*, respectivamente. É

-

⁶³ Mesmo que na geometria de traços, proposta por Harley e Ritter (2002), esses traços sejam de natureza morfológica, assumo com Béjar (2008), Carvalho (2008) e Harbour, Adger e Béjar (2008) que estes traços são de natureza léxico-sintática os quais dão contribuições para a sintaxe do pronome.

importante destacar que a proposta em questão resulta de uma discussão feita pelas autoras da Hierarquia Universal de Traços apresentada por Noyer (1992), em (28).

(28) traços de pessoa > traços de número > traços de gênero > traços de classe

A respeito da geometria de traços apresentada por Harley e Ritter (2002), Carvalho (2008, p. 72) afirma que

> as autoras dividem os traço-φ em três grandes grupos ou categorias: Participant, Individuation e Class. Participant [Participante] inclui os traços de Speaker [Falante] e Addressee [Destinatário], usados para representar pessoa (primeira e segunda, uma vez que a terceira seria a forma não-marcada); Individuation [Individuação], incluindo Group [Grupo], Minimal [Mínimo] e Augmented [Aumentado], representam a categoria número; e Class, e seus subgrupos, codificam gênero e outras classes informacionais.

Por razões metodológicas, as autoras debruçam-se especialmente sobre os nós [Participant] e [Individuation], correspondentes aos rótulos de pessoa e de número, pois é um caminho para mostrar que a caracterização do paradigma pronominal das línguas humanas está diretamente relacionada com os nós equivalentes às categorias de pessoa e de número, sugerindo que, provavelmente, não havia consenso quanto às relações de inclusão e continência entre gênero e classe, discussão que retomarei nas seções seguintes.

No que tange à categoria pessoa, a terceira pessoa pronominal apresenta distinções em relação à primeira e à segunda, conforme já aponta Forchheimer (1953, p. 5-6) em suas generalizações acerca do comportamento morfossintático da categoria pessoa nas línguas humanas, a saber:

- a) a concordância de 3ª pessoa geralmente é zero, em 1ª e 2ª a concordância é evidente;
- b) muitas línguas não têm a 3ª pessoa pronominal ou pelo menos não a forma nominativa;
- c) muitas línguas têm distinção apenas entre pronomes de 1ª e 2ª pessoa, para 3ª pessoa, elas usam demonstrativos;
- d) línguas intimamente relacionadas têm frequentemente a 1ª e 2ª pessoa cognatas, mas a 3ª pessoa obviamente não é relacionada;
- e) 1ª e 2ª pessoa são frequentemente similares em forma e flexão, mas são distintas da 3ª pessoa; e

f) 3ª pessoa está muito mais sujeita a subdivisões objetivas, tais como classe, gênero e localidade.

Apesar de considerarem as generalizações de Forchheimer (1953), Harley e Ritter (2002) atribuem a distinção entre primeira e segunda pessoa *versus* terceira ao fato de as primeiras apresentarem referência estabelecida pela alternância discursiva, enquanto a terceira teria referência fixa (cf. JAKOBSON, 1971, p. 131), parcialmente definida, como propõe Forchheimer. Já para Benveniste (1966), só é possível definir primeira e segunda pessoa em termos de locução, não em termos de objeto, como ocorre apenas com a terceira pessoa pronominal.

Deste modo, observando línguas de diferentes famílias, tais como *daga*, *kalihna*, *tonkwa*, *chinook*, *yimas*, *boumaa fijian*, Harley e Ritter (2002) mapeiam o comportamento das três pessoas pronominais, de acordo com a proposta da geometria de traços, ocasionando na contínua exclusão do nó [*Participant*], em (29), para terceira pessoa, por este ser o responsável pela marcação dos traços [*Speaker*] e [*Addressee*], correspondentes, respectivamente, a primeira e a segunda pessoa. Logo, para as autoras, a terceira pessoa é representada exclusivamente pelo nó [*Individuation*], já que estaria, em princípio, subespecificada para pessoa.

(29) Geometria de terceira pessoa

a. Singular



b. Plural



c. Dual



(HARLEY; RITTER, 2002, p. 500)

A representação de terceira pessoa apresentada em (29a-b) é encontrada nas línguas *daga* e *kalihna*; enquanto que as notações em (29a-c) ocorrem nas línguas *chinook* e *yimas*. Porém, na língua *boumaa fijian*, ocorrem todas as notações apresentadas em (29).

Contudo, há, nas notações acima, praticamente a mesma composição para a terceira pessoa, uma vez que as particularidades expressas estão exclusivamente no domínio de número, conforme a proposta de Harley e Ritter (2002). Por isso, apesar de a proposta das autoras deixar lacunas acerca da representação composicional da terceira pessoa, um modelo de geometria de traços no qual é possível compor a notação de um nominal, considerando suas características léxico-sintáticas parece ser uma alternativa mais econômica. No entanto, à medida que alguns traços tradicionalmente considerados como traços exclusivamente semânticos passam a interferir no licenciamento e na distribuição sintática de certos nominais, autores como Cowper e Hall (2002), Schulte (2003), Carvalho (2008) e Gruber (2013) assumem que esses traços sejam formativos, como será discutido na seção seguinte a fim de esclarecer, do ponto de vista da referência, o que faz do pronome de terceira pessoa um pronome pessoal.

Nesse sentido, assumo que *pronome* seja uma categoria funcional composta por traços formais equivalentes aos de seu referente nominal, isto é, a forma do pronome pode ou não refletir sua sintaxe. Em se tratando do fenômeno do sincretismo, quando formas tradicionalmente nominativas emergem em outras posições causais, a forma pronominal não equivale a sua distribuição, o que ocorre com o pronome pleno de terceira pessoa cuja distribuição é licenciada em quase todos os contextos sintáticos.

Em vista disso, assumo, com base na discussão realizada nesta seção, que o pronome de terceira pessoa não é sempre um pronome subespecificado para pessoa, o que implica que haja algum outro aspecto comum entre as três pessoas do discurso, além de

[Participant], capaz de codificar primeira, segunda e terceira pessoa sob o rótulo de pronomes pessoais.

3.3 SUMÁRIO

A presente seção abordou o desenvolvimento da concepção de pronome como um subtipo de nominal, ou seja, uma categoria funcional próxima aos nomes, mas passível de decomposição ou subespecificação. Em vista disso, seu conteúdo referencial é decorrente tanto da enunciação, quanto da retomada de outros nominais presentes ou não na sentença. Portanto, observou-se que o pronome de terceira pessoa distancia-se muito dos pronomes de primeira e segunda pessoa, pois não tem sua referência definida na enunciação (cf. BENVENISTE, 1966) e por poder ser considerado um subtipo de determinante, o que os aproximaria dos demonstrativos (cf. POSTAL, 1966; ROSS, 1967). Logo, o rótulo pronome pessoal parece abarcar tipos diferentes de pronomes (cf. FORCHHEIMER, 1953; BHAT, 2004). Além disso, também se verificou que os pronomes não podem ser considerados como primitivos, mas como uma categoria composta hierarquicamente por traços formais os quais determinariam seu comportamento sintático e referencial (cf. HARLEY; RITTER, 2002). Portanto, assumo a proposta de Harley e Ritter (2002), adaptada para um modelo léxico-sintático, tal qual a geometria de traços-φ (BÉJAR, 2003; HARBOUR et al., 2008; CARVALHO, 2008), como será discutido na próxima seção.

4 SOBRE A COMPOSIÇÃO DO PRONOME PLENO DE TERCEIRA PESSOA DO PB

A presente seção visa argumentar que a natureza do pronome, assim como a de outros nomes, é decorrente da sua composição de traços, ou seja, tanto a distribuição sintática do pronome, quanto sua referência, provem da sua notação de traços.

Na arquitetura da linguagem apresentada no modelo minimalista, a sintaxe manipula exclusivamente elementos primitivos, traços, a partir dos quais se constituem sequências terminais de um indicador sintagmático no curso da derivação. Logo, as operações *merge*, *move* e *Agree* lidam apenas com traços selecionados do léxico présintático. De acordo com Chomsky (1995), o léxico é o nível linguístico no qual se encontram as informações detalhadas sobre as palavras de determinada língua, sendo, por sua vez, o repositório de todas as propriedades fonéticas, sintáticas e semânticas dos itens lexicais. Para Pustejovsky (2016), o léxico é o componente da gramática que codifica tanto a informação requerida para composição na sintaxe, quanto o conhecimento para níveis múltiplos e tipos de interpretação semântica.

Em uma Teoria de Traços (cf. BÉJAR, 2003; HARBOUR et al., 2008; CARVALHO, 2008), a natureza de um dado item lexical é estabelecida pela organização hierárquica de traços formais selecionados em um léxico no qual operações não estão previstas, mas cuja referência deriva da composição dos traços que as constituem. Em vista disso, assumo com Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002), Béjar (2003, 2008) e Carvalho (2008, 2017) que a distribuição e a referência de nominais resultam de sua geometria de traços.

4.1 COMPOSIÇÃO DE TRAÇOS E A CONSTRUÇÃO DE REFERÊNCIA

A concepção de léxico como inventário de elementos formativos não é novidade na Linguística Gerativa. Chomsky (1965) propõe que há regras de reescritas "que se aplicam a símbolos para categorias lexicais e que introduzem ou operam em símbolos complexos (conjuntos de traços sintáticos especificados)" (op. cit., p. 84, tradução nossa⁶⁴). Nesse sentido, a condição de uma palavra ser uma categoria lexical ou funcional

⁶⁴ No original: "[...] that apply to symbols for lexical categories and that introduce or operate on complex symbols (sets of specifed syntactic features" (CHOSMKY, 1965, p. 84).

estava relacionada à combinação dos traços [+/-N] e [+/-V]. Além dessas restrições categorias, o modelo também previu restrições através da seleção de traços semânticos do verbo e de seus argumentos, a qual foi tratada, posteriormente, como *s-seleção* (cf. CHOMSKY, 1981, 1986a).

Entretanto, a noção de que as expressões linguísticas são compostas por um conjunto de traços com valores binários remete tanto aos estudos Fonéticos, os quais visavam identificar a natureza dos fonemas, tanto com base na Teoria da Distinção (cf. JAKOBSON, 1957; TRUBETZKOY, 1958), quanto com base na análise componencial da Semântica Lexical⁶⁵ de base Estruturalista. Nessa última perspectiva, o significado de uma palavra é dado pela decomposição de traços mínimos de significação (cf. HJELMSLEV, 1957; GREIMAS, 1966; POTTIER, 1967). Todavia, traços como, [+animado], [+mamífero], [+humano], [+bípede], foram tratados como similares, apesar da relação hierárquica existente entre eles. Outra questão em torno desse modelo é sobre quais traços seriam primitivos.

Considerando a existência de traços mais elementares do que outros, Katz e Fodor (1963) e Katz e Postal (1964) introduzem a noção de análise componencial na Linguística Gerativa. Assim, a essência da proposta é adotada por Chomsky (1965 e posteriores), abrindo precedentes para a assunção de que a composição de traços é responsável pela construção de referência. Em vista disso, assumo que *referência* seja a interpretação, feita pela interface conceitual-intencional, de uma notação hierárquica de traços. Ou seja, referência não é gatilho para significação, mas para leitura do nominal.

4.1.1 As Categorias-φ

De acordo com Adger e Harbour (2008) e Carvalho (2008, 2017), a perspectiva de traços-φ oferece uma rara oportunidade para que sintaticistas, semanticistas e morfologistas atuem, de maneira colaborativa, em pesquisas voltadas à compreensão da natureza da língua, uma vez que a articulação entre esses níveis corrobora com "Generalidade Transmodular", isto é, a organização modular da língua é identificada através da realização e da interpretação feita, pelos sistemas de interface, dos primitivos sintáticos. Portanto, traço é tratado como o elemento linguístico mais primitivo.

⁶⁵ Segundo Pustejovsky (2016, p. 33), a Semântica Lexical é o estudo do que as palavras significam e como seus significados contribuem para a interpretação composicional dos enunciados de uma língua natural.

Para os autores supracitados, traços-φ são aqueles envolvidos em relações de concordância predicado-argumento, tipicamente, *pessoa*, *número* e *gênero*. Na perspectiva de uma organização geométrica desses elementos, estes traços são dispostos hierarquicamente sob o rótulo φ, como um feixe cristalizado de traços, como proposto por Chomsky (1995), ou sob o rótulo de uma Expressão Referencial, nos termos de Harley e Ritter (2002), como um rótulo a partir do qual se codifica um nome, considerando a sua constituição de traços formativos. Conquanto, trabalhos como Harley e Ritter (2002), Cowper e Hall (2002), Béjar (2003, 2008), Adger e Harbour (2008) e Carvalho (2008 e posteriores) apontam que: a) a categoria-φ não equivale a um feixe cristalizado de traços⁶⁶; e b) há traços mais elementares inerentes à categoria-φ, a partir dos quais são constituídos os rótulos de *pessoa*, *número* e *gênero*.

Em sua primeira versão, a geometria de traços (cf. HARLEY; RITTER, 2002) é composta por um nó raiz chamado de *Expressão Referencial*, o rótulo final que codifica a notação do pronome, acarretada⁶⁷ pelos nós [*Participant*] e [*Individuation*]. Em vista disso, considero que a referência de um nominal não é dada apenas por *pessoa*, representada pelo nó [π] (cf. BÉJAR, 2003), e, consequentemente, pelos traços [*Definite*] e [*Specific*], os quais acarretam [D] (cf. CARVALHO, 2008). Como resultado, todos os traços dominados por [*Individuation*], incluindo *número* e *classe* (gênero e animacidade), também representam partes constitutivas da referência, em termos de composição de traços (cf. CHOMSKY, 2001b, 2002; ADGER; SVENONIUS, 2010).

Por essa razão, a proposta apresentada aqui distancia-se de trabalhos acerca de escala de referência, tais como Cyrino, Duarte e Kato (2000), pois, assumo, dentro do modelo-φ, que a *referência* léxico-sintática de um nominal é resultado da sua composição de traços, ou seja, não só os traços que acarretam *pessoa* são considerados, mas também aqueles que acarretam *número* e *classe* (gênero e animacidade). Por essa razão, especificidade e animacidade são partes que compõem referência, mas não as únicas.

Dessa maneira, assumo com Béjar (2003) que há uma relação de irmandade entre os nós $[\pi]$, pessoa, e [Individuation], número, e argumento que o traço [D], proposto por Carvalho (2008), a partir de Cowper e Hall (2002), seja não só um equivalente ao traço EPP (Princípio da Projeção Estendida) (cf. CHOMSKY, 1981, 1995), mas um rótulo

 $^{^{66}}$ Para argumentos contrários à proposta tradicional de traços- ϕ como feixe cristalizado de traços, ver seção

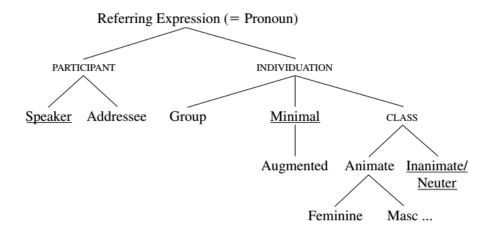
⁶⁷ Segundo Carvalho (2008, p. 58), "[d]ados dois elementos A e B respectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença do outro elemento A".

categorial responsável pela determinação nominal, acarretado pelos traços [Definite] e [Specific]. A seguir são apresentadas as categorias pessoa, individuação e classe com vistas a ilustrar sua contribuição para a composição léxico-sintática dos pronomes.

4.1.1.1 Pessoa

Como visto na seção 3, na proposta de Harley e Ritter (2002), a especificação da categoria pessoa, na geometria de traços, é constituída, exclusivamente, pelo nó [*Participant*], como em (1).

(1) Geometria de traços de Harley e Ritter (2002, p. 486)



Tendo em vista que um pronome de terceira pessoa não pode ser codificado a partir dos traços [Speaker] e [Addresee], por participar da enunciação na condição de tema e não de falante ou ouvinte, esse pronome de terceira pessoa é obrigatoriamente subespecificado em uma geometria como a expressa em (1).

Por essa razão, Béjar (2003) propõe a inserção do nó $[\pi]$ à geometria de Harley e Ritter (2002), a fim de que esse traço codifique a categoria pessoa, inicialmente expressa apenas por [Participant]. Na proposta de Béjar (2003), $[\pi]$ entra na geometria, em relação de irmandade com o nó [Individuation], dominando, portanto, [Participant]. Porém, a inserção do nó $[\pi]$ não é satisfatória para evitar a representação obrigatória de terceira pessoa subespecificada, visto que ainda não há como codificá-la, para pessoa, já que esse pronome não é participante do discurso.

Visando solucionar a subespecificação obrigatória da terceira pessoa no modelo de traços, Carvalho (2008) propõe, com base em Cowper e Hall (2002), que as

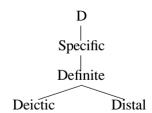
propriedades léxico-semânticas de definitude e especificidade, tenham se gramaticalizado (cf. SCHULTE, 2003), e estejam presentes na geometria. Nessa direção, o autor propõe que o traço [D], proposto por Chomsky (1995), equivalente ao antigo traço EPP (cf. CHOMSKY, 1981, 1995), seja o traço acarretado por [Definite] e [Specific], assim,

[[D] é o] traço corresponde ao traço [N] e caracteriza nominais. A presença deste traço caracteriza o nominal como sendo um argumento, como defendem alguns autores (cf. DÉCHAINE; WILTSCHKO, 2002). Este traço também domina a projeção que compreende traços como [DEFINITE] e [SPECIFIC] (CARVALHO, 2008, p. 80).

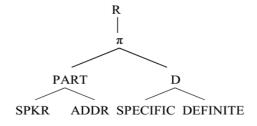
Tal assunção implica que um traço formal apresenta também uma contraparte semântica, para qual a sintaxe seria, em princípio, "cega", mas que é lida na interface conceitual-intencional. Entretanto, uma vez que o traço [D], acarretado por [Definite] e/ou [Specific], interfere na distribuição pronominal, como apontam os trabalhos de Carvalho (2008 e posteriores), Cerqueira (2015a, 2015b, 2019) e Cerqueira e Carvalho (2018a, 2018b), o traço [D] é um traço formativo e, por isso, essencial para a sintaxe.

Diferentemente da geometria proposta por Cowper e Hall (2002), ilustrada em (2), Carvalho (2008) propõe que [Definite] e [Specific] estejam em relação de irmandade, como ilustrado em (3), e não que um desses traços esteja subordinado ao outro, permitindo, por conseguinte, que um nominal apresente a notação de indefinição, a grosso modo, [-definido] e [+específico].

(2) Geometria de traços de Cowper e Hall (2002, p. 2)



(3) Geometria de traço de Carvalho (2008, p. 82)



Uma das vantagens da geometria, em (3), é de que ao considerar que a categoria pessoa é expressa não só por [Participant], mas também por [D], é possível tanto representar um nominal genérico, através da subespecificação do nó [D], quanto representar qualquer terceira pessoa, através da subespecificação do nó $[Participant]^{68}$.

4.1.1.2 Individuação

Na geometria de traços de Harley e Ritter (2002), o nó [*Individuation*] corresponde a um dos nós dominantes, por estar no mesmo nível de [π] (cf. BÉJAR, 2003; CARVALHO, 2008), codificando número (singular, dual e plural), grau (mínimo e aumentado) e classe (gênero e animacidade). Consequentemente, um nominal ser singular ou plural é resultado da sua composição de referência léxico-semântica. O mesmo ocorre com relação a um nominal ser contável ou não contável.

4.1.1.3 Classe

Na proposta de Harley e Ritter (2002), ao nó [Class] está subordinado o traço de animacidade, separado em diferentes vértices, a saber [Animate] e [Inanimate]. Os traços que codificam gênero, [Masculine] e [Feminine], são dominados por [Animate]. Ao assumir que gênero é c-comandado por [Animate], as autoras consideram que apenas nomes animados flexionam em gênero, desconsiderando que, em muitas línguas, nomes inanimados neutros possuem marca de masculino.

Entretanto, de acordo com Corbett (2012) e Carvalho (2016, 2018a), há dois tipos de gêneros nas línguas humanas, a saber, *gênero natural* (em consonância com a significado social do nome, muitas vezes tratado como gênero biológico ou semântico, por ser uma característica de nomes animados) e *gênero arbitrário* (inerente aos nomes, sem relação com seu significado social, justamente por ser uma característica de nomes inanimados). Em vista disso, assumo, com Carvalho (2008) e Cerqueira (2015a), que gênero e animacidade devam ser separados em vértices distintos, sendo ambos dominados pelo nó [*Class*], como será discutido e ilustrado adiante.

Dessa maneira, sob o domínio de classe, há duas categorias capazes de fornecer elementos referenciais para o nominal: gênero (masculino/feminino) e animacidade

_

⁶⁸ Essa discussão será retomada e ampliada nas subseções posteriores.

(animado/inanimado), discussão que será retomada, assim como questões acerca de [*Individuation*] e [*Participant*], na subseção a seguir.

4.2 REDISCUTINDO A CATEGORIA PESSOA

4.2.1 Participante

O nó [Participant] responsável pela categoria pessoa, segundo Harley e Ritter (2002), é um elemento fortemente explorado, por Gruber (2013). A autora defende que a noção de pessoa seja estabelecida com base na hierarquização dos traços de localização e tempo, em oposição à proposta de Fillmore (1997), na qual pessoa, tempo e localização não estão em relação hierárquica.

Gruber (2013) argumenta que a noção de pessoa está situada em duas categorias como centros-dêiticos do contexto discursivo, a saber, *tempo* e *localização*. Segundo ela, embora Fillmore proponha a existência de dêixis pessoal, dêixis espacial e dêixis temporal, é possível que haja uma relação hierárquica entre essas dêixis. Conforme Fillmore (1997),

[...] (1) a identidade dos interlocutores na situação comunicativa diz respeito ao termo dêixis de pessoa; (2) o lugar ou lugares no qual esses indivíduos estão localizados, para qual temos o termo dêixis de espaço; (3) o tempo no qual o ato comunicativo realiza-se [...] está sob o rótulo de dêixis de tempo [...] (op. cit.,p. 61, tradução nossa⁶⁹).

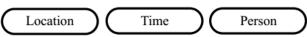
Nesse sentido, Gruber (2013) parte da proposta de Fillmore, em (4), na qual pessoa, tempo e espaço equivalem a componentes atômicos primitivos, mas propõe que a categoria pessoa é decorrente da relação entre as categorias de tempo e espaço, em (5), pois "[...] PESSOA não é definida apenas pelos participantes da conversação, mas, ao invés disso, esses participantes são definidos por onde estão situados no contexto da conversação [...]" (GRUBER, 2013, p. 19, tradução nossa⁷⁰). Ou seja, a autora apresenta uma proposta capaz de definir os participantes da enunciação a partir da sua localização temporal e espacial, em outras palavras, por quem assume o turno de fala onde e quando o faz.

⁷⁰ No original: "[...] PERSON is not just defined by the participants of the conversation, but rather that these participants are defined by where within the conversation context they are situated [...]" (GRUBER, 2013, p. 19).

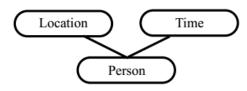
٠

⁶⁹ No original: "[...] (1) the identity of the interlocutors in a communication situation, covered by the term person deixis; (2) the place or places in which these individuals are located, for which we have the term place deixis; (3) the time at which the communication act takes place [...] under the heading of time deixis [...] (FILLMORE, 1997, p. 61)"





(5) Proposta de Gruber (2013, p. 2)



Em uma perspectiva minimalista, por sua vez, Gruber (2013, p. 10-11) define *pessoa* como parte dos traços-φ, situando, deste modo, a problemática em torno da natureza do traço de *pessoa*, visto que este é um traço tanto formal, por afetar o comportamento gramatical do fenômeno, quanto o semântico, por apresentar "impacto para a semântica da sentença". Para sanar a questão, a autora assume, com Zeijlstra (2011), a existência de intersecção de traços, possibilitando que o traço de *pessoa* seja tanto formal, quanto semântico, mas não discute como seria regulada essa intersecção.

No entanto, no que concerne à natureza do traço da categoria pessoa, assumo, com Harbour, Adger e Béjar (2008), que os traços-φ sejam formais por interferirem na distribuição sintática dos nominais, o que não impede que eles sejam lidos nas interfaces, após *Spell-out*. De acordo com Frampton e Gutmann (2000), ao invés da deleção dos traços formais, após sua valoração, como propõe Chomsky (1995 e posteriores), esses traços formais entram em estado de inércia, podendo ser lidos nas interfaces, após a derivação.

De acordo com Gruber, "[...] PESSOA é uma categoria dêitica e, como tal, inclui apenas participantes dos atos de fala, falante e ouvinte; um não participante, por definição, não pode ser parte de um contexto discursivo" (GRUBER, 2013, p. 9, tradução nossa⁷¹). A autora argumenta, ainda, que *pessoa* é uma categoria gramatical e a categoria gramatical *pessoa* vai além de primeira e segunda pessoa e se estende à terceira pessoa, a qual, além disso, trata-se de uma categoria universal presente em todas as línguas (cf.

⁷¹ No original: "PERSON is a deictic category and as such includes only the speech act participants, speaker and hearer; a nonparticipant, per definition, cannot be part of the utterance context" (GRUBER, 2013, p. 9).

-

FORCHHEIMER, 1953; GREENBERG, 1963; SIEWIERSKA, 2004) representada tanto por um pronome, quanto por desinência verbal.

Contudo, essa noção de pessoa parece atender exclusivamente aos pronomes de primeira e segunda pessoa, visto que se a terceira pessoa não é situada na enunciação, não há como mapear sua composição através de uma concepção de pessoa em que, mesmo estabelecida a partir de tempo e de espaço, restringe-se aos participantes diretos na elocução. Isto é, se pessoa, nos termos de Gruber (2013), é definida por quem assume o turno de fala, em determinado tempo e em determinado espaço, e a terceira pessoa nunca assume o turno de fala, independentemente, do tempo e do espaço, a proposta da autora para pessoa, na prática, aplica-se exclusivamente à [Participant] excluindo, por conseguinte, a terceira pessoa.

Em vista disso, a codificação de terceira pessoa deve ser estabelecida por outro elemento, o qual trataremos aqui como *determinação*, a contraparte léxico-semântica do traço [D]. Logo, proponho, com base em Gruber (2013), que participante é a propriedade de estabelecer o falante e o ouvinte considerando quem assume o turno de fala em determinado tempo e em determinada localização.

4.2.2 Determinação

Uma vez que apenas os pronomes de primeira e segunda pessoa podem ser codificados pelo nó [Participant], já que são estabelecidos por quem assume o turno de fala em certo tempo e em certo espaço, a necessidade de codificar os pronomes de terceira pessoa, assim como demais sintagmas nominais, levou autores como Cowper e Hall (2002) e Carvalho (2008) a propor a existência de um traço [D], a partir do qual é possível estabelecer a relação desses nominais com a categoria pessoa.

Para os autores supracitados, a presença do traço [D], antigo traço [EPP], na notação de traços de um nominal aciona, no nível sintático, o movimento de sujeito e, no nível léxico-semântico, a determinação, ato de referir entidades a partir de expressões linguísticas. Sendo assim, mesmo tendo o nó [Participant] subespecificado, os pronomes de terceira pessoa não seriam subespecificados em $[\pi]$, visto que podem ser especificados em [D], o qual está em relação de irmandade com [Participant]. Nessa ótica, determinação, a contraparte semântica de [D], é tão responsável pela codificação da categoria pessoa, quanto participante. Outrossim, a categoria pessoa é constituída pelos traços dominados pelos nós [Participant] e [D], cujas contrapartes léxico-semânticas,

mediante à argumentação proposta nesta tese, são, respectivamente, participante da enunciação e determinação nominal.

Para Cowper e Hall (2002), o traço [D] é o responsável pela interpretação de um nominal como definido, indefinido ou genérico, mas, é, sobretudo, uma evidência para a hipótese DP (cf. ABNEY, 1987), considerando que "[...] [a]ssumimos que nomes nus argumentos são DPs e não NPs. Este [último] necessita de um determinante nulo, o qual nós assumimos que tem apenas o traço [D]" (COWPER; HALL, 2002, p. 3, tradução nossa⁷²). Ou seja, assim como em Lyons (1999), o traço [D] é tratado como uma evidência de que o sintagma determinante domina o sintagma nominal. Apesar de concordar com essa proposta, sugiro que, além da evidência para a posição sintática do determinante, o traço [D] também desempenha o papel de determinar os DPs, de modo a corroborar com o estabelecimento de sua referência, como aponta o trabalho de Postal (1966) e Collins e Postal (2012).

Nessa ótica, a determinação nominal seria uma propriedade das línguas humanas estabelecida tanto no nível sintático, quanto léxico-semântico. Acerca do nível léxico-semântico, "[...] a determinação está predominantemente associada à função referencial, isto é, à introdução (ou à retomada anafórica) de entidades [...]" (MÓIA, 2016, p. 313). Do ponto de vista sintático, a determinação nominal é um dos caminhos para obtenção de informação referencial sobre o nominal predicado, por ser uma das vias de categorização de nomes. Assim, Abraham, Stark e Leiss (2007) propõem que

[d]eterminação [...] pode ser vista como a marcação explícita de nominais para fornecer informações sobre a forma como o predicado nominal deve ser mapeado em diferentes tipos (escolha de conjuntos bem como texto) de referência (no sentido de Seiler (1978) 'noção de percepção de realidade' (op. cit., p. 2, tradução nossa⁷³)

Desta forma, "[...] outras características tais como estatuto temático⁷⁴ ou definitude/especificidade em contextos definidos e indefinidos podem entrar em jogo de

-

⁷² No original: "[...] We assume that bare nominal arguments are DPs not NPs. This necessitates a null determiner Ø, which we assume has just the feature [D]" (COWPER; HALL, p.3).

⁷³ No original: "Determination [...] can be seen as the explicit marking of nominals in order to provide information about the way the nominal predicate is to be mapped onto different sorts of (choices of sets of as well as text) referents (in the sense of Seiler's (1978) notion of 'perception of reality')" (ABRAHAM; STARK; LEISS, 2007, p. 2).

⁷⁴ Os autores usam "temático" para destacar que o pronome pessoal de terceira pessoa, por não ser participante da enunciação, é sempre o *tema*, algo/alguém fora do discurso (BENVENISTE, 1966). Logo, nesse recorte, não há relação entre o termo "temático" com papel-temático.

maneira adequada ou exclusiva" (ABRAHAM et al., p. 2, tradução nossa⁷⁵). Por isso, a determinação nominal é estabelecida na medida em que uma expressão nominal, apresenta, em sua composição, definitude e/ou especificidade, por acarretamento. Porém, ainda que a determinação nominal seja um fenômeno universal, sua manifestação varia nas línguas humanas, de modo que os possíveis comportamentos morfonológicos refletem os parâmetros sintáticos, como argumenta Correia (2000),

[...] línguas como o português, o francês, o italiano e o inglês utilizam diferentes classes de determinantes (artigos definidos, indefinidos, determinantes nulo, partitivo, numerais, possessivos, demonstrativos ...) como marcas de determinação nominal. As línguas sem artigo, como o japonês, o coreano ou o mandarim, evidenciam a determinação nominal através de classificadores, ou através da ordem das palavras, ou, ainda, através de processos morfológicos como a sufixação ou a prefixação" (CORREIA, 2000, p. 328).

Isto posto, proponho que a universalidade da determinação nominal esteja relacionada à presença dos traços de [Definite] e [Specific] em sua composição, ao passo que a exigência ou não desses traços, simultaneamente ou independentemente, no licenciamento de um nominal, o fariam mais ou menos determinado. Em outras palavras, para um DP ser determinado, ele precisa apresentar os traços [Definite] e [Specific] em sua notação, ou pelo menos um desses. Outrossim, a realização morfofonológica desses traços pode tanto ser estrutural, com a presença de um elemento determinante no DP, quanto, flexional, como no caso dos pronomes.

4.2.2.1 Definitude e Especificidade

A noção de definitude foi tratada por muito tempo na literatura como uma propriedade do artigo definido⁷⁶ (cf. HAWKINS, 1978; LYONS, 1999), fortalecendo a ideia de que essa propriedade é estritamente morfossintática. Contudo, trabalhos como os de Cowper e Hall (2002) e Carvalho (2008) evidenciam que a presença de artigo em nome definido é reflexo da composição léxico-sintático do sintagma em questão. Por isso, a presença do traço [*Definite*], em um nominal, pode implicar em algum reflexo morfossintático, como a realização de artigo/demonstrativo ou afixo verbal.

⁷⁵ No original: "Other characteristics such as thematic or definite/specific status in definite and indefinite contexts may come into play as well or exclusively" (ABRAHAM; STARK; LEISS, 2007, p. 2).

⁷⁶ Provavelmente, o traço [*Definite*], presente na notação de todos os pronomes pessoais, salvo nos casos de primeira e segunda pessoa arbitrária, ou em alguns casos de terceira pessoa, tenha levado Postal (1966) a propor que essa categoria seria um subtipo de artigo, uma vez que, o traço [*Definite*], ou sua ausência, é uma das principais características dos artigos.

No entanto, mesmo diante dessa tradição, em trabalhos como os de Cowper e Hall (2002) e de Carvalho (2008 e posteriores), os autores buscaram associar definitude a aspectos, em princípio, mais semânticos, os quais seriam, nos termos aqui adotados, as leituras decorrentes da presença do traço [Definte], na notação de traços do nome em questão. Assim sendo, tanto as estruturas morfofonológicas do nome, quanto as leituras identificáveis e únicas/particulares, resultam da presença dos traços [Definite] e [Specific] na composição de um dado nominal. Dito de outra maneira, as estruturas morfofonológicas do nominal e suas leituras identificável e única/particular seriam efeitos de [Definite] e [Specific].

Christophersen (1939) e Heim (1982) defenderam que definitude estaria associada à noção de familiaridade, pois "[...] familiaridade implica que o significado potencial de uma palavra está associado com o conhecimento adquirido previamente através do qual pode-se inferir que apenas um indivíduo definido é denotado" (CHRISTOPHERSEN, 1939, p. 72, tradução nossa⁷⁷). Lambrecht (1994) e Lyons (1999) também consideram familiariadade como efeito de definitude em um nominal. Entretanto, para Lyons (1999), familiaridade é subjacente à identificabilidade, ou seja, a identificação de um nome implica que este nome seja familiar.

Por essa razão, para Lambrecht (1994) e Lyons (1999), indetificabilidade é um dos principais efeitos de definitude, pois ainda que definitude seja primeiramente gramatical, nos termos de Lyons (1999), o autor considera que as leituras de identificabilidade e de inclusividade⁷⁸ sejam manifestações semânticas da definitune do DP. Para Lyons (1999), um DP definido deve apresentar alguma marca morfossintática (presença de artigo, demonstrativo ou afixo verbal), mas também deve ser interpretado como identificável ou incluso ou ambos.

Adaptando a proposta de Lyons para um modelo de traços, a presença do traço [Definite] apresenta efeitos de interpretação e de distribuição, podendo este último ter ou não uma contraparte morfofonológica. Em vista disso, assumo, com Hertzenberg (2015), que identificabilidade seja o principal efeito de definitude, uma vez que a realização morfofonológica de definitude pode variar parametricamente nas línguas humanas (cf.

.

⁷⁷ No original: "[...] familiarity implies that the potential meaning of a word is associated with previously acquired knowledge through which it can be inferred that only a definite individual is denoted" (CHRISTOPHERSEN, 1939, p. 72).

⁷⁸ Segundo Lyons (1999), a leitura inclusiva decorre da condição de um objeto pertencer a um conjunto de objetos da mesma natureza. A relação da leitura inclusiva com a leitura única decorre da particularização do objeto (cf. PARTEE, 1972).

KIBORT; CORBETT, 2010; CORBETT; BOND, 2016). Os dados em (6) permitem a constatação de que a referência do pronome pleno de terceira pessoa, assim como seu licenciamento, nestes contextos sintáticos, está relacionada à sua definitude, evidenciada pela condição de identificação.

a. Eu ouvia na infância, mas não gosto mais deles. (Backstreet Boys)b. Ela disse para você chegar cedo amanhã. (sua orientadora)

De acordo com Cowper e Hall (2002, p. 4, tradução nossa⁷⁹), "[o] o determinante definido pode [...] ser usado quando o falante assume [...] que o DP descreve uma entidade identificável e única no Universo do Discurso, como discutido em Donellan (1966)". Assim como para Donellan (1996), Lyons (1999) e Abbott (2010), para Cowper e Hall (2002) os efeitos semânticos de definitude podem ser: a) identificabilidade **ou** unicidade, pelo ouvinte; ou b) identificabilidade **e** unicidade, pelo ouvinte. Todavia, a possibilidade de intercorrência desses efeitos implica que: i) cada uma dessas leituras é efeito de um elemento primitivo; e ii) a presença de ambas é efeito de um elemento mais abrangente, ao qual definitude e especificidade estão subjacentes. Por conseguinte, assumo, com Hertzemberg (2015), que identificabilidade é efeito de definitude; com Partee (2004), que unicidade é efeito de especificidade; e, com Cerqueira e Carvalho (2018a, 2018b), que identificabilidade e unicidade juntas representam efeito de determinação nominal.

Segundo Partee (1972, 2004), uma entidade única é aquela que pode ser particularizada com base em restrições que a tornam específica. Seguindo argumentação semelhante, Cowper e Hall (2002, p. 3) defendem que a presença do traço [Specific] à notação de um nome implica em leitura particularizada que, para os autores, é um tipo de quantificação cardinal, pois em vez de quantificar sobre indivíduos existenciais ou universais, quantifica acerca de um indivíduo particular, como pode-se observar nos dados em (7).

a. Quando [um país]_i não investe em educação, ele_i está fadado ao fracasso.
 b. Estou procurando [um livro]_i sobre ideologia de gênero e diversidade, mas ainda não encontrei ele_i.

7

⁷⁹ No original: "The definite determiner can also be used when the speaker assumes [...] that the DP describes an identifiable and unique entity in the Universe of Discourse, as discussed in Donnellan (1966)" (COWPER; HALL, 2002, p.4).

Em (7), ainda que não seja possível identificar qual *o país* em questão ou qual *o livro* em questão, sabe-se que não se trata de qualquer/todo país ou de qualquer/todo livro. Sabe-se que o país retomado pelo pronome pleno de terceira pessoa é aquele que não investe em educação, assim como o livro retomado pela terceira pessoa plena é aquele procurado pelo falante e cujo tema é ideologia de gênero e diversidade. Logo, essas informações fornecidas pelas próprias sentenças possibilitam a particularização do referente pronominal e, consequentemente, a sua especificidade.

Nessa ótica, as leituras identificável e única/particular representam efeitos semânticos de *determinação nominal* e não de definitude, como assume-se tradicionalmente. A assunção de que a leitura identificável é efeito de *definitude* (cf. HERTZENBERG, 2015) e de que a leitura única/particular é efeito de *especificidade* (cf. PARTEE, 2004), contribui para avaliação do grau de determinação de um nominal, uma vez que definitude e especificidade estão subordinadas à determinação. Em consequência, possibilitando a codificação dos pares [+definido, +específico], [-definido, +específico], [+definido, -específico] e [-definido, -específico] em um contínuo de determinação, o qual será apresentado na subseção 4.2.2.3.

4.2.2.2 Dêitico e Distal

No modelo de traços proposto por Cowper e Hall (2002), como já apontado anteriormente, o traço [Definite] domina os traços [Deictic] e [Distal] os quais seriam responsáveis, respectivamente, pela leitura ostensiva⁸⁰ e pela leitura partitiva de um nominal. O traço [Deictic], na ótica dos autores, trata-se do traço responsável por codificar informações do centro dêitico, de modo que "[e]ste é um caso marcante de [Definite], no qual o referente não precisa estar presente no discurso, pois está sendo apontado pelo determinante dêitico" (COWPER; HALL, 2002, p. 4, tradução nossa⁸¹). Por isso, nos termos apresentados pelos autores, o traço [Deictic] está presente na notação de nominais cuja referência implique em leitura ostensiva (cf 8).

(8) a. João_a disse que **ele**_b saiu cedo.

b. Eles adoram fingir que gostam dos pobres em época de eleição. (os políticos)

⁸⁰ Conforme Evans (1990), Heim e Kratzer (1998), Oliveira (2001) e Recanati (2005), ostensão é a leitura própria de elementos dêiticos, cuja referência é externa ao escopo sentencial.

⁸¹ "This is a marked case of [Definite] in which the referent need not already be present in the discourse because it is being pointed out by the deictic determiner" (COWPER; HALL, 2002, p.4).

-

Em (8), os pronomes de terceira pessoa apresentam o traço [*Deictic*] em sua notação, resultando em leitura dêitica e, consequentemente, definida. Para Oliveira (2001), no DP cuja leitura é ostensiva, é apontado no discurso, como ocorre em (8). A propriedade dêitica do pronome de terceira pessoa, em (8), resulta da presença do traço [*Deictic*], em sua composição.

Já o traço [Distal] é o traço acionado para designar distância na notação do nominal. Cowper e Hall (2002) o definem a partir da relação com o traço [Deictic], sendo "[n]a ausência de [Deictic], [Distal] significa 'no fundo do discurso', na presença do [Deictic], estabelece distância do centro dêitico" (COWPER; HALL, 2002, p. 5, tradução nossa⁸²). Em outras palavras, o traço [Distal] tanto pode ocorrer sozinho na geometria (cf. 9a), quanto pode ocorrer em irmandade com o traço [Deictic] (cf. 9b). O traço [Distal] está presente, sobretudo, nos pronomes demonstrativos ou em nominais partitivos.

(9) a. Esse aluno não estava entre eles. (os alunos bagunceiros)b. Isso deve ficar na biblioteca. (o grampeador)

Em (9a), o pronome pessoal de terceira pessoa assume a leitura partitiva devido a presença do traço [Distal], aparentemente, acionado pela relação com os traços da preposição, resultando na leitura de que apenas a parte em questão dos alunos estava fazendo bagunça. Em (9b), o pronome demonstrativo neutro apresenta os traços [Deictic] e [Distal], uma vez que além da leitura de distância, própria dos demonstrativos, o pronome possui referente externo ao escopo da sentença, comportando-se como uma dêixis.

Cabe destacar que o traço [Distal], proposto por Cowper e Hall (2002), não é da mesma natureza que o traço [Location], apresentado por Gruber (2013). Muito embora ambos remetam, de certo modo, a espaço. O traço [Distal] codifica a relação de distância psíquica estabelecida entre o pronome e seu referente, já o traço [Location] codifica a relação de distância física designando o local/lugar em que o turno de fala é assumido.

Ademais, a possibilidade de o traço [*Distal*] entrar na composição do pronome pleno de terceira pessoa, provavelmente, está relacionada à origem histórica desse pronome, pois se o pronome *ele* originou-se a partir do pronome demonstrativo *ille* (cf. ALI, 1966; COUTINHO, 1976; GIUSTI, 1998), na passagem do latim vulgar para o português, esse traço pode ter sido preservado.

-

⁸² "In the absence of [Deictic], [Distal] means "in the background of the discourse"; in the presence of [Deictic] it establishes distance from the Deictic Centre" (COWPER; HALL, 2002, p. 5).

4.2.2.3 Contínuo de Determinação

A combinação dos traços [Definite] e [Specific], com o traço de [Distal], pode resultar em uma terceira pessoa mais próxima dos demonstrativos e, por sua vez, mais especificada. Já os pronomes expletivos, cuja forma é sempre uma terceira pessoa (cf. FORCHHEIMER, 1953), seriam os casos de nenhuma determinação. Entre os dois extremos, há níveis intermediários de determinação nominal considerando a presença dos traços [Definite] e [Specific], (cf. Quadro 3).

GRAU DE DETERMINAÇÃO DA TERCEIRA PESSOA PLENA Demonstrativo / Indeterminada / Dêitica Determinada Indefinida Expletivo / Arbitrária Distal [+definido / [+definido / [-definido / [+definido / -específico] [-definido / -específico] +específico] +específico] +específico] Nossa história é monstruosa, deixou consequências Estava com uma Cota é só o começo, Ela saiu agora. ?Ele chove. montruosas e uma amiga e ela desmaiou eles nos devem até a delas é a no shopping. alma. insensibilidade nas pessoas

Quadro 3 – Grau de determinação da terceira pessoa

Retomando as definições apresentadas na seção 2, assumo com Cerqueira e Carvalho (2018a, 2018b), que a) genericidade é a propriedade de um nominal fazer referência a uma categoria com sentido de "tipo, espécie, gênero ou grupo" (cf. CARLSON, 1989, 1995; KRIFKA et al., 1995; CHIERCHIA, 1995; SARAIVA, 1997; OLIVEIRA, 2011); b) arbitrariedade é a notação léxico-sintática de um nominal cuja interpretação é genérica, por isso, os traços [Definite] e [Specific] não participam de sua composição (cf. LYONS, 1999; CARVALHO, 2008); c) indefinição é a ausência de [Definite] (cf. ABBOTT, 2010; HERTZENBERG, 2015) e presença de [Specific], resultando em leitura de unicidade, equivalente a uma particularização (cf. PARTEE, 1972, 2004); e d) indeterminação é a ausência do traço [Specific], mas presença do traço [Definite], culminando em leitura de identificabilidade, equivalente à familiaridade (cf. LYONS, 1999).

Destarte, um pronome tem sua natureza pessoal conferida não só por sua participação no discurso, mas também pela determinação nominal, ao passo que, a terceira

pessoa, mesmo sem ser marcada na elocução, não apresentaria subespecificação da categoria *pessoa*, dada a exigência quase obrigatória de pelo menos um dos traços acarretados por [D], cuja contraparte sintática é o estabelecimento do Princípio da Projeção Estendida, e cuja contraparte léxico-semântica equivale à determinação, acarretada por definitude e/ou especificidade.

4.3 UMA GEOMETRIA DE TRAÇOS PARA TERCEIRA PESSOA PLENA EM PB

Na presente subseção serão apresentadas notações dos traços presentes na geometria proposta nesta tese, adaptada da geometria apresentada por Carvalho (2008) para os pronomes pessoais em PB. Desta forma, as subseções seguintes estão organizadas a partir dos nós raiz das categorias que compõem φ.

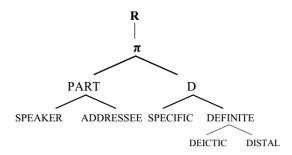
4.3.1 A categoria pessoa

Os traços constituintes da categoria *pessoa* estão sob o domínio do nó $[\pi]$, proposto por Béjar (2003), como alternativa para evitar a subespecificação obrigatória das proformas (terceiras pessoas e demonstrativos). Conforme Carvalho (2008), a geometria proposta por Harley e Ritter (2002) carece de adaptações para descrever o que acontece com o sistema pronominal do português, por essa razão,

[...] Béjar introduz um novo traço à geometria, a saber, $[\pi]$. π seria um nó intermediário entre a raiz do elemento referencial e o nó [PARTICIPANT]. Este é também um rótulo para a categoria *pessoa*. Segundo a autora, π é empiricamente necessário. Por exemplo, sem ele, não-participantes são obrigatoriamente subespecificados exceto pelo traço [INDIVIDUATION], e, talvez, pelo traço raiz R. A introdução deste traço (que, como já mencionado, codifica abstratamente a categoria *pessoa*) é também motivada pelo fato de a subespecificação de traços para terceira pessoa poder ser o ponto de variação, uma vez que, apesar de alguns pronomes de terceira pessoa serem totalmente subespecificados, há pronomes de terceira pessoa com subespecificação parcial, os quais podem atuar como *interventores*. Béjar afirma que a inserção do traço π é necessária como uma camada representativa, já que alguns traços categoriais devem ser incluídos dentro do nó PARTICIPANT (CARVALHO, 2008, p. 79).

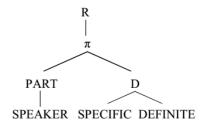
Proponho, portanto, com base em Carvalho (2008), a notação em (10) para a categoria *pessoa*.

(10) Geometria de traços de pessoa

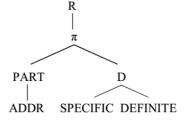


A seguir, apresento cada um dos traços presente na notação de pessoa, assim como seus valores:

- a) [Participant]: refere-se aos participantes envolvidos na elocução (primeira e segunda pessoa), é o nó que domina os traços [Speaker] e [Addressee], os quais, de acordo com Gruber (2013), são definidos por quem assume o turno de fala em determinado tempo e em determinado espaço. A ausência de [Participant] implica na representação de alguma notação de terceira pessoa ou de algum nome.
- b) [Speaker]: a presença deste traço simultânea à ausência do traço [Addressee] equivale à primeira pessoa.

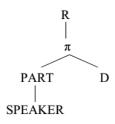


c) [Addressee]: a presença deste traço paralela à ausência do traço [Speaker] equivale à segunda pessoa.

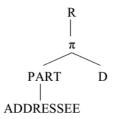


- d) [D]: a contraparte sintática deste traço equivale ao princípio EPP, proposto por Chomsky (1981, 1995). Sua contraparte léxico-semântica equivale à determinação nominal. O traço [D] domina os traços [Definite] e [Specific], por isso, é um dos nós raiz ao qual a arbitrariedade está relacionada, pois sua subespecificação, implica em pronomes arbitrários, com leituras genéricas como (11) e (12).
 - (11) A sociedade é assim, se **eu** não faço nada por ninguém e ninguém faz nada por mim.

(Situação na qual um indivíduo fala sobre o comportamento coletivo do ser humano.)



(12) Para fazer esta receita, você usa farinha de trigo, manteiga, queijo e sal.
(Situação na qual um indivíduo ensina a um grupo de pessoas como preparar biscoitos de queijo.)



- e) [Definite]: é o traço que codifica a leitura de identificabilidade, ou seja, o referente é familiar/identificado pelo ouvinte.
- f) [Specific]: trata-se do traço que representa a particularidade do indivíduo/objeto expresso por DP, ou seja, é um ser que se distingue dos demais através da relação de unicidade/particularidade.
- g) [Deictic]: traço presente na notação de nominais cuja referência implica em leitura externa à sentença, podendo ou não, ser ostensiva.

h) [Distal]: é o traço acionado para designar distância do referente à notação do nominal.

Carvalho (2008) adota a notação em (13) como composição da terceira pessoa. De acordo com o autor, as reticências abaixo de [D] expressam que os traços dominados por esse nó podem ou não estar presentes em sua representação, a depender da interpretação que acarretem.

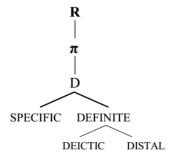
(13)



Todavia, o fato de terceira pessoa não apresentar representação arbitrária (cf. CERQUEIRA, 2015a, 2017, 2019), como a primeira e a segunda, implica que há traços que precisam estar presentes na composição de terceira pessoa, ainda que estes traços estejam sob domínio de [D] e não de [Participant].

Nas seções anteriores, verificou-se que definitude e especificidade são traços quase indispensáveis ao licenciamento do pronome de terceira pessoa. Em vista disso, estes traços precisam ser previstos na composição deste pronome.

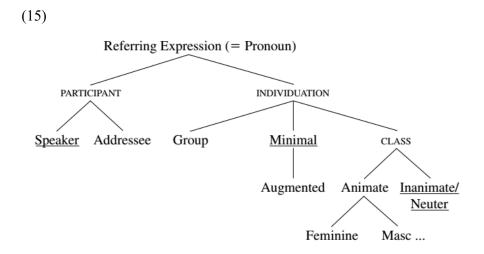
(14)



À vista disso, proponho que a notação em (14) seja a ideal para representar os traços disponíveis para a composição de traços do pronome pleno de terceira pessoa, sendo acionados a depender de sua distribuição e de sua referência.

4.3.2 A categoria número

Na geometria de Harley e Ritter (2002), o traço [*Individuation*], irmão de [*Participant*], equivale à "distribuição de entidades no mundo de acordo com suas propriedades discursivas independentes, tais como classe e quantificação" (CARVALHO, 2008, p. 86). Sendo assim, este traço é o nó dominante de número, [*Group*], grau, [*Minimal*], e gênero, [*Class*], como em (15).



De acordo com Harley e Ritter (2002), o nó [*Individuation*] é o responsável pelas categorias de número, grau e classe. No entanto, Carvalho (2008) observa que há um problema epistemológico para a geometria apresentada pelas autoras, no que concerne à categoria *número*, semelhante ao sinalizado por Béjar (2003) para categoria *pessoa*.

Para Harley e Ritter (2002), quanto a *número*, o traço [*Group*] é o único responsável pelo plural dos pronomes. Porém, algumas línguas efetuam distinção entre um grupo composto por dois sujeitos e outros por mais de dois, como em (16).

- (16) a. Vi **ambos** (os) garotos na praia.
 - b. I saw **both** boys on the beach. Eu vi ambos garotos em a praia.

Em vista disso, Carvalho (2008) argumenta que a geometria deve conter o traço [Dual], responsável por codificar uma quantidade superior a singular e inferior a plural, isto é, um conjunto representado por dois indivíduos. Logo, assim como a inclusão de [π] é necessária à composição de pessoa, o autor mostra que há necessidade da inclusão do traço [#] para composição de número (cf. 17).

(17)



A presença de [*Dual*], dominado por [#], prevê a notação de um pronome como, por exemplo, *ambos* ou *both* no sistema numérico em línguas como o português e o inglês. Já a representação de [*Group*] como único dominado por [#] representa o plural (cf. 18) e [#] o singular.

(18)

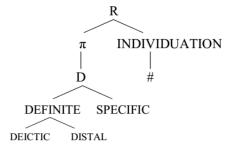


Abaixo há a definição dos traços presentes na categoria número.

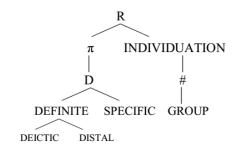
- a) [#]: é o traço cuja leitura determina a pluralidade do DP, sua representação sem os traços por ele dominados, implica em *singular*.
- b) [*Group*]: é o traço correspondente à leitura de *plural*.
- c) [Dual]: é o traço correspondente à leitura de dois elementos.

Sendo assim, adoto as notações em (19), singular, e em (20), plural, como inventário de traços disponíveis para o pronome pleno de terceira pessoa.

(19) Notação de singular



(20) Notação de plural



4.3.3 A categoria gênero

A representação da categoria *gênero*, como proposta por Harley e Ritter (2002), não atende ao comportamento dos nominais em PB, assim como o de outras línguas tais como, as demais línguas românicas, o árabe, o tcheco, o dinamarquês, o holandês, o grego, o hebraico, o islandês, o tailandês, o russo, dentre outras (cf. KRAMER, 2015; CARVALHO, 2016, 2018a), porque nessas línguas não há distinção entre os pares de traços *animado/inanimado* e *masculino/feminino*. Considerando que, em PB, elementos inanimados podem ser tanto masculinos, quanto femininos, *neutro* e *inanimado* não parecem ser traços sinônimos.

Alguns estudos recentes como Kramer (2009), Corbett (2012) e Carvalho (2016, 2018a), as línguas humanas apresentam dois gêneros: o gênero *natural* (correspondente ao gênero biológico ou semântico, por ser uma característica de animados) e gênero *arbitrário* (inerente aos nomes, sem relação com seu significado social, correspondente aos inanimados).

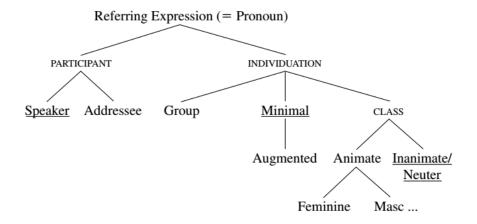
Tendo em vista tais aspectos, Carvalho (2008) propõe a divisão dos pares [Feminine / Masculine] de [Animate / Inanimate], com base em feminino ser mais especificado do que masculino. A evidência apresentada pelo autor é de que para o tratamento com o feminino, é necessário que todos os indivíduos sejam figuras femininas, quando há presença de um único membro masculino, há requerimento do masculino, ou seja, o traço [Masculine] é o traço default (cf. CÂMARA JR, 1970; CARVALHO, 2008; BISMARCK LOPES, 2014), por isso, menos especificado.

Por conseguinte, Carvalho (2008, p. 90) propõe que a leitura de masculino seja dada a partir da ausência do traço [Feminine], sendo este diretamente dominado por [Class], conforme (21).



Entretanto, na geometria de Harley e Ritter (2002), em (1), retomada aqui como (22), o nó raiz [Class] domina tanto gênero, quanto animacidade e, uma vez que, gênero é desvinculado de [Animate], deduz-se que [Class] domina, em um vértice, gênero e, no outro, animacidade.

(22)



Em decorrência do exposto, assumo, com Carvalho (2008) e Cerqueira (2015a), que gênero e animacidade devam ser separados em vértices distintos, sendo ambos dominados por [*Class*]. Assim, seguem, em (23), as notações de [*Class*].

(23) a. Masculino e Animado



b. Feminino e Animado



c. Masculino e Inanimado

CLASS

d. Feminino e Inanimado



Uma vez que a distinção entre primeira, segunda e terceira pessoa é dada pela configuração do nó $[\pi]$, as notações em (23a) e (23b) representam primeira e segunda pessoa, visto que estes nominais não podem ser inanimados. A terceira pessoa, que também exerce papel de neutro em PB, retomando referentes animados e inanimados, seria representada pelas notações de (23a) a (23d).

A leitura de gênero neutro, ao invés de ser decorrente da presença do traço [Inanimate], como propõem Harley e Ritter (2002), representado por masculino e inanimado (cf.24), é proveniente da subespecificação do nó [Class], considerando que o neutro é a subespecificação de gênero, pois, em princípio, não há⁸³, por exemplo, neutro animado feminino.

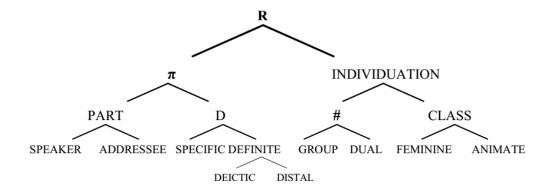
(24) CLASS

4.4 UMA GEOMETRIA DE TRAÇOS DOS PRONOMES PESSOAIS EM PB

Conforme a inserção do traço $[\pi]$, proposto por Béjar (2003, 2008), a inclusão do traço [D] (cf. COWPER; HALL, 2002), assim como dos traços [Deictic] e [Distal], por ele dominados, a inclusão do traço [#], feita por Carvalho (2008), e a desvinculação de gênero do traço [Animate], feita por Cerqueira (2015a), proponho a geometria de traços em (25) para os pronomes pessoais em PB partir da qual são previstos os traços léxicosintáticos disponíveis para composição pronominal.

⁸³ Esta é uma hipótese a ser testada em outras línguas, mas não prevista no escopo do trabalho.

(25) Geometria de traços dos pronomes pessoais em PB



Sendo assim, a geometria proposta acima fornece condições para a composição do pronome pleno de terceira pessoa considerando que, mesmo sem ser participante da enunciação, a subespecificação desse nominal não é obrigatória, uma vez que a determinação pronominal, contraparte semântica do traço [D], acarretada pelos traços [Definite] e [Specific], também é responsável, nesse sentido, pela codificação da categoria-φ pessoa. Logo, as possibilidades de representação do pronome pleno de terceira pessoa, com base na geometria de traços acima, será apresentada na seção seguinte.

4.5 SUMÁRIO

Nesta seção, foi proposto que a natureza do pronome, assim como a de outros nomes, é reflexo da sua composição de traços, de modo que, tanto a distribuição sintática do pronome, quanto sua referência, decorrem da sua notação. Para tanto, foi feita uma discussão sobre os nós dominantes das categorias-φ, assim como discutiu-se a composição de referência a partir desses traços e dos traços dominados pelos nós pessoa, gênero e número. Além disso, foram apresentadas novas concepções para os nós [Participant], como traço capaz de codificar os envolvidos na enunciação a partir do tempo e espaço da locução (cf. GRUBER, 2013) e [D], correspondente à determinação nominal (cf. CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b), contraparte semântica de [EPP], acarretada pelos traços [Definite] e [Specific], decorrentes, por sua vez, de leituras identificável e particular, respectivamente. Por conseguinte, foi proposta uma geometria de traços para os pronomes pessoais, capaz de atender a outros nominais, como será

evidenciado na seção seguinte, na qual se discutirá como os traços disponíveis nessa geometria atuam na derivação e como contribuem para o estabelecimento da referência do pronome pleno de terceira pessoa.

5 A SINTAXE-Φ DA TERCEIRA PESSOA

Tendo em vista que em um modelo teórico como a Teoria de Traços, como já discutido anteriormente, o léxico não é constituído por palavras, mas por um conjunto de traços formais os quais alimentam a derivação, esta seção propõe-se a defender a possibilidade de uma teoria de concordância lidar com traços formais enriquecidos, tais como [Definite] e [Specific] os quais seriam, em princípio, traços não-formais.

Para atender a tal objetivo, assumo a proposta adaptada de *Agree*, feita por Béjar (2003, 2008), na qual a valoração de traços formais depende da identidade dos traços do nó raiz de sonda e alvo e não da identificação total de traços, como propõe Chomsky (2000, 2001). Assumo, ainda, com Frampton e Gutamann (2000, 2006), que após a valoração dos traços de sonda e alvo, esses traços, ao invés de deletados (cf. CHOMSKY, 1995 e posteriores), entrem em estado de inércia podendo ser lidos, após a derivação sintática, nas interfaces. Em seguida, apresento a valoração dos traços das notações do pronome pleno de terceira pessoa.

Ademais, o presente capítulo também se destina a verificar como se dá estabelecimento da referência pronominal, o qual também parece ser expresso pela identidade de traços-φ do pronome com seu antecedente expresso, quando recuperado na sentença, ou com seu referente, quando recuperado fora da sentença. Para tanto, assumo com Collins e Postal (2012) e Carvalho e Brito (2017), que a referência de um pronome, conforme o Princípio B, da Teoria da Ligação, é estabelecida a partir do seu antecedente ou seu referente, o qual não deve c-comandar o pronome, mas com o qual deve haver identificação, ainda que parcial, de traços-φ, constituindo uma espécie de cadeia.

5.1 ADAPTANDO AGREE PARA UM MODELO-Φ

A arquitetura da linguagem do Programa Minimalista, da Teoria Gerativa, dispõe de um sistema computacional cujas operações sintáticas destinam-se à deleção de traços não-interpretáveis, isto é, aqueles traços responsáveis pela distribuição sintática de um dado elemento devem ser checados e deletados no modelo de *Agree* apresentado por Chomsky (1995 e posteriores).

Nesses termos, Agree é a operação sintática responsável por garantir que um elemento nominal, alvo (goal), tenha seus traços checados e deletados em relação de

identidade (*match*) com os traços de um núcleo funcional, sonda (*probe*). Para Chomsky, *match* regula condições para *Agree*, por isso,

Compatibilidade é a relação que envolve uma sonda P e de um alvo G. Nem todo par compatível inclui concordância. Para tanto, G deve (pelo menos) estar no domínio D(P) de P e satisfazer condições de localidade. As assunções mais simples para o sistema sonda-alvo são:

- (i) Compatibilidade é identidade de traços
- (ii) D(P) é irmão de P
- (iii) Localidade reduz a 'c-comando estreito' (CHOSMKY, 2000, p. 122, tradução nossa $^{84})$

Nesse sentido, quando há correspondência entre os traços de sonda e alvo, a sentença converge, pois *Agree* é satisfeito. Quando não há correspondência, a sentença fracassa. Portanto, para atender a condições de subespecificação de traços, a qual inviabiliza a identidade total dos traços de sonda e alvo nas relações de concordância, fazse necessária adaptação à proposta tradicional de *Agree* (cf. CHOMSKY, 2000, 2001a), a partir dos conceitos de *mismatch* (cf. BÉJAR, 2003, 2008) e *value* (cf. FRAPTON; GUTAMNN, 2000).

Béjar (2003) explora os mecanismos formais através dos quais as relações de concordância são derivadas na sintaxe. Para a autora, há línguas cujos sistemas de concordância não apresentam identificação fundamental entre sintaxe e morfologia, os quais ela trata como evidências para formulação relativizada de condições de *Agree*, como nos dados em (1).

- (1) a. Os_{pl} menino_{sg} saiu_{sg}⁸⁵.
 - b. A gente_{1p} adora_{3p} nossa_{1p} biblioteca.
 - c. Vinho_{masc} é uma delícia_{fem}.

De acordo com o modelo tradicional de *Agree*, as sentenças em (1) não deveriam ter convergido na derivação e, por conta disso, deveriam ser consideradas agramaticais, já que, aparentemente, não há *macth* entre os traços de sonda e alvo. Para Béjar (2003, p. 2), mesmo que casos como (1) sejam comumente tratados como sistemas complexos de

⁸⁵ Como já mencionado na nota 16, da seção 1: 1p = primeira pessoa; 2p = segunda pessoa; 3p = terceira pessoa; sg = singular; pl= plural; fem = feminino; masc = masculino.

⁸⁴ No original: "Matching is the relation that holds of a probe P and a goal G. Not every matching pair includes Agree. To do so, G must (at least) be in the domain D(P) of P and satisfy locality conditions. The simplest assumptions for the probe-goal system are: (i) Matching is feature identity; (ii) D(P) is the sister of P; (iii) Locality reduces to "closest c-command" (CHOSMKY, 2000, p. 122).

concordância, dados como estes são evidências para um *mismatch*⁸⁶ fundamental entre morfologia e sintaxe, isto é, não há, em (1), correspondência unívoca entre a operação sintática e a contraparte morfológica. Segundo Béjar (2003),

[...] padrões de concordância complexa são uma consequência de efeitos de (anti)intervenção. As condições que caracterizam adequadamente os ambientes nos quais [esses padrões de concordância] ocorrem serão tratadas como restrições nas operações sintáticas centrais que entram em *Agree: match* e *value* (BÉJAR, 2003, p. 2, tradução nossa⁸⁷).

Em vista disso, as restrições nas operações sintáticas centrais em que atuam *match* e *value*⁸⁸ são, conforme Béjar (2003, 2008), uniformemente aplicadas em todos os sistemas de concordância, por ser integral à arquitetura básica da computação, uma vez que *merge*, a operação concatenar, a partir da qual são formados os constituintes sintáticos, resulta de *Agree*. Consequentemente, os padrões de concordância complexa nesses sistemas de concordância são decorrentes da interação entre *Agree*, localidade e ciclicidade em computação sintática.

Para Béjar (2003), uma dada sonda [F] pode dominar um dado alvo [F[G]]. No entanto, questiona-se como haverá compatibilidade entre estes traços, se *match* não foi satisfeito? A autora argumenta que "[...] a intersecção dos traços da sonda e do alvo parece ser o suficiente para *match*; identidade não é requerida" (BÉJAR, 2003, p. 53, tradução nossa⁸⁹). Carvalho (2008), assim como Béjar (2003), propõe que *Agree* seja repensada em termos de acarretamento⁹⁰.

Deste modo, [F] encontraria correspondência em [F[G]], já que [F] é um subconjunto de [F[G]], implicando, por exemplo, que há correspondência entre $[\pi]$ e $[\pi]$ [PART]]. Portanto, assumo, com Béjar (2003) e Carvalho (2008), que para *match* ser satisfeito, não há necessidade de identidade total de traços de sonda e de alvo, mas sim que haja uma "interseção" de traços dos mesmos. Logo, a identidade total de traços não

⁸⁷ No original: "[...] complex agreement patterns are a consequence of (anti)intervention effects. The conditions that properly characterize the environments in which these occur will be stated as restrictions on the core syntactic operations that enter into agreement: match and value" (BÉJAR, 2003, p.2).

.

⁸⁶ "Ausência de identidade de traços entre a sonda e o alvo no processo de concordância" (CARVALHO, 2008, p. 25).

⁸⁸ Value é um mecanismo de valoração de traços não-interpretáveis (cf. CHOMSKY, 2000, 2001), anteriormente tratado na literatura como *checagem* (cf. CHOMSKY, 1995).

⁸⁹ "[...] intersection of the features of the probe and the goal seems to be sufficient for match; identity is not required" (BÉJAR, 2003, p. 53).

⁹⁰ "Dados dois elementos A e B respectivamente numa ordem hierárquica, a presença de B requer a presença do outro elemento A" (CARVALHO, 2008, p. 58).

seria uma exigência para *Agree*⁹¹. As adaptações de *match* para a teoria de traços aqui adotada demanda, consequentemente, ajustes também em *value*. Por isso, *value* é tratado aqui não como o compartilhamento de traços "idênticos", mas como compartilhamento do nó raiz, ou seja, a interseção dos traços de sonda e de alvo.

Contudo, Frampton e Gutmann (2000, 2006) propõem que após o compartilhamento dos traços não haja uma deleção, como proposto inicialmente na teoria (cf. CHOMSKY, 1995, 2000, 2001), mas que estes traços entrem em estado de inércia. Por conta disso, após a valoração de um traço [F], esse traço permanece inerte no decorrer da derivação, mas disponível para leitura na interface conceitual-intencional (C-I), caso haja necessidade. Sendo assim, traços tradicionalmente considerados como interpretáveis, tais como [Definite] e [Specific], podem ser considerados traços formais uma vez que atuem na distribuição de dado componente sintático, pois após a valoração, estes traços entrariam em estado de inércia podendo ser lidos na interface C-I.

Diante do exposto, assumo a generalização (cf. 2) proposta por Béjar (2003, p. 65-66) por ser um caminho para compreensão da valoração de elementos subespecificados (cf. Quadro 4).

(2) Alvo valora sonda se e somente se os traços do alvo acarretam os traços da sonda.

Quadro 4 – Valoração de traços

a.

[F] Probe	[F'] Goal	Value
[π]	[π]	OK
[π]	[π [PART]]	OK
[π]	$[\pi[PART[ADDR]]]$	OK

b.

[F] Probe	[F'] Goal	Value
[π [PART]]	$[\pi]$	NO
[π [PART]]	[π [PART]]	OK
[π [PART]]	$[\pi[PART[ADDR]]]$	OK

(CARVALHO, 2008, p. 100)

⁹¹ Béjar (2003, p. 53) propõe a seguinte generalização: i. a compatibilidade de traços é dada na raiz; ii. sonda (F) e alvo (F') são compatíveis se alvo (F') acarreta a raiz sonda (F).

O Quadro 4 mostra que se os traços da sonda acarretam os do alvo, *value* não é satisfeito, pois sonda dispõe de mais traços do que alvo (cf. b). Ou seja, *value* é satisfeito, quando os traços do alvo são iguais ou são mais especificados do que os da sonda (cf. a). Portanto, para que a concordância seja estabelecida é necessário que sonda e alvo possuam pelo menos um traço comum, a saber, o nó raiz.

5.2 OPERAÇÃO AGREE

Esta subseção tem por objetivo apresentar a valoração de traços do pronome pleno de terceira pessoa considerando as suas diferentes composições de traços, as quais resultam em diferentes comportamentos sintáticos, no que tange à sua distribuição, e em diferentes comportamentos semânticos, no que concerne à sua referência. Cabe destacar que, apontar para as diferentes interpretações desse pronome é necessário para justificar que essas interpretações decorrem das suas notações. Entretanto, não está previsto nesse trabalho apresentar as interpretações dessas notações na interface C-I.

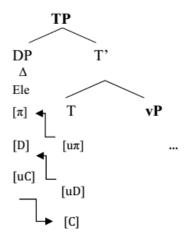
Sabe-se que, dentro do arcabouço minimalista (cf. CHOSMKY, 1995), as categorias funcionais C, T, D e ν , as quais equivalem respectivamente a complementizador, tempo, determinante e verbo leve, podem compartilhar o traço D, antigo EPP, de acordo com Chomsky (2000), uma vez que este traço deve atrair uma expressão referencial ao núcleo no qual a contraparte não interpretável desse traço está contida.

Tradicionalmente, o pronome pleno de terceira pessoa valoraria traços exclusivamente na posição de Spec de T (Especificador de Tempo). Todavia, muitos trabalhos, tais como Omena (1978), Galves (1984, 2001), Kato (1993), Monteiro (1994), Lopes (2007) e Carvalho (2008), mostram a emergência dessa forma pronominal em outras posições sintáticas, culminando o fenômeno do sincretismo. Como verificou-se com a descrição os dados apresentados na seção 2, o pronome pleno de terceira pessoa pode ocorrer em quase todas as posições sintáticas, o que, segundo Carvalho (2008 e posteriores), se dá por conta da notação de traços formais desse item lexical, proposta adotada no presente trabalho. Nesse sentido, o item lexical do pronome pleno de terceira pessoa tem suas diferentes notações de traços formais valoradas em Spec de TP, em (3)⁹²,

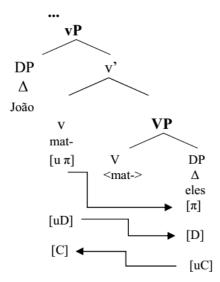
⁹² A presença do símbolo *u* representa traço não valorado (*unvalued*).

Comp de *v* (Complemento de verbo), em (4), e Comp de P (Complemento de preposição), em (5).

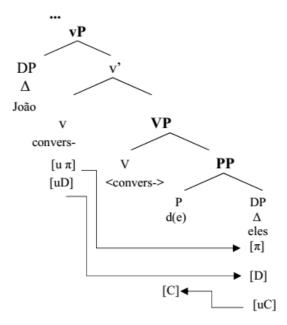
(3) Valoração de traços em Spec – TP



(4) Valoração de traços em Comp -v



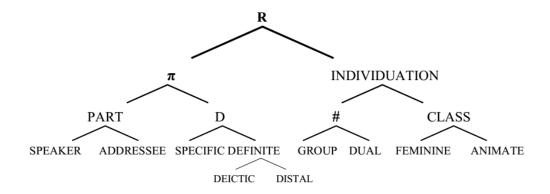
(5) Valoração de traços em Comp – P



Há, em (3-5), a valoração dos traços dos nós $[\pi]$, [D] e [C], correspondendo respectivamente aos rótulos de pessoa, determinação e caso. Assumo, com MacFadden (2007) e Carvalho (2008, 2017), que a valoração dos traços de caso é dada pelo nó raiz [C], licenciando o sincretismo de formas pronominais tradicionalmente nominativas que emergem em outras posições casuais.

Para valoração dos traços subjacentes ao nó $[\pi]$, a geometria de traços, proposta no capítulo anterior, é apresentada novamente para nortear as notações do pronome pleno de terceira pessoa e suas respectivas valorações de traços para Agree.

(6) Geometria de traços dos pronomes pessoais



Como discutido no capítulo anterior, os traços expressos na geometria em (6) são traços disponíveis para a composição de um dado pronome estando, portanto, disponíveis no inventário lexical, mas acionados apenas quando for preciso valorar tais traços no curso da derivação a fim de satisfazer o licenciamento do elemento em questão. A partir de agora serão apresentadas as notações e valorações do pronome pleno de terceira pessoa, com base na descrição de dados aqui descritos. Logo, as subseções a seguir ilustram a notação e a valoração dos traços do *ele determinado*, do *ele demonstrativo*, do *ele indefinido*, do *eles indeterminado* e do *ele arbitrário* respectivamente.

5.2.1 Ele Determinado

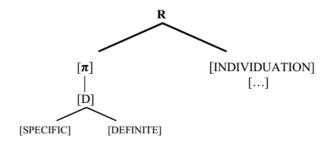
O pronome pleno de terceira pessoa determinado é aquele cuja notação apresenta os traços [*Definite*] e [*Specific*]. O *ele determinado* pode ser observado, por exemplo, em sentenças como (7).

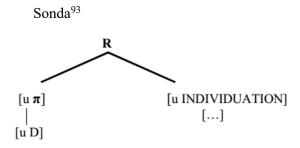
- (7) a. O filho de Paula, **ele** é muito estudioso.
 - b. Me deram um celular novo, mas roubaram ele ontem.
 - c. João não virá, porque levou o cachorro dele ao veterinário.

Como visto na seção 2, o pronome pleno de terceira pessoa pode ser determinado ou não na posição de sujeito sintático, como em (7a), ou seja, em Spec de TP. Entretanto, como complemento de verbo, em (7b), ou complemento preposição, em (7c), a terceira pessoa plena sempre é determinada.

(8) Valoração de traços do *Ele Determinado*

Alvo





A ilustração em (8) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o pronome pleno de terceira pessoa, com leitura determinada.

5.2.2 Ele Demonstrativo

A terceira pessoa plena demonstrativa possui, em sua notação, além dos traços [Definite] e [Specfic], o traço [Distal], dominado por [Definite], como propõe Cowper e Hall (2002). Assim, o ele demonstrativo, observado em sentenças como (9).

(9) Silva focaliza duas amostras, uma delas é constituída de 36 informantes.

Essa terceira pessoa apresenta um comportamento semelhante ao dos demonstrativos por apresentar leitura partitiva, conferida pela presenta do traço [Distal].

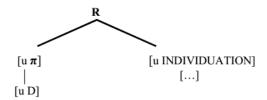
(10) Valoração de traços do *Ele Demonstrativo*

Alvo

 $\begin{array}{c|c} & & & \\ \hline [m] & & & \\ [NDIVIDUATION] \\ \hline [D] & & \\ [DISTAL] & & \\ \end{array}$

 $^{\rm 93}$ Em casos de outras valorações, pode ocorrer de a sonda ser totalmente subespecificada.

Sonda



A ilustração em (10) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o pronome pleno de terceira pessoa, com leitura partitiva.

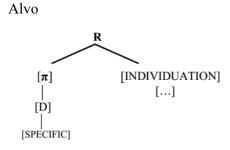
5.2.3 Ele Indefinido

O pronome pleno de terceira pessoa indefinido é aquele cuja notação apresenta o traço [Specific], mas não o [Definite]. Nesse sentido, o *ele indefinido*, observado na sentença (11).

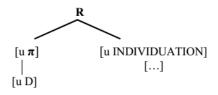
(11) Essa bolsa era de uma mestranda, mas **ela** foi para a UFRB.

Cabe destacar que a terceira pessoa plena indefinida, indeterminada e arbitrária, as mais subespecificadas no nó $[\pi]$, correspondente à categoria pessoa, ocorrem apenas na posição de Spec de TP, como mostram os dados apresentados nas seções anteriores.

(12) Valoração de traços do *Ele* Indefinido



Sonda



A ilustração em (12) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o pronome pleno de terceira pessoa, em posição de sujeito, com leitura indefinida.

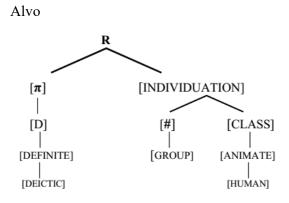
5.2.4 Ele Indeterminado

Esta terceira pessoa plena resulta de notação na qual estão presentes o traço [*Deictic*], o traço responsável por codificar a ligação extralinguística (cf. GRUBER, 2013), no nó $[\pi]$ juntamente com os traços [*Group*] e [*Animate*], no nó raiz [*Individuation*]. Desta forma, o *eles indeterminado* ocorre em sentenças como (13).

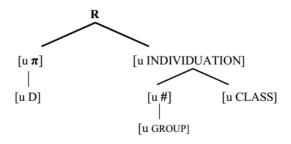
(13) Eles nunca divulgam a verdadeira taxa de inflação.

O traço [*Group*] representa a exigência de pluralidade (cf. BRODY, 2013; HOLMBERG; PHIMSAWAT, 2015), enquanto o traço [*Animate*] representa a exigência de referente animado (cf. CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b; CERQUEIRA, 2019). Entretanto, assumo que o traço [*Human*] possa ser um valor do traço formal [*Animate*] estando, por isso, invisível para a derivação sintática, como em (14).

(14) Valoração de traços do *Eles Indeterminado*



Sonda



A ilustração em (14) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o pronome pleno de terceira pessoa, em posição de sujeito, com leitura indeterminada.

5.2.5 *Ele* Arbitrário

O *ele arbitrário*, por sua vez, observado em sentenças como (15), as quais são consideradas gramaticais no sudoeste da Bahia, para o PB, por Brito e Gonçalves (2015) e Oliveira e Gonçalves (2017), e no interior de Portugal, para o PE, por Carrilho (2005, 2009), como em (15a). Em (15b), há a sentença equivalente, no inglês.

(15) a. **Ele** chove.

b. It rains.

Entretanto, ainda não há certeza de que este pronome, em (15a), seja efetivamente um expletivo, como em (15b). O pronome expletivo, requerido em línguas de sujeito obrigatório (não *pro drop*) equivale ao pronome pleno de terceira pessoa mais subespecificado, pois sua notação apresenta apenas os nós raiz, exceto pelo traço [D], obrigatório para satisfazer EPP e, por conseguinte, licencia a realização deste pronome em Spec de TP, o que ainda não pode ser confirmado em relação a (15a), tendo em vista que este pronome de terceira pessoa pode ser a retomada de um PP locativo, correspondente à região em que chove, como em (16).

- (16) a. **Brasília** não chove há mais de 90 dias.
 - b. Não chove há mais de 90 dias em Brasília.

(PILATI et al., 2018, p. 67)

De acordo com Pilati e Naves (2013) e Pilati, Naves e Salles (2018), o sujeito locativo, em (16a), apresenta sempre uma sentença correlata, como (16b), com sujeito nulo e PP locativo adjungido ao verbo meteorológico, por apresentar as seguintes características:

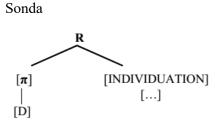
a) a precipitação média, predominantemente locativa / temporal, não sendo licenciados fora desses contextos dêiticos; b) ocorrer com verbos na terceira pessoa; e c) elementos dêiticos ocupam posição típica de sujeito, mesmo quando não são argumentos dos predicados (PILATI et al., 2018, p. 69-70).

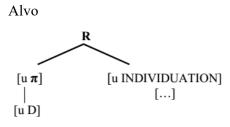
Considerando a sentença em (17) como mais uma correlata de (16), é possível que o comportamento de (15a) se aproxime mais de (16-17) do que de (15b).

(17)??? Ela não chove há mais de 90 dias.

Caso o pronome pleno de terceira pessoa masculino, em (15a), tenha o mesmo comportamento que (16-17), seu estatuto parece aproximar-se mais do dêitico espacial lá do que do expletivo it, do inglês. Especialmente, pelo fato de PE ser língua pro drop e PB ser parcialmente⁹⁴ pro drop (cf. DUARTE 1993, 2004; KATO; DUARTE, 2005). Todavia, tal discussão não será aprofundada nesta tese por questões de tempo e pela carência de dados dessa natureza, podendo ser retomada e ampliada em trabalhos posteriores. Portanto, assumo, por hora, com Carrilho (2005, 2009) que o dado em (15a) seja uma "espécie de expletivo", atuando como um marcador discursivo, cuja valoração é apresentada em (18). Ou seja, ainda que esse dado, se produtivo com essa leitura, não seja subespecificado no nó [Individuation], é sempre subespecificado em [D], marca comum na notação de qualquer pronome arbitrário.

(18)Valoração de traços do *Ele* Arbitrário





⁹⁴ Apesar de não haver consenso acerca de PB ser ou não uma língua pro drop ou pro drop parcial, tanto por questões microparamétricas, quanto de estruturação do sujeito, tais como inversão locativa e tópicos, essa discussão não será desenvolvida nesse trabalho.

A ilustração em (18) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o pronome pleno de terceira pessoa "expletivo". Assim, a valoração dos traços de sonda e alvo de cada uma das cinco notações resulta em um mesmo item lexical, mas cujo estatuto é diferente, considerando sua distribuição e sua referência.

5.3 LIGAÇÃO E REFERÊNCIA

A presente subseção tem objetivo de apresentar o mecanismo de estabelecimento da referência pronominal dada a partir da identidade de traços-φ do pronome com seu antecedente, quando recuperado na sentença, ou com seu referente, quando recuperado fora da sentença. Destarte, faz-se necessário retomar aqui os princípios que constituem a Teoria da Ligação, no modelo minimalista, em (19).

- (19) Teoria da Ligação (cf. CHOMSKY; LASNIK, 1993; CHOMSKY, 1995; BRITO, 2017)
 - (A) Uma anáfora deve ser c-comandada por seu antecendente em seu domínio de vinculação
 - (B) Um pronome não deve ser c-comandado por seu antecendente em seu domínio de vinculação, tendo, consequentemente, referência disjunta de qualquer DP que o c-comande.
 - (C) Uma expressão-R deve ter referência disjunta de qualquer DP que a ccomande, dentro ou fora de seu domínio de vinculação.

Nesse sentido, a referência de um pronome, conforme o Princípio B, da Teoria da Ligação, é estabelecida a partir do seu antecedente ou seu referente, o qual não deve c-comandar o pronome. De acordo com Collins e Postal (2012, p. 26), ainda que c-comando seja um aspecto fundamental para o estabelecimento de referência, a identidade de traços, ainda que parcial, do pronome com seu antecedente ou seu referente é um fator tão importante quanto a restrição estrutural apresentada em (19).

Segundo Collins e Postal (2012), Das (2014), Carvalho e Brito (2017) e Carvalho (2018b), as línguas humanas permitem a definição de participantes da enunciação através de estratégias não previstas no paradigma pronominal, ou seja, outros tipos de DPs podem assumir função pronominal.

Já seu licenciamento, enquanto pronomes, é conferido por essa identidade de traços, como em (20), para o PB, e em (21), para o inglês.

- (20) a. **Esse professor** merece férias urgentemente.
 - b. Papai está cansado.

(CARVALHO, 2018b, p. 132)

- (21) a. **Is Madam** having a good time? Está a Madame tendo um bom tempo (= se divertindo)?
 - b. **Mommy and Daddy** are enjoying themselves on the beach. Mamãe e Papai estão se divertindo na praia.

(DAS, 2014, p. 28)

Os dados em (20-21) apresentam DPs, tradicionalmente tradados como expressões referenciais, comportando-se como pronomes pessoais prototípicos, nos termos de Bhat (2004), isto é, como pronomes de primeira e de segunda pessoa, os quais são tratados na literatura como *impostores*. Em (20a), um professor de linguística dirigindo-se à sua turma reclama do excesso de trabalho, permitindo a interpretação do DP *esse professor* como primeira pessoa do singular. Em (20b), o pai responde que está cansado ao seu filho, quando este lhe pede que o carregue, possibilitando a leitura do DP *papai* como primeira pessoa do singular. Já (21b), tem como contexto de produção uma situação em que uma professora encontra uma aluna rindo enquanto lê um bilhete do colega durante a aula, permitindo a interpretação do DP *Madam* como segunda pessoa do singular. Em (21b), um pai informa ao seu filho, que pedia para ir embora, que seus pais estão se divertindo na praia, favorecendo a leitura dos DPs coordenados *mommy and daddy* como primeira pessoa do plural.

Devido a retomadas pronominais, como as expressas em (20-21), Collins e Postal (2001, p. 26) propõem que a identidade, total ou parcial, de traços do pronome com seu antecedente ou seu referente é um requerimento para o estabelecimento da referência pronominal. No entanto, os DPs em (20-21), por serem, em princípio, expressões referenciais, não possuem um antecedente expresso. Por essa razão, os autores propõem que os impostores são regulados por um operador, [AUTHOR], o qual controla a concordância dos pronomes de primeira e de segunda pessoa, como também, dos próprios impostores.

Os autores chegam a tal conclusão por assumir que, do ponto de vista pronominal, os DPs como em (20-21), assim como os pronomes de primeira e de segunda pessoa, são

dêiticos e, portanto, não estão ligados a um antecedente expresso, mas são regulados por um operador que lhes confere leitura dêitica, em oposição ao caso das anáforas e dos pronomes ligados. Em vista disso, eles discutem a noção de retomada⁹⁵, como uma relação primitiva, assim, Collins e Postal (2012, p. 30) apresentam dois pontos de vista acerca dos pronomes dêiticos: a) o de McCawley (1970, p. 178), no qual os pronomes dêiticos têm sempre um referente expresso no discurso, como em (22a); e b) o de Lasnik (1989, p. 90-91), no qual o referente do pronome dêitico pode ser estabelecido tanto por uma situação discursiva, como em (22b), quanto por um DP expresso, mencionado, no discurso, como em (22a). A segunda condição proposta por Lasnik é a proposta feita por McCawley.

a. João disse que ela virá.
b. Eles fingem acreditar no mito da democracia racial para manter seus privilégios.

Em (22), há dados com pronomes dêiticos em diferentes situações de retomada, sendo em (22a), uma retomada na enunciação, na qual o referente do pronome pleno de terceira pessoa já foi citado, enquanto em (22b), o referente da terceira pessoa plena é estabelecido pela situação discursiva, ainda que ele não tenha sido mencionado. A discussão proposta por Lasnik (1989) é fundamental para enfatizar que, independentemente de a natureza do antecedente ou do referente pronominal ser sentencial ou discursiva, a retomada pronominal é um fenômeno linguístico de natureza léxico-sintática e por isso deve ser analisada nessa perspectiva, a qual não está associada a postulações pragmáticas de cunho mais funcional, como as análises discursivas de referencialidade.

É deste lugar teórico que Collins e Postal propõem que o operador [AUTHOR] seja responsável por codificar essas informações discursivas fundamentais para o licenciamento não só dos impostores, mas também de outros pronomes dêiticos. Por essa razão, é provável que esse operador ou algum de mesma natureza se aplique às terceiras pessoas dêiticas e, consequentemente, a alguns demonstrativos.

Não obstante, proponho que o traço [D] seja regulado por um operador [DETERM], da mesma natureza que [AUTHOR], mas que regule a referência de

⁹⁵ No trabalho de Collins e Postal (2012), é adotado o termo *antecedência*, pois, para eles, tanto antecedentes expressos, quanto referentes, figuram relações de antecedência. Entretanto, opto por *retomada*, pois, como discutido ao longo desta tese, há limites entre as relações de referenciais com antecedente e com referente, ainda que ambas sejam tipos de retomadas pronominais.

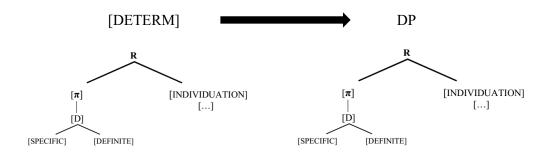
proformas dêiticas e não de participantes (primeira e segunda pessoa), configurando em uma relação de controle, como nos dados, em (23), em que há, respectivamente, retomadas por ostensão, (23a), por menção na enunciação, (23b), e por contexto discursivo, (23c). Já em (23d), há o demonstrativo neutro cujo comportamento é semelhante ao de (23a), já que a retomada feita pelo demonstrativo também é ostensiva.

- (23) a. Ele é delicioso.
 - b. João_j disse que **ele**_k virá.
 - c. Eles fingem acreditar no mito da democracia racial para manter seus privilégios.
 - d. Isso/Aquilo é delicioso.

Tendo em vista que o operador [DETERM] é um regulador de natureza léxicosemântica, necessário ao estabelecimento da referência de proformas dêiticas, como em (23), não deve ser valorado na sintaxe. Os requerimentos de natureza léxico-sintática, necessários para o licenciamento do pronome, são valorados exclusivamente na derivação, através da operação *Agree*, de modo que o operador [DETERM] só é lido na interface conceitual-intencional.

Nesse sentido, as representações em (24), ilustram como deve ocorrer a identidade de traços-φ do operador [DETERM] com a proforma para que se estabeleça a referência de pronomes dêticos de terceira pessoa. Deste modo, em (24a), há a representação do estabelecimento da referência de (23a-b), em (24b), há a representação do estabelecimento da referência de (23c), e, (24c), há a representação do estabelecimento da referência de (23d).

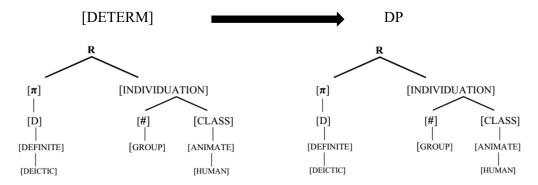
(24) a. Identidade de traços-φ do operador e do DP determinado⁹⁶



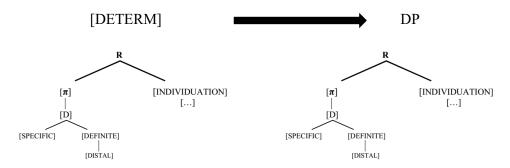
⁹⁶ Como discutido na seção 4, apenas pronomes plenos de terceira pessoa com leitura determinada ou indeterminada possuem leitura dêitica, por isso, não é apresentado aqui a representação do estabelecimento da referência de pronomes plenos de terceira pessoa indefinido e distal, pois estes são ligados a um

antecedente expresso.

b. Identidade de traços-φ do operador e do DP indeterminado



c. Identidade de traços-φ do operador e do DP demonstrativo



A relação estabelecida entre o operador [DETERM] e o DP pronominal é semelhante à relação estabelecida entre o antecedente expresso e o pronome, visto que referente ou antecedente devem ter os mesmos traços-φ que o pronome que controla ou vincula, respectivamente.

No que concerne aos pronomes ligados a antecedentes que não lhes c-comande, Carvalho e Brito (2017) propuseram, com base em Collins e Postal (2012), que esta relação de identidade de traços de antecedente com pronome seja tratada como cadeia de antecedência imediata, definida em (25), regulada pelo Princípio da Homogeneidade, definido em (26).

(25)Cadeia de antecedência imediata (CAI)

Para qualquer constituinte C, o conjunto máximo de DPs disponíveis com o antecedente principal⁹⁷ U dominado por C formam uma cadeia de antecedência imediata⁹⁸, chamada Cadeia de U-disponibilidade em C. (COLLINS; POSTAL, 2012, p. 143; CARVALHO; BRITO, 2017, p. 65)

(26)Princípio da Homogeneidade

Se os pronominais A e B são membros de uma mesma cadeia de Udisponibilidade, então para cada traço-o F, cada A e B concorda com F seja com seu antecedente imediato, seja com a mesma fonte do outro.

(COLLINS; POSTAL, 2012, p. 215; CARVALHO; BRITO, 2017, p. 65)

Considerando a sentença em (27), o antecedente imediato do ela mesma é ela, assim como o antecedente imediato de *ela* é *Sheila*. Nesse caso, [Sheila, ela, ela mesma] formam uma cadeia de antecedência imediata.

(27)Sheilai decidiu que elai levaria ela mesmai para jantar fora.

As noções de cadeia de antecedência imediata e de princípio da homogeneidade dialogam com a noção de Minimalidade-φ, proposta por Nunes e Martins (2017) e Nunes (2017), apresentada em (28).

98 "Uma sequência de constituintes [D₁, ..., Dn] é uma cadeia de antecedência imediata sse para todo i, 1≤ $i \le n$, D_i é um antecedente imediato de D_{i+1} " (CARVALHO; BRITO, 2017, p. 64).

⁹⁷ Quando a cadeia possui mais de uma retomada, como (27), o antecedente principal é a cabeça da cadeia, isto é, o DP ao qual os pronomes se correferem (cf. COLLINS, POSTAL, 2012; CARVALHO, BRITO, 2017).

(28) Minimalidade-φ

Um dado conjunto de traços- ϕ ϕ_1 não pode concordar com o conjunto de traços- ϕ ϕ_3 se há um conjunto- ϕ interveniente ϕ_2 , tal que ϕ_1 é um subconjunto próprio de ϕ_2 .

$$\phi_1 ... \phi_2 ... \phi_3 \text{ if } \phi_1 \subsetneq \phi_2.$$
 $|___*^*__|$
(NUNES; MARTINS, 2017, p. 3; CARVALHO et al., 2018, p. 141)

Com base no exposto, proponho que a ligação entre o pronome pleno de terceira pessoa com seu antecedente expresso, quando ligado, (29a-b), ou com seu referente, quando dêitico, (29c-d), forma uma cadeia-φ para o estabelecimento de referência, já que atende às condições do Princípio da Homogeneidade e de Minimalidade-φ.

- (29) a. [Os estudantes]_a disseram que **eles**_a precisam aprender ciências sociais.
 - b. [Uma das mulheres trans] $_b$ questionou o feminismo liberal, pois **ela** $_b$ também é mulher.
 - c. [DETERM Pedrinho] Elec foi meu aluno no ensino médio.
 - d. [DETERM _{os empresários}]_d Por viverem de exploração e lucro, **eles** _d odeiam as lutas de classe.

Nessa ótica, tanto o pronome pode ser recuperado sentencialmente, quanto exoforicamente, a referência pronominal será estabelecida pela ligação com o antecedente expresso ou pelo controle do operador [DETERM], em que é feita codificação do referente.

5.4 EVIDÊNCIAS INDEPENDENTES PARA A PROPOSTA

Apesar de a geometria de traços apresentada aqui ser proposta para os pronomes, é possível que essa mesma geometria dê conta de DPs plenos⁹⁹, visto que o pronome pleno de terceira pessoa tem um comportamento muito semelhante ao de um DP pleno, tanto por estar no núcleo funcional D, como discutido na seção 2, quanto pelo fato de ambos acarretarem concordância morfológica de terceira pessoa. Em função do exposto,

-

⁹⁹ DP pleno é tratado aqui como sintagma nominal composto por nome (NP) dominado por determinante realizado ou nulo (DP) (cf. ABNEY, 1987).

a notação desses DPs, conforme a geometria aqui proposta, mostra-se uma evidência para aplicabilidade da análise.

Acrescenta-se ainda que apesar de ser possível pensar em uma mesma seleção de traços para pronomes e para DPs plenos, estes elementos distinguem-se tanto pela sua constituição morfofonológica, quanto pela posição ocupada por cada um deles na estrutura do DP. De acordo com Chomsky (1970), Halle e Marantz (1993, 1994), dentre outros, um nome dispõe de uma raiz a partir da qual são formados novos itens lexicais, o que ocorre com o núcleo do sintagma nominal, mas não com o pronome pleno de terceira pessoa. Além disso, assumo que o sintagma nominal seja composto por um NP dominado por um DP (cf. ABNEY, 1981), de modo que o determinante é representado no núcleo funcional D e o nome no núcleo lexical N. Em contrapartida, os pronomes, por deterem os traços-φ do alvo, tendem a ocupar a posição de núcleo funcional D (cf. DÉCHAINE; WILTSCHKO, 2002; CARVALHO, 2008).

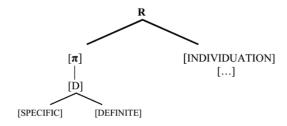
5.4.1 DP Definido

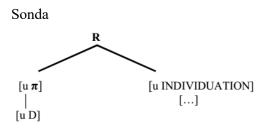
O DP definido, observado no dado em (30), apresenta a mesma notação que o pronome pleno de terceira pessoa determinado, visto que, segundo Lyons (1999), o DP definido é aquele que apresenta um item morfossintático como determinante, tal qual um artigo, um demonstrativo ou um afixo, e que é, em princípio, identificável e único/particular. Como discutido, nas seções anteriores, de acordo com Partee (1972, 2004) e Hertzemberg (2015), assumo aqui que identificabilidade está para [Definite], assim como unicidade está para [Specific], por isso, o DP definido dispõe da mesma notação que o ele determinado.

(30) **O menino** esteve aqui te procurando.

(31) Valoração de traços do DP definido

Alvo





A ilustração em (31) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o DP definido, com leitura determinada.

5.3.2 DP Indefinido

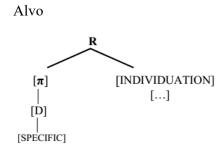
Por meio da discussão estabelecida por Lyons (1999), é possível concluir que o DP indefinido, em (32), é aquele em que há algum elemento morfossintático relacionado à indefinição, mas também apresenta inclusividade, uma vez que indefinição está relacionada à noção de unicidade¹⁰⁰. Em função disso, o DP indefinido apresenta a mesma notação que o **ele** indefinido, pois, em ambos, o traço [D] é acarretado por [Specific], traço responsável pela leitura particularizada, isto é, inclusiva e unificada.

(32) Um menino esteve aqui te procurando.

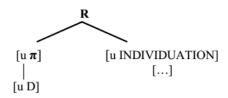
_

¹⁰⁰ Para Lyons (1999), a indefinição é melhor concebida como um tipo de cardinalidade do que como a ausência de definitude, por conta do valor de unidade. Sob o prisma da Semântica Formal, Oliveira (2018) faz constatações semelhantes ao comparar os escopos de quantificação de "um" e "qualquer".

(33) Valoração de traços do DP indefinido



Sonda



A ilustração em (33) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o DP, com leitura indefinida.

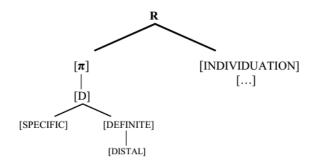
5.3.3 DP Demonstrativo

Nos termos de Lyons (1999, p. 17), um DP demonstrativo é aquele em que há a presença do traço [*Proximal*], tratado aqui como [*Distal*], pois, para o autor, a particularização do DP demonstrativo é dada em relação de proximidade dos participantes da enunciação com o referente nominal. Deste modo, para Lyons, também é preciso que haja uma contraparte morfossintática correspondente a esta relação de proximidade, como o pronome **esse**, em (34). A presença do traço [*Distal*], na composição do **ele** demonstrativo, caso em que o pronome pleno de terceira pessoa apresenta leitura partitiva, a mesma notação que o DP demonstrativo, como em (35).

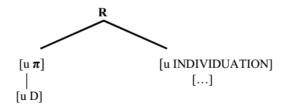
(34) **Esse menino** esteve aqui te procurando.

(35) Valoração de traços do DP demonstrativo

Alvo



Sonda



A ilustração em (35) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia o DP demonstrativo.

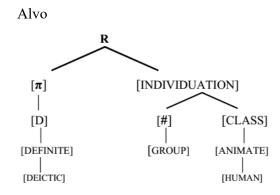
5.3.4 DP Indeterminado

Embora as gramaticas tradicionais tratem o fenômeno da indeterminação apenas como tipologia de sujeitos, estudos linguísticos, tais como Corrêa (1998), Carvalho (2010), Souza (2013), abordam a indeterminação nominal como fenômeno sintático-semântico de expressões referenciais plenas. Ainda que nos trabalhos supracitados não seja evidenciado o limite entre indeterminação nominal e genericidade, os autores mostram que a indeterminação nominal não é um fenômeno correspondente exclusivamente ao pronome pleno de terceira pessoa, realizado ou nulo, como também pode ser observada tanto com o clítico *se* (ver seção 2), quanto com DP pleno, como em (36).

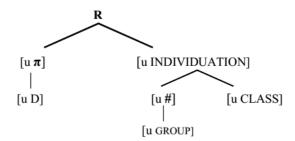
(36) As pessoas adoram mordomia.

Da mesma forma que o **eles** indeterminado, o DP indeterminado exige, em sua notação, os traços formais [Definite], [Deictic], [Group] e [Animate], tendo o traço semântico [Human] como valor, pois estes traços são necessários para seu licenciamento, como discutido nas seções anteriores.

(37) Valoração de traços do DP indeterminado



Sonda



A ilustração em (37) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia DP, com leitura indeterminada.

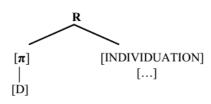
5.3.5 DP nu (genérico)

Segundo Müller (2000 e posteriores), um sintagma nominal nu possui a natureza de um nominal genérico, isto é, aqueles que se comportam como nomes próprios de espécies (cf. CARLSON, 1989), como em (38). Nesse sentido, um DP nu deve apresentar a notação mais subespecificada possível no nó pessoa, a saber $[\pi]$, pois para garantia da leitura genérica, é preciso que essa expressão referencial não seja participante do discurso, codificada no nó [*Participant*], nem determinada, codificada no nó [*D*]. Logo, o DP nu apresenta a mesma notação que o **ele** arbitrário.

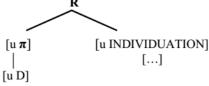
(38) **Gente** adora mordomia.

(39) Valoração de traços do DP nu

Alvo



Sonda R



A ilustração em (39) representa a valoração dos traços da sonda e do alvo que licencia DP nu, com leitura genérica.

5.5 SUMÁRIO

Na presente seção, realizou-se uma discussão sobre a operação *Agree* a fim de apresentar uma adaptação do modelo de *Agree* proposto por Chomsky (2000, 2001), no qual a identidade total dos traços de sonda e alvo é uma exigência, para o modelo de concordância apresentado por Béjar (2003, 2008), em que apenas a identidade dos nós raiz de sonda e alvo deve ocorrer.

Também assumo com Frampton e Gutmann (2000, 2006) que após a valoração, os traços formais devem entrar em estado de inércia para ser lidos na interface C-I. Deste modo, foram apresentadas as notações de traços do pronome pleno de terceira pessoa, podendo ser: determinado, demonstrativo, indefinido, indeterminado e arbitrário, assim como, suas respectivas valorações.

Também se discutiu o estabelecimento da referência pronominal, decorrente tanto da restrição estrutural, na qual o antecedente pronominal não deve c-comandar o pronome, quanto da identidade de traços-φ do pronome com seu antecedente expresso,

quando recuperado na sentença, ou com seu referente, quando recuperado fora da sentença. Por isso, assumo com Collins e Postal (2012) e Carvalho e Brito (2017), que a referência do pronome pleno de terceira pessoa é regulada pela cadeia-φ estabelecida pela ligação do pronome com seu antecedente ou estabelecida pela ligação do pronome com seu referente, através do operador léxico-semântico [DETERM].

Por fim, foram apresentadas evidências para adequação da proposta para DPs plenos a partir da qual se observou que as notações dos DPs são muito semelhantes às notações dos pronomes de terceira pessoa, devido ao fato de que o pronome pleno de terceira pessoa apresenta os mesmos traços do seu antecedente/referente, ou seja, enquanto os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa são definidos pelo tempo e espaço de quem assume o turno de fala, noção de Participante (cf. GRUBER, 2013), as terceiras pessoas são estabelecidas pela subespecificação do traço [*Participant*], outro aspecto comum entre DPs plenos e a terceira pessoa plena.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo central desta tese foi analisar a natureza do pronome pleno de terceira pessoa em PB, com base no inventário de traços que constitui esse pronome, sob a perspectiva da Teoria de Traços (cf. HARLEY; RITTER, 2002; COWPER; HALL, 2002; BÉJAR, 2003; CARVALHO, 2008), partindo do seu comportamento léxico-sintático, visto que a configuração do pronome pleno de terceira pessoa interfere tanto em sua distribuição, quanto em sua referência. Para cumprimento deste objetivo, adotei o referencial teórico da Teoria da Gramática Gerativa, aos moldes do Programa Minimalista, conforme proposto por Chomsky (1995 e posteriores), para descrição e para análise de dados de introspecção.

Inicialmente, foi realizado o mapeamento dos dados, observando tanto das posições sintáticas nas quais ocorre o pronome pleno de terceira pessoa, quanto das leituras semânticas desse pronome. Identifiquei que, no que tange o estatuto sintático desse pronome que a forma pronominal de terceira pessoa plena, em PB, ocorre em qualquer posição sintática. Contudo, em posição de sujeito, podem ocorrer leituras definidas e/ou específicas. Já nos demais contextos sintáticos, as leituras do pronome sempre são definidas e específicas, o que acredito ser decorrente da gramaticalização dos traços de definitude e de especificidade, os quais tanto licenciam esse sincretismo pronominal, quanto apresentam caminhos para o estabelecimento da referência do pronome. No que concerne ao estatuto léxico-semântico do pronome pleno de terceira pessoa, identifiquei que esse pronome não apresenta leitura genérica, devido à sua impossibilidade de dispor de uma composição de traços arbitrária (exceto em casos de expletivos), mas, ainda assim, há níveis de subespecificação da referência do pronome pleno de terceira pessoa, em posição de sujeito, a saber: a) indefinido, quando não apresenta leitura definida, mas apresenta leitura específica; e b) indeterminado, quando apresenta leitura definida, mas não apresenta leitura específica.

Posteriormente, foi discutida a concepção de pronome como uma categoria funcional próxima aos nomes, portanto passível de decomposição ou subespecificação, tendo seu conteúdo referencial designado tanto pela enunciação, quanto pela retomada de outros nominais presentes ou não na sentença. Assim, observou-se que o pronome de terceira pessoa distancia-se muito dos pronomes de primeira e segunda pessoa, pois não tem sua referência definida na enunciação (cf. BENVENISTE, 1966) e por poder ser

considerado um subtipo de determinante, o que os aproximaria dos demonstrativos (cf. POSTAL, 1966, 1970; ROSS, 1967). Em vista disso, assumi com Forchheimer (1953) e Bhat (2004) que o rótulo *pronome pessoal* contempla tipos diferentes de pronomes: pronomes pessoais prototípicos (primeira e segunda pessoa) e proformas (terceiras pessoas e alguns demonstrativos). Ademais, verificou-se que os pronomes não são primitivos, mas sim uma categoria composta hierarquicamente por traços formais, elementos verdadeiramente primitivos, os quais estabelecem seu comportamento sintático (cf. HARLEY; RITTER, 2002). Por essa razão, assumi a proposta de Harley e Ritter (2002), adaptada para um modelo léxico-sintático, tal qual a geometria de traços-φ (cf. BÉJAR, 2003; HARBOUR, et al., 2008; CARVALHO, 2008).

Em seguida, foi proposto que a natureza do pronome, assim como a de outros nomes, é decorrente de sua composição de traços, de modo que, tanto sua distribuição sintática, quanto sua referência, decorrem da sua notação. Tal assunção foi estabelecida com base em uma discussão sobre os nós dominantes das categorias-φ. Além disso, foram apresentadas novas concepções para o nó [*Participant*], como traço capaz de codificar os envolvidos na enunciação a partir do tempo e espaço da locução (cf. GRUBER, 2013) e [*D*], correspondente à determinação nominal (cf. CERQUEIRA; CARVALHO, 2018a, 2018b), condição de o nominal ser identificável (cf. HERTZEMBERG, 2015) e ser particularizado (cf. PARTEE, 2004). Por conseguinte, foi proposta uma geometria de traços para os pronomes pessoais.

A seguir, realizou-se uma discussão sobre a operação *Agree* a fim de apresentar uma adaptação do modelo de *Agree* proposto por Chomsky (2000, 2001), na qual a identidade total dos traços de sonda e alvo é uma exigência, para o modelo de concordância apresentado por Béjar (2003, 2008), em que apenas a identidade dos nós raiz de sonda e alvo é requerida. Em seguida, foram apresentadas as notações de traços do pronome pleno de terceira pessoa determinado (definido e específico), demonstrativo (partitivo), indefinido (indefinido, mas específico), indeterminado (definido, mas não-específico) e arbitrário (indefinido e não-específico), assim como suas respectivas valorações de traços.

Ainda na última seção, verificou-se que o estabelecimento da referência pronominal é decorrente tanto da restrição estrutural, prevista no Princípio B da Ligação, em que o antecedente do pronome não deve c-comandar este pronome, quanto da identidade de traços-φ do pronome com seu antecedente expresso, quando recuperado na sentença, ou com seu referente, quando recuperado fora da sentença. Logo, assumo com

Collins e Postal (2012) e Carvalho e Brito (2017), que a referência do pronome pleno de terceira pessoa é regulada pela cadeia-φ composta pela ligação do pronome com seu antecedente ou composta pela ligação do pronome com seu referente, através do operador léxico-semântico [DETERM].

Ademais, foram apresentadas evidências para adequação da proposta para DPs plenos a partir da qual se observou que as notações dos DPs são muito semelhantes às notações dos pronomes de terceira pessoa, devido ao fato de que o pronome pleno de terceira pessoa apresenta os mesmos traços do seu antecedente/referente, ou seja, enquanto os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa são definidos pelo tempo e pelo espaço em que se assume o turno de fala, noção de Participante (cf. GRUBER, 2013), as terceiras pessoas são estabelecidas pela subespecificação do traço [*Participant*], outro aspecto comum entre DPs plenos e a terceira pessoa plena.

Por fim, constatou-se que a natureza do pronome pleno de terceira pessoa é conferida por traços formais, que lincenciam sua distribuição, como também contribuem para composição de sua referência. No decorrer da busca por este resultado, foi possível contribuir, principalmente, para a constatação de que: a) a categoria pessoa não é conferida apenas por participação na enunciação; b) a categoria pessoa também é conferida por determinação nominal; e c) a condição de *não-pessoa* (cf. BOAS, 1911; BLOOMFIELD, 1938; FORCHHEIMER, 1953; BENVENISTE, 1966) atribuída tradicionalmente à terceira pessoa é, nessa ótica, a condição de não-participante, já que, quando não são arbitrários, todos os pronomes pessoais são determinados, ou seja, definidos e/ou específicos. Além disso, também foi possível confrontar alguns aspectos "problemáticos" na literatura, tais como: i) a oposição a genericidade não ser, diante da discussão proposta aqui, apenas a ausência de especificidade, mas também de definitude e, por conseguinte, ii) há níveis de "referencialidade" conferidos aos pronomes em decorrência de serem ou não participantes e determinados, a saber: indefinido e indeterminado.

Questões que não foram respondidas nesta tese, tais como o real estatuto do pronome "expletivo" de terceira pessoa, em PB e em PE, o comportamento léxicosintático do pronome pleno de terceira pessoa, em outras línguas naturais, para fins comparativos, e a razão pela qual em posição de sujeito o pronome pleno pode ser definido e/ou específico deverão ser tratadas em trabalhos futuros.

REFERÊNCIAS

- ABBOTT, B. Reference. New York: Oxford University Press, 2010.
- ABRAHAN, W.; STARK, E.; LEISS, E. Introduction. In: STARK, E.; LEISS, E.; ABRAHAM, W. (Eds.). **Nominal Determination**: Typology, context constraints, and historical emergence. Philadelphia: John Benjamins B. V., 2007, p. 1-21.
- ABNEY, S. **The English Noun Phrase in its sentencial aspects**, 1987. Teses (Doutorado) MIT, Cambridge.
- ADGER, D.; SVENONIUS, P. Features in minimalist syntax. In: BOECKX, C. **The Oxford Handbook of Linguistic Minimalism**. New York: Oxford University Press, 2010.
- ADGER, D.; HARBOUR, D. Why phi? In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. (Orgs.). **Phi Theory**: Phi-Features across modules and interfaces. New York: Oxford University Press, 2008, p. 130-154.
- ALEXIADOU, A. **On the role of syntactic locality in morphological processes**: the case of (Greek) derived nominals. In: GIANNAKIDOU, A.; RATHER, M. (Eds.). Quantification, Definiteness and Nominalization. Oxford University Press, 2009, p. 253-280.
- ALI, M. S. **Gramática histórica da Língua Portuguesa**, 6ª edição, São Paulo: Melhoramentos, 1966.
- BECHARA, E. **Moderna gramática portuguesa.** 37. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, RJ: Lucerna, 1999.
- BÉJAR, S. **Phi-syntax: a theory of agreement**, 2003. Tese (Doutorado em Linguística) University of Toronto, Ontário.
- Conditions on phi-agree. In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. (Orgs.). **Phi Theory**: Phi-Features across modules and interfaces. New York: Oxford University Press, 2008, p. 130-154.
- BENVENISTE, E. A natureza dos pronomes. In: ______. **Problemas de Linguística** Geral. São Paulo: Nacional, 1976 [1976]. p. 277-283.
- BHAT, D. N. S. **Pronous**: Oxford studies in typology and Linguistic Theory. New York: Oxford University Press, 2004.
- _____. Third Person Pronouns and Demonstratives. In: DRYER, M. S.; HASPELMATH, M. (Eds.). **The World Atlas of Language Structures Online**. Leipzing: Max Planck Institute for Evolutionary Anthropology, 2013.

BISMARCK LOPES, I. C. 2014. **Traço e concordância de gênero na constituição da gramática do português brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) — Instituto de Letras, Salvador: UFBA.

BLOOMFIELD, L. Language. New York, 1938, p.225-226.

BOAS, F. Handbook of American Indian Languages, vol. 1, Washington, 1911, p. 39-40.

BOSI, A. Dialética da colonização. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITO, D. B. S. **O** *se* **reflexivo no português do Brasil**, 2009. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas.

_____. Introdução ao Programa Minimalista: Teoria da Ligação. **Handout**. Jornada Itinerante Gelne – Grupo de Estudos Linguísticos do Nordeste, Dezembro, 2017.

BRITO, K. M. S.; GOLÇALVES, E. O Preenchimento de Sujeito em Construções Impessoais no Português Brasileiro. In: I Encontro de Gramática Gerativa — Comunicação. Salvador: UFBA, 2015.

BRODY, M. Silet People: the pseudo-impersonal. In: BRANDTLER, J.; MALNÁR, V.; PLATZACK,C. (Eds.). **Approaches to Hungarian**: Papers from the 2011 Lund conference, John Bejamins Publishing Companyv: Amsterdam, 2013, v.13, p. 33-43.

CÂMARA JR. J. Estrutura da língua portuguesa. Petrópolis: Vozes, 1970.

CARDINALETTI, A.; STARKE, M. The typology of structural deficiency: a case of the three classes of pronouns. In: VAN RIEMSDIJK, H. (Ed.). Clitics in the language of Europe. Berlin: Mouton et Gruyter, 1999, p. 41-109.

CARLSON, G. The Semantic Composition of English Generic Sentences. In: CHIERCHIA, G; PARTEE, B.; TURNER, R. (Orgs.) **Properties, Types and Meaning**, v. 2: Semantic Issues. Dordrecht: Kluwer, 1989, p. 167-.191.

_____. A unified analyses of the english bare plural. Linguistics and Philosophy. 1977.

... Truth Conditions of Generic Sentences: two constrasting views. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (Orgs.). **The Generic Book**. Chicago: The Universit of Chicago Press, 1995, p. 224-237.

; PELLETIER, F. J. **The Generic Book**. Chicago - London: The University of Chicago Press, 1995.

CARILLO, E. **Expletive ELE in European Portuguese Dialects**. Tese (Doutorado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa, Lisboa, 2005.

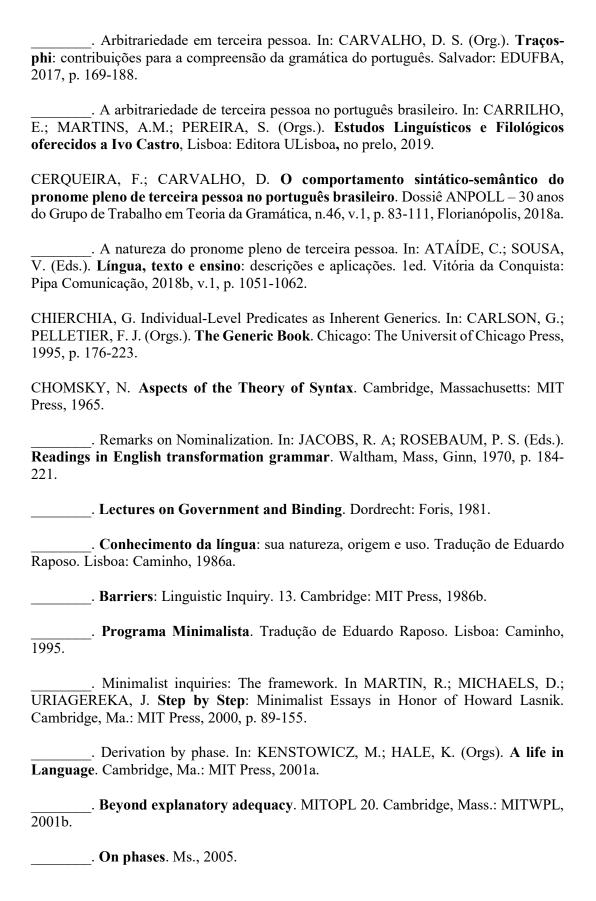
Sobre o expletivo *ele* em português europeu. Estudos de Linguística Galega, nº1, 2009, p. 1-21.

- CARNEIRO, A. S. A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser. Tese (Doutorado em Educação e Filosofia) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004. CARVALHO, D. S. A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro, 2008. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) - Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas. . Traços. In: FERRARI NETO, J.; SILVA, C.R.T.. (Orgs.). Programa Minimalista em Foco: princípios e debates. 1 ed. Curitiba: Editora CRV, 2012, v. 1, p. 113-132. . Sobre pessoa e referencialidade no português. Revista Letras, Curitiba, n. 91, p. 131-137, 2015. __. Remarks on the complexity of gender. Caderno de Squibs, v.2, n.1, 2016, p. 10-19. . Morfossintaxe de caso e o sincretismo pronominal no português. In: CARVALHO, D. (Org.). Traços-phi: contribuições para a compreensão da gramática do português. Salvador: EDUFBA, 2017, p. 169-188. . O traço de gênero na morfossintaxe do português. D.E.L.T.A., 34.2, 2018a, p. 635-660. . Aspectos da morfossintaxe dos impostores em português brasileiro. In: CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S. Pronomes: morfossintaxe e semântica. Salvador: EDUFBA, 2018b, p. 131-157. CARVALHO, V. S. Você, a gente et alia indeterminam o sujeito em Salvador. 2010. 197f. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado da Bahia, Departamento de Ciências Humanas. Campus I, 2010. CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S. Impostores, correferência e concordância em português brasileiro. Revista Letras, v. 96, 2017, p. 55-73. CARVALHO, D. S.; BRITO, D. B. S.; SEDRINS, A. P. Referência de primeira pessoa e anáfora em português brasileiro. ReVEL, vol. 6, n.30, 2018, p. 127-145.
- CERQUEIRA, F. O. **A sintaxe do pronome acusativo de terceira pessoa no português brasileiro**, 2015. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) Instituto de Letras, Salvador: UFBA, 2015a.

CASTILHO, A. T. Os demonstrativos no português falado. In: CASTILHO, A. T. (org). **Gramática do Português Falado**: as abordagens. v. 3. Campinas: Editora da

UNICAMP, 1993. p. 119-147.

. Reflexos semânticos na sintaxe de terceira pessoa. Letrônica – Revista Digital do Programa de Pós-Graduação em Letras da PUCRS, v.8, n.2, p. 422-437, jul./dez., 2015b.



LASNIK, H. The theory of principles and parameters. In: **Syntax**: an international handbook of contemporary research von STECHOW, J. J. A., STERNEFELD, W.; VENNEMANN, T. (Eds.). Berlin: De Gruyter, 1993, p. 506-569.

CHRISTOPHERSEN, P. **The articles**: a study of their theory and use in English. Copenhagen: Einar Munksgaard, 1939.

CLEMENTS, G. N. The Geometry of Phonological Features. Phonology Yearbook 2, 1985, p. 225-252.

COLLINS, C.; POSTAL, P. **Imposters**: A study of pronominal agreement. Cambridge, MA: MIT Press, 2012.

CORBETT, G. Agreement. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

_____. Features. Cambridge University Press: Cambridge, 2012.

CORBETT, G.; BOND, O. Why there are exactly five types of morphosyntactic feature. Handout. 2016.

CORRÊA, L. T. **A forma clítica de pronome pessoal no dialeto mineiro**: uma variante sociolinguística. 1998. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Letras, Belo Horizonte, 1998.

CORREIA, C. N. Determinação Nominal. In: **Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas**, Lisboa: Edições Colibri, 2000, n.13, p. 327-338.

COUTINHO, I. L. **Pontos da gramática histórica**. 3ª ed. rev. Editora Ao Livro Técnico: Rio de Janeiro, 1976.

COWPER, E.; HALL, D. C. **The syntactic manifestation of nominal feature geometry**. In: Proceedings of the 2002 Annual Conference of the Canadian Linguistic Association. Montréal: Cahiers Linguistiques de l'UQAM, 2001, p. 55-66.

CYRINO, S. M. L. **O objeto nulo no português do Brasil**: um estudo sintático diacrônico. Campinas: 1994. Tese (Doutorado em Linguística), UNICAMP, Campinas.

CYRINO, S. M. L.; DUARTE, M. E. L.; KATO, M. A. Visible subjects and invisible clitics in Brasilian Portuguese. In: KATO; M. A.; NEGRÃO, E. (Eds.). **Brazilian Portuguese and null subject parameter**. Madri: Iberoamericana; Frankfurt am Main: Verveurt, 2000, p. 53-73.

D'ALESSANDRO, R. Syntactic and pragmatic features: a case study. **Leitura**. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística (UFAL). Maceió: EDUFAL, 2004, n.33, p. 185-202.

DAS, S. (II)-licit Pronoun-Antecedent Relations in Bangla. IN: COLLINS, C. (Ed.). **Cross-Linguistic Studies of Imposters and Pronominal Agreement**. New York: Oxford University Press, 2014, p. 28-41.

DÉCHAINE, R. M; WITSCHKO, M. **Decomposing Pronouns**. Linguistic Inquiry, 2002, v. 33, n.3. p. 409-442.

DIXON, R. M. W. **The Dyirbal Language of North Queensland**. Cambridge:

. A Grammar of Yidiny. Cambridge: Cambridge University Press, 1988.

Cambridge University Press, 1977.

DONELLAN, K. Reference and definite descriptions. **Philosophical Review**, 1966, n 77, p. 281-304.

DUARTE, I.; OLIVEIRA, F. **Referência Nominal**. In: MATEUS, M. H. M. et al. Gramática da Língua Portuguesa. Lisboa: Caminho, 2006, p. 211-243.

DUARTE, L. M. E. Do pronome nulo ao pronome pleno: a trajetória do sujeito no português do Brasil. In: ROBERTS, I.; KATO, M. (Orgs.). Português Brasileiro: uma viagem diacrônica. Campinas: Editora da Unicamp, 1993, p. 107-128.

_____. Sujeito expletivo e as construções existenciais. RONCARATI et al. (Orgs.). Português Brasileiro – contato linguístico, heterogeneidade e história. Rio de Janeiro: 7. Letras, 2003.

EVANS, G. **Pronouns, quantifiers, and relative clauses**. Canadian Journal of Philosophy 7, 1977, p. 467-536.

FARIAS, J. G. Análise composicional da variação entre *a*, *para* e *em* em sentenças com verbos do tipo ir e chegar. **Estudos Linguísticos e Literários**, 2016, n. 44, p.45-66.

FORCHHEIMER, P. The category of person in language. Berlin: Walter de Gruyter, 1953.

FILLMORE, C. J. Lectures on deixis. Stanford: CSLI Publications, 1997.

FOLTRAN; M. J.; WACHOWICZ, T. C. Resenha de: PUSTEJOVSKY, J. The generative léxicon. Cambridge (MA), MIT Press, 1996. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, 2000, v.39, p.151-162.

FRAMPTON, J.; GUTMANN, S. Agreement is Feature Sharing. Ms.: Northeastern University, 2000.

GALVES, C. M. C. Pronomes e Categorias Vazias em Português do Brasil. **Cadernos de estudos linguísticos**, Campinas: UNICAMP, 1984, v.7.

_____. Ensaios sobre as gramáticas do português. Campinas: UNICAMP, 2001.

GIUSTI, G. The rise a foundation category form Latim ILLE to the Romance article and personal pronoun. Working Papers in Linguistic, v.8, n.2, 1998, p. 53-71.

GONÇALVES, E. G. C. **Grafite como prática de letramento**: o muro e seus escritos. Salvador, BA: 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA.

GONZALEZ, L. **Racismo e sexismo na cultura brasileira**. Revista Ciências Sociais Hoje, ANPOCS, 1983, p. 223-244.

GREENBERG, J. H. Some universals of grammar with particular reference to ther order of meaningful elements. In: GREENBERG, J. H. (Ed.). **Universals of language**. Cambridge, Mass: MIT Press, 1963.

_____. Language Universals, with special reference to features hierarchies. The Hague: Mouton, 1966.

GREIMAS, A. J. Sémantique Structurale: recherche de méthode. Paris: Larrouse, 1966.

GRIMM, J. Selbstbiographie. In: GRIMM, J. (Ed.). **Werke von Jacob Grimm** [1831]. Münster: Die Perfekte Bibliothek, 2013.

GRUBER, B. **The spatiotemporal dimensions of person**: a morphosyntactic account of indexical pronouns, 2013. Tese (Doutorado em Linguística). Utrecht University, UiL-OTS.

HAUSER, MD; CHOMSKY, N.; FITCH, W. Tecumesh. **The faculty of language**: what is it, what has it, and how did it evolve?. Science, 2002, p. 1569-1579.

HARBOUR, D.; ADGER, D; BEJAR, S. Conditions on phi-agree. New York: Oxford University Press, 2008.

HALLE, M.; MARANTZ, A. Distributed Morphology and the Pieces of Inflection. In: HALE, K.; KEYSER, S. J. (Eds.). **The View from Building 20**: essays in Linguistics in honor of Sylvian Bromberger. Cambridge: MIT Press, 1993, p. 111-176.

Eds). Some key-features of Distributed Morphology. In CARNIE, A.; HARLEY, H. (Eds). **MIT Working Papers in Linguistics 21**. Papers on Phonology and Morphology, 1994, p. 275-288.

HARBOUR, D. Person hierarchy and geometry without hierarchies or geometries. Paper presented at Workshop on Theoretical Morphology, University of Leipzig: Leipzig, 2006.

HARLEY, H. **Hug a tree**: Deriving the morphosyntactic feature hierarchy. Papers on phonology and morphology: MIT Working Papers in Linguistics 21. Andrew Carnie and Heidi Harley (ed.). Cambridge, MA: MIT Working Papers in Linguistics, 1994, p. 289-320.

HARLEY, H.; RITTER, E. **Person and number in pronouns**: a feature-geometric analysis. Language, 2002, v. 78. p. 482-526.

- HAWKINS, J. **Definiteness and indefiniteness**: a study in reference and grammaticality predicaction. London: Croom Helm, 1978.
- HEIM, I. **The semantics of definite and indefinite noun phrases**. Graduate Linguistics Students Ass., University of Massachusetts Mass: Amherst, 1982.
- HEIM, I.; KRATZER, A. **Semantics in Generative Grammar**. Oxford: Blackwell, 1998.
- HERTEZENBERG, M. J. B. **Third Person Reference in Late Latin**: demonstratives, definite articles, and personal pronouns in the Itinerarium Egeriae. Library of Congress Cataloging-in-Publication Data. De Gruyter Mouton: Berlin/Boston, 2015.
- HJELMSLEV, L. Por uma semântica estrutural. In: HJELMSLEV, L. (Ed.). **Ensaios linguísticos**. Tradução de A. de Pádua Danesi. São Paulo: Perspectiva, 1991 [1957].
- HOFFHER, P. C. Arbitrary readings of 3pl pronominals. In: WEISBERGER, M. (Ed.) **Procedings of the conference**, Germany: Universitat Konstanz, 2003.
- HOLMBERG, A.; PHIMSAWAT, O. Generic pronouns and phi-features: evidence from Thai. In: Newcastle and Northumbria Working Papers in Linguistics (Second Asian and European Linguistics Conference Proceeding), 2015, v. 21.
- KATO, M. A. The Distribuicion of pronouns and null elements in objetct position in Brazilian Portuguese. ASHBY, R. et al. (Org.). **Linguistic perspectives on Romance languages**: selected papers from the XXI Linguistic Symposium of Romance Languages. Philadelphia: John Benjamins, 1993.
- _____. Strong and weak pronominals in the null subject parameter. PROBUS International Journal of Romance Linguistics, v.11, 1999. p. 1-37.
- _____. Aspectos morfofonológicos nos paradigmas dos pronomes fortes e fracos. Dossiê ANPOLL 30 anos do Grupo de Trabalho em Teoria da Gramática, n.46, v.1, p. 142-155, Florianópolis, 2018.
- KATO, M. A.; DUARTE, M. E. L. (Micro)Parametric variation between European (EP) and Brazilian Portuguese (BP): similarities and differences related to ongoing changes in Latin American Spanish. Monterrey: ALFAL, 2005.
- KATZ, J. J.; FODOR, J. A. The Structure of a Semantic Theory, Language 39, p. 170-210.
- KATZ, J. J.; POSTAL, P. M. An Integrated Theory of Linguistic Description. (Research Monographs, 26) Cambridge, Mass.: MIT Press, 1964.
- KENEDY, E. Léxico e computações lexicais. In: FERRARI-NETO, J.; SILVA, C. (Org.). **Programa minimalista em foco**: princípios e debates. Curitiba: CRV, 2012, p. 41-69.
- KERSTENS, J. The syntax of person, number, and gender. Berlin: Mounton, 1993.

KIBORT, A.; CORBETT, G. G. Features. New York: Oxford University Press, 2010.

KRAMER, R. The Morphosyntax of Gender. Oxford: Oxford University, 2015.

KRIFKA, M.; PELLETIER, F.; CARLSON, G., ter MEULEN, A.; CHIERCHIA, G.; GODEHARD, L., Genericity: an introduction. In: CARLSON, G.; PELLETIER, F. J. (orgs.). **The Generic Book**. Chicago: The Universit of Chicago Press, 1995, p. 1-124.

JAKOBSON, R. **Selected writings 1 -2**. Vol. 1: Phonological studies. 2ed. The Hague & Paris, 1986 [1957].

_____. **Princípios de Fonologia Histórica**. Tradução de Wilmar R. D'Angelis. Campinas: Curt Nimuendajú, 1986.

LAMBRECHT, K. **Information structure and sentence form**: topic, focus, and mental representations of discurse referents. Cambridge: Cambridge University Press, 1994.

LANGACKER, R. On pronominalization and the chain of command. In: SCHANE, S. A; REIBEL, A.(Eds.). **Modern Studies in English**. Englewood Cliffs, N. J. Pretience Hall, 1966, p. 45-62.

LASNIK, H. Remarks on coreference. Linguistic Analysis, 2.1, 1976.

_____. Essay on anaphora. Dordrecht: Kluwer, 1989.

LIMA, R. **Gramática normativa da língua portuguesa.** 30. ed. Rio de Janeiro, RJ: Jose Olympio, 1989.

LOPES, C. R. S. Pronomes pessoais. In: BRANDÃO, S. F.; VIEIRA, S. R. (Org.). **Ensino de gramática**: descrição e uso. São Paulo: Contexto, 2007, v.1, p. 103-119.

LYONS, C. **Definiteness**. Cambridge: University Press, 1999.

LYONS, J. Semantics, 1 and 2. Londres: Cambridge University Press, 1977.

MacFADDEN, T. Default case and the status of compound categories in Distributed Morphology. Ms., 2007.

MARCOTULIO, L. Vossa mercê bem sabe de onde viestes: um caso de gramaticalização na história do português, 2010. Tese (Doutorado em Letras Vernáculas — Língua Portuguesa) — Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

_____. Sobre composicionalidade pronominal das formas de tratamento na história do português. In: CARVALHO, D (org.). **Traços-phi**: contribuições para a compreensão da gramática do português. EDUFBA: Salvador, 2017, p. 87-108.

MARIANO, V. C. **DPs nus na posição de sujeito no português afro-brasileiro**. 2018. Dissertação (Mestrado em Língua e Cultura) – Instituto de Letras, Salvador: UFBA.

- McCawley, J. D. Where do noun phrase come from? In: RODERICK, A. J.; PETER, S. R. (Eds.). **Reading in English transformational grammar**. Waltham: Ginn, 1970, p. 166-183.
- MÓIA, T. Semântica e Pragmática. In: MARTINS, A. M.; CARRILLO, E (eds.). **Manual de Linguística Portuguesa**. Berlin/Boston: De Gruyter. 2016. p. 308-335.
- MOURA, M. D. Concordância de pronomes pessoais em frases copulativas. Leitura. Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras (UFAL), Edufal, v. 33, n.00, p. 87-110, 2006.
- MONTEIRO, J. L. **Pronomes Pessoais**: subsídios para uma gramática do português do Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 1994.
- MÜLLER, A. A expressão da genericidade nas línguas naturais, 2000. Tese (Pós-Doutorado), Massachussets: University of Massachussets-Amerst, 2000.
- NOYER, R.R. Features, positions and affixes in autonomous morphological structure, 1992. Tese (Doutorado em Linguística) MIT, Cambridge.
- NUNES, J. Direção de Cliticização, objeto nulo e pronome tônico na posição de objeto direto em português brasileiro. In: KATO, M.; ROBERTS, I (Org.). **Português brasileiro**: uma viagem diacrônica. Campinas, SP: UNICAMP, 1996, p. 207 222.
- _____. Circumveting φ-minimality. On some unorthodox cases of A-movement in Brazilian Portuguese. In: LOPES, R.; AVELAR, J.; CYRINO, S. **Romance Languages and Linguistic Theory 12**. Selected papers from the 45th Linguistics Symposium on Romance (LSRL), Campinas, Brazil. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins, 2017, p. 159-184.
- NUNES, J., MARTINS, A. M. Subespecificação de Traços-φ em Infinitivos Flexionados e Variação Dialetal/Idioletal em Português. Handout. XI Ramania Nova. ALFAL XVIII. Bogotá, Colombia, 2017.
- OLIVEIRA, F. Indefinidos epistêmicos em português europeu. In: CARRILHO, E.; MARTINS, A.M.; PEREIRA, S. (Orgs). Estudos Linguísticos e Filológicos oferecidos a Ivo Castro, Lisboa: Editora ULisboa, no prelo, 2019.
- OLIVEIRA, K. R. F.; GONÇALVES, E. O pronome de terceira pessoa "ele" preenchendo a posição de sujeito em construções impessoais. **II SEVALING** Seminário de Variação e Mudança Linguística no Sudoeste da Bahia. Vitória da Conquista: UESB, 2017.
- OLIVEIRA, R. P. **Semântica Formal**: uma breve introdução. Campinas: Mercado das Letras, 2001.
- OMENA, N. P. **Pronome pessoal de terceira pessoa: suas formas variantes em função acusativa**. 1978. Dissertação (Mestrado.em Linguística) Faculdade de Filosofia, Comunicação, Letras e Artes, PUC, Campinas.

PARANHOS, R. **Demonstrativos em Helvécia e Cinzento**: sistema binário em discussão. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Letras Vernáculas) – UFBA, Salvador, 2011.

PARKER, E. Mundani Pronouns. In: WEISEMANN, U. (eds.). 1986, p. 131-165.

PARTEE, B. Opacity, coreference, and pronouns. In: DAVIDSON, D.; HINTIKKA, J. (eds.). Word and Objections: Essays on the work of W. V. Quine. Dordrecht: Reidel, 1972, p. 415-441.

_____. Opacity, coreference, and pronouns. In: PARTEE, B (ed.). **Compositionaly in Formal Semantics**. Malden: Blackwell, 2004, p. 26-49.

PEREIRA, H. B. "Esse" versus "este" no Português Brasileiro e no Europeu. Dissertação (Mestrado em Filologia e Língua Portuguesa) — USP, São Paulo, 2005.

PETERSEN, C. A tripartição pronominal e o estatuto das proformas cê, ocê e você. DELTA vol. 24, n. 2, 2008, p. 283-308.

PILATI, E.; NAVES, R. Desenvolvendo a hipótese da cisão da categoria pronominal no português brasileiro. In: MOURA, D.; SIBALDO, M. (Eds.). **Estudos e Pesquisas em Teoria da Gramática**. Maceió: EDUFAL, 2013, p. 233-253.

PILATI, E.; NAVES, R.; SALLES, H. Uma análise unificada para sujeitos inovadores (nulos e manifestos) na gramática do português brasileiro. Dossiê ANPOLL – 30 anos do Grupo de Trabalho em Teoria da Gramática, n.46, v.1, p. 65-82, Florianópolis, 2018.

POTTIER, B. **Presentatición de La Linguística**: fundamentos de una teoria. Madrid: Alcalá, 1967.

POSTAL, P. On so-called 'pronouns' in English. In F. Dinneen ed. 19th Monograph on Languages and Linguistics, Washington, D.C.: Georgetown University Press, 1966.

_____. On the surface verb remind. Linguistic Inquiry 1, 1970, p. 37-120.

PUSTEJOVSKY, J. Lexical Semantics. In: ALONI, M; DEKKER, P. (Orgs.). **The Cambridge Handbook of Formal Semantics**, Cambridge: Cambridge University Press, 2016.

RADFORD, A. Head –Hunting: on the trail of the nominal janus. In: GREVILLE, G.; CORBETT, N.; Mc GLASHAN, S. (eds). **Heads in Gramatical Theory**, Cambridge: Cambridge University Press, 1993.

RAPOSO.E. P. Case theory and Ifl-to-Comp: the inflected infinitive in European Portuguese. Linguistic Inquiry, n. 18, 1987, p. 85 - 109.

Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem. Lisboa: Caminho, 1992
--

. **Objetos nulos e CLLD**: uma teoria unificada. Revista Abralin: Maceió, 2004, v. 3, p. 47 - 73.

- RECANATI, F. **Deixis and anaphoras**. In: SZABÓ, Z. G. (Ed.). Semantics vs. Pramatics. Oxford: Clarendon Press, 2005, p. 286-316.
- RIBEIRO, I. **O** sistema de definitude e de referencialidade de uma falante afrobrasileira idosa. Comunicação apresentada no congresso da ABECS Associação Brasileira de Estudos Crioulos e Similares, 2010.
- RIZZI, L. Null objects in italian and the theory of the *pro*. **Linguistic Inquiry**, v.17, Cambridge, 1986, p. 501 557.
- ROTH-GORDON, J. Racing and erasing the *playboy:* slang, transnacional, youth subculture and racial discourse in Brazil. In: **Jornou of Linguistic Anthropology**, v. 17, 2007.
- RONCARATI, C. Os demonstrativos na variedade carioca falada. In: PAIVA, M. C.; DUARTE, M. E. (org.). **Mudança linguística em tempo real**. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria/FAPERJ, 2003. p. 139-157.
- ROSS, J. R. Constraints on variables in syntax, 1967. Tese (Doutorado em Filosofia) Departamento de Linguística e Línguas Modernas, Cambridge, MIT.
- RULLMAN, H. **First and second pronouns as bound variables**. Linguistic Inquiry, 2004, v.11, p. 97-202.
- SARAIVA, M. E. F. O comportamento gramatical do SN nu objeto. In: ______. **Buscar menino no colégio:** a questão do objeto incorporado em português. Campinas: Pontes, 1997, p. 25-59.
- SAGEY, E. C. The representation of features and relations in non-linear phonology. 1986. Tese (Doutorado em Filosofia e Linguística) MIT, Cambridge.
- SCHER, A. P. As construções com o verbo leve DAR e nominalizações em -ADA no Português do Brasil, 2004. Tese (Doutorado em Linguística) Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas: UNICAMP.
- _____. As categorias aspectuais e a formação de construções com o verbo leve dar. Revista GEL 2, 2005, p. 9-38.
- SCHULTE, K. Pragmatic relevance as cause for syntactic change: The emergence of prepositional complementizers in Romance. In: BLAKE Barry; BURRIDGE, Kate. **Historical Linguistics**. J. Bejamins: Amsterdam, 2003, p. 378 394.
- SHOWALTER, P; OTANES, Fe. T. **Tagalog Reference Grammar**. Berkeley: University of California Press, 1986.
- SILVA, A. C. Ideologia do branqueamento. In: SILVA, A. C. A discriminação do negro no livro didático. Edufba: Salvador, 2004, p. 31-41.
- SOUZA, E. M. Sujeitos de referência arbitrária: uma classe homogênea?. 2013. Dissertação (Doutorado) Faculdade de Letras, Belo Horizonte: UFMG, 2013.

SIEWIERSKA, A. Person. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

TRUBETZKOY, N. S. **Principles of Phonology**. Translated from Grundzüge der Phonologie. California: University California Press, 1969 [1958].

ZEIJLSTRA, H. **Interpreting interpretable features**. Ms. University of Amsterdam, 2011.